

# COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO URBANA



---

Igreja, Estado e Projetos de Colonização Agrícola em  
Pium e Punaú/RN

KARINA HATSUE SHIKI DA SILVA

Orientador:  
Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira

PPGAU - UFRN  
Natal, 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

KARINA HATSUE SHIIKI DA SILVA

**COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO URBANA:  
Igreja, Estado e os projetos de colonização agrícola em Pium e Punaú/RN**

Natal/RN

2020

KARINA HATSUE SHIIKI DA SILVA

**COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO URBANA:**

**Igreja, Estado e os projetos de colonização agrícola em Pium e Punaú/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território

Orientador: Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira

Natal/RN  
2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Silva, Karina Hatsue Shiiki da.

Colonização e formação urbana: igreja, estado e projetos de colonização agrícola em Pium e Punaú/RN / Karina Hatsue Shiiki da Silva. - Natal, RN, 2020.

146f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Rubenilson Brazão Teixeira.

1. Igreja católica e estado - Dissertação. 2. Projetos de colonização - Dissertação. 3. Formação urbana - Dissertação. 4. Imigração Japonesa Dissertação. I. Teixeira, Rubenilson Brazão. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15

CDU 726

**COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO URBANA:  
Igreja, Estado e os projetos de colonização agrícola em Pium e Punaú/RN**

Aprovação em 07 de dezembro de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Rubenilson Brazão Teixeira - Orientador  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Professora Doutora Amadja Henrique Borges - Examinadora Interna  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Professora Doutora Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha - Examinadora Interna  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Professor Doutor Paulo Roberto Palhano Silva - Examinador Externo  
Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba

*À minha mãe, que me ensinou a lutar  
e me inspira todos os dias.*

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, especialmente minha mãe, por todo o esforço para sempre me oferecer educação de qualidade e todos os meios necessários para estudar e trabalhar. Esta dissertação é, em parte, dela. Não apenas representa uma parte de sua história como nasce de seu empenho para a minha criação e para me dar apoio, principalmente emocional.

A Pedro, meu grande companheiro em todas as áreas da vida, com quem divido as alegrias, as tristezas, os sonhos, as preocupações acadêmicas e as conquistas. Obrigada por estar sempre disposto a me ajudar e a caminhar junto comigo.

Ao meu orientador, professor Rubenilson, não apenas pela disponibilidade para me acompanhar nesta jornada, pela ajuda para organizar minhas ideias e pelas valiosas contribuições para meu desenvolvimento como pesquisadora, como também pela paciência e compreensão nesta reta final que foi tão difícil. Seu apoio foi fundamental para que este trabalho tenha, finalmente, nascido.

A professora Amadja, pelos diferentes pontos de vista, pelas reviravoltas que causou nas minhas ideias e no meu trabalho trazendo à luz assuntos e abordagens que antes não pensava em abordar.

Aos professores, professoras e companheiros do PPGAU, que participaram de alguma forma da minha jornada. A George e Alex que, com a disciplina de Seminário de Dissertação, me fizeram questionamentos necessários para a evolução da minha pesquisa. A Ruth Ataíde, Clewton Nascimento, Dulce Bentes, pelas contribuições tão importantes para o embasamento de minha pesquisa, seja nas disciplinas ou na banca de qualificação. A Seu Mário pelos sorrisos que me arrancou em momentos de pura ansiedade, mesmo sem saber, seja com seu café ou com a conversa jogada fora. A Nicolau que aguentou meus desesperos e meus e-mails e resolvia tudo em três minutos.

A todos os que se disponibilizaram a participar desta pesquisa, sejam ex-colonos ou administradores. Obrigada pela ajuda para registrar este trecho da história do território do Rio Grande do Norte. Este trabalho é para e sobre vocês.

Aos meus colegas que dividiram os momentos difíceis comigo e me ajudaram a criar coragem para continuar. Iran, Lenilson, Manu, Kleyne, Livia e Mari, nunca esquecerei de nossa sessão de terapia coletiva. Cândida, obrigada por estar sempre disposta a ajudar.

Lou e Mari, obrigada por conversarem comigo, pelo companheirismo, por me acalmarem e pelas conversas, risadas e surtos. Conseguimos.

A todos os meus amigos que me acompanharam e participaram desta caminhada de alguma forma. Em especial Malu, Calline, Clara, Mayane e Amanda, obrigada por não me esquecerem quando eu sumia e nunca falharam em me mandar mensagens para saber como eu estava. Gabe, Mandy, Marcela, Ash e Morena, nunca esquecerei nossa viagem, nosso sonho realizado em conjunto que para sempre será lembrado como parte deste processo.

Por fim, à CAPES pelo auxílio financeiro fundamental para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a ação do Estado e da Igreja Católica na formação e desenvolvimento dos núcleos de colonização agrícola de Pium e Punaú, no Rio Grande do Norte, com o objetivo de investigar a influência dos projetos de colonização implementados pelas instituições mencionadas na formação urbana destes locais. Tais colônias foram fundadas na segunda metade da década de 1950 em um contexto onde o governo do Estado e a Arquidiocese de Natal, visando agir no espaço rural de forma estratégica para amenizar a emergência dos movimentos sociais de luta pela terra no campo, diminuir a influência das Ligas Camponesas radicada na Paraíba e desenvolver e expandir a agricultura comercial, solicitaram a vinda de 23 famílias japonesas para colaborar com novas técnicas de agricultura com 81 famílias brasileiras selecionadas para compor as duas colônias. A pesquisa metodologicamente se baseia predominantemente nas informações coletadas a partir de entrevistas com os ex-colonos e administradores, visto que, hoje, não há mais registros ou documentos oficiais nos arquivos dos órgãos responsáveis pelos projetos de colonização, bem como na rara literatura que aborda a temática. Além das entrevistas, foram feitas visitas guiadas aos locais que permitiram a reconstrução cartográfica dos núcleos iniciais das antigas colônias. A partir disto foi possível fazer uma análise acerca do nível de influência dos projetos na formação urbana e na realidade atual das localidades e uma análise comparativa entre elas. Os resultados da pesquisa demonstraram que não apenas os processos de planejamento, implementação e administração das duas colônias foram diferentes devido às diferentes ações da Igreja Católica e do Estado, como também que o desenvolvimento urbano dos locais ao longo do tempo seguiu caminhos inversos, visto que, como Punaú, situada em Rio do Fogo, foi administrada pela Igreja Católica, recebeu a assistência mais adequada e prosperou, mas estagnou uma vez que deixou de ser colônia para virar distrito do Município de Rio do Fogo. Pium, em Nísia Floresta, abandonada pelo INIC antes de alcançar a emancipação do núcleo, entrou em declínio e teve o uso do solo modificado pelo crescimento da região metropolitana de Natal e das atividades turísticas no litoral oriental, atraindo grandes condomínios residenciais, comércio e serviços, além de equipamentos de lazer e áreas de produção de frutas de proprietários particulares, tanto no rio, como no entorno da lagoa de Pium. Dois casos similares, implementados com apenas três anos de diferença, mas que obtiveram resultados bastante diferentes quanto à produção do espaço urbano, visto a diferença administrativa e a conexão dos territórios com a totalidade.

**Palavras chaves:** projetos de colonização; Igreja Católica e Estado; formação urbana; imigração japonesa.

## ABSTRACT

This study has, as object, the actions of the Government and the Catholic Church in the formation and development of the colonization projects of Pium and Punaú, in Rio Grande do Norte, and its goal is to investigate the influence of said colonization in the urban formation of these sites. These colonies were founded in the second half of the 1950s in a context where the Government and the Archdiocese of Natal, aiming to act in the rural space in order to mitigate the social movements fighting for land in the countryside, stop the entry and reduce the influence of the Ligas Camponesas, founded in Paraíba, and to develop and expand the commercial agriculture, requested the arrival of 23 Japanese families to teach new agricultural techniques to the 81 Brazilian families selected to compose the two colonies. This research, methodologically, is based mostly on information collected from interviews with former members of the colonies and administrators, considering that today there are no more official records or documents in the archives of the agencies responsible for the projects. In addition to the interviews, guided visits were also made to the sites that allowed us to make the cartographic reconstruction of the initial nuclei of the former colonies. With this it was possible to make an analysis about the level of influence of the projects in the urban formation and in the current reality of the localities and a comparative analysis between them. The results showed us that not only were the planning, implementation and administration processes of the two colonies different due to the different actions of the Catholic Church and the State, but also that the urban development of the two sites over time followed inverse paths, since, as Punaú was administered by the Church, it received the most appropriate assistance and grew, but stagnated once it was no longer a colony. Pium, abandoned by the INIC before reaching its independence, declined and had its use modified by the growth of the metropolitan region and tourist activities on the south coast, attracting large residential condominiums, commerce and public services. A development, therefore, unrelated to the old colony. Two similar cases, implemented only three years apart, but which reached quite different results regarding the productions of the urban space, give the administrative difference and the connection of the territories with the totality.

**Keywords:** colonization projects; catholic church and government; urban formation; Japanese immigration.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: A influência do patrimônio religioso e suas concessões para a urbanização do local .....   | 34 |
| Figura 2: A influência do patrimônio religioso e suas concessões para a urbanização do local .....   | 34 |
| Figura 3: Navio Kasato Maru.....   | 61 |
| Figura 4: Localização dos municípios de Rio do Fogo, Natal e Nísia Floresta, s/e. ....   | 75 |
| Figura 5: Localização da região do Colônia de Pium em relação à região sul de Natal .....  | 76 |
| Figura 6: Localização da região da Colônia de Punaú em relação à região sul de Natal .....   | 76 |
| Figura 7: Listagem das colônias agrícolas no Rio Grande do Norte .....   | 77 |
| Figura 8: Localização da área ocupada pela Colônia de Pium, representada pela mancha em amarelo, em Nísia Floresta/RN.....   | 78 |
| Figura 9: Navio America-Marú, 1956.....  | 79 |
| Figura 10: Famílias japonesas que iriam para Pium, a bordo do America-Marú, 1956.....  | 79 |
| Figura 11: Mapa de localização da Colônia Agrícola de Pium, representada pela mancha em vermelho, 1977. Sem escala definida. ....  | 80 |
| Figura 12: Visita do governador Dinarte Mariz à Colônia de Pium.....   | 81 |
| Figura 13: Visita do governador Dinarte Mariz e Monsenhor Alair Vilar ao plantio de repolho na Colônia de Pium. ....   | 81 |
| Figura 14: Movimento migratórios para a Colônia de Pium de acordo com os municípios de origem. Sem escala definida. ....   | 84 |
| Figura 15: Realização de Undokai na Colônia de Pium.....   | 86 |
| Figura 16: Festa de fim de ano na Colônia de Pium: crianças japonesas homenageiam e presenteiam o agrônomo, o administrador e o motorista que trabalhavam no local. .... | 86 |
| Figura 17: Crianças da Colônia de Pium em fila para entrar na escola local ...   | 88 |
| Figura 18: Área de plantação alagada na Colônia de Pium.....   | 89 |
| Figura 19: Região da colônia de Pium alagada após chuvas. ....   | 89 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 20: Missa de fim de ano na Colônia de Pium. ....  | 90  |
| Figura 21: Localização do Núcleo urbano da ex-colônia de Punaú, representado pela mancha em amarelo, na atualidade, em Rio do Fogo/RN. ....          | 94  |
| Figura 22: Navio Brazil Maru, 1959 .....   | 95  |
| Figura 23: Famílias japonesas a caminho de Punaú, 1959 .....   | 95  |
| Figura 24: Movimentos migratórios internos para a Colônia de Punaú de acordo com os municípios de origem. Sem escala definida. ....                  | 99  |
| Figura 25: Colonos de Punaú a caminho da feira em Ceará Mirim com o motorista e caminhão mantidos na colônia .....                                   | 100 |
| Figura 26: Visita de Dom Alair Vilar à colônia de Punaú. ....  | 102 |
| Figura 27: Famílias Japonesas em frente à Associação para reuniões construída por eles em Pium .....   | 106 |
| Figura 28: Localização aproximada das edificações da colônia em Pium, ....   | 107 |
| Figura 29: Habitação original da Colônia de Pium.....  | 108 |
| Figura 30: Habitação original da Colônia de Pium, hoje em ruínas .....   | 108 |
| Figura 31: Exemplo de edificação após modificações .....   | 108 |
| Figura 32: Exemplo de edificação após modificações .....   | 108 |
| Figura 33: Tipologia da casa original de Pium. Sem escala definida. ....   | 109 |
| Figura 34: Exemplo de casa: família Tanaka, após modificações. Sem escala definida. ....   | 109 |
| Figura 35: Posto de Saúde da Colônia de Punaú.....   | 111 |
| Figura 36: Centro Social da Colônia de Punaú .....   | 111 |
| Figura 37: Inauguração da Casa do Estudante Japonês com a presença de Dom Nivaldo Monte, Dom Alair Vilar, o embaixador e consul do Japão da época. . | 112 |
| Figura 38: Casa do Estudante Japonês .....   | 112 |
| Figura 39: Mapa com a localização aproximada das casas e equipamentos na colônia de Punaú entre 1968-77 sobre a área urbana atual. ....              | 113 |
| Figura 40: Tipologia de casa das famílias japonesas, em Punaú .....  | 115 |
| Figura 41: Tipologia de casa das famílias brasileiras, em Punaú .....  | 115 |
| Figura 42: Esquema de planta da habitação das famílias brasileiras. Sem escala definida. ....  | 116 |
| Figura 43: Esquema de planta da habitação das famílias japonesas. Sem escada definida. ....  | 116 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 44: Mapa figura-fundo da região da antiga Colônia, delimitada pelo polígono vermelho, atualmente. ....       | 118 |
| Figura 45: Perfil de uso do solo da porção sudoeste da antiga colônia, atualmente. ....                             | 119 |
| Figura 46: Perfil de uso do solo ao longo da Estrada de Pium, 2020 .....  | 121 |
| Figura 47: Imagem aérea da região da antiga colônia de Punaú, atualmente distrito do município de Rio do Fogo. .... | 123 |
| Figura 48: Núcleo urbano de Punaú 1968-2020.....  | 123 |
| Figura 49: Rua Dom Eugênio Sales durante o período da colônia .....   | 124 |
| Figura 50: Rua Dom Eugênio Sales atualmente.....  | 124 |
| Figura 51: Rua Dom Nivaldo Monte no período da colônia .....  | 124 |
| Figura 52: Rua Dom Nivaldo Monte atualmente .....   | 124 |
| Figura 53: Residência original na época da colônia, hoje geminada. ....   | 125 |
| Figura 54: Residência original na época da colônia, hoje geminada. ....   | 125 |
| Figura 55: Igreja Católica em Punaú .....   | 125 |
| Figura 56: Escola Municipal em Punaú .....  | 125 |
| Figura 57: Uso do solo em Punaú, atualmente.....  | 126 |
| Figura 58: Antiga Casa Paroquial de Punaú .....   | 127 |
| Figura 59: Núcleo urbano da Colônia de Pium, 1956. ....   | 130 |
| Figura 60: Núcleo Urbano da Colônia de Punaú, 1968. ....  | 130 |
| Figura 61: Esquema de planta de casa dos colonos de Pium. Sem escala definida. ....                                 | 132 |
| Figura 62: Esquema de planta de casa dos colonos japoneses de Punaú. Sem escala definida. ....                      | 132 |
| Figura 63: Esquema de planta de casa dos colonos brasileiros de Punaú. Sem escala definida. ....                    | 132 |
| Figura 64: Núcleo urbano atual de Pium .....  | 133 |
| Figura 65: Núcleo urbano atual de Punaú .....   | 133 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1: Conflitos de terra no RN por região - 1960 a 1990 .....                             | 46 |
| Quadro 2: Distribuição da população japonesa, segundo as unidades federadas (1923-1958) ..... | 62 |
| Quadro 3: Religiões dos japoneses e descendentes segundo gerações, em 1958 .....              | 67 |
| Quadro 4: Procedência dos migrantes para Natal. ....  | 71 |
| Quadro 5: Proveniência das famílias japonesas de Pium.....                                    | 82 |
| Quadro 6: Proveniência, profissão e motivo de atração dos colonos para Pium. ....             | 84 |
| Quadro 7: Proveniência, profissão e motivo de atração dos colonos para Pium .....             | 98 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| ANCAR  | Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural |
| EMATER | Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural    |
| INIC   | Instituto Nacional de Imigração e Colonização        |
| INCRA  | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| PIC    | Projeto Integrado de Colonização                     |
| SAR    | Serviço de Assistência Rural                         |
| JAC    | Juventude Agrária Católica                           |
| JFM    | Juventude Feminina Católica                          |
| JMC    | Juventude Feminina Católica                          |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 18  |
| 2. IGREJA CATÓLICA E ESTADO: Ações e políticas para o espaço rural (fins do séc. XIX a dec. 1960).....                      | 30  |
| 2.1. O papel da Igreja Católica e do Estado na produção do espaço rural... 30   |     |
| 2.2. Igreja Católica e Estado no Rio Grande do Norte (1950-1960): Planejamento, ação política e interesses recíprocos ..... | 35  |
| 3. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL (FINS DO SEC. XIX A DEC. DE 1960).....           | 49  |
| 3.1. As políticas de imigração e de colonização .....   | 49  |
| 3.2. A imigração japonesa .....   | 59  |
| 3.3. Migrações internas .....   | 68  |
| 4. DOIS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO RN: Pium e Punaú (1950-1980).....  | 75  |
| 4.1. Formação inicial: do projeto de colonização à organização comunitária dos colonos.....                                 | 76  |
| 4.1.1. Colônia Agrícola de Pium, situada em Nísia Floresta/RN.....  | 76  |
| 4.1.2. Colônia Agrícola de Punaú, situada em Rio do Fogo/RN .....   | 92  |
| 4.2. Aspectos físico-territoriais dos núcleos iniciais .....  | 103 |
| 4.2.1. Pium: uma colônia agrícola desenvolvida pelo Estado.....   | 104 |
| 4.2.2. Punaú: uma colônia agrícola desenvolvida pela Igreja Católica ....   | 110 |
| 5. A REALIDADE URBANA ATUAL E UMA ANÁLISE COMPARATIVA .....   | 117 |
| 5.1. Pium: um espaço transformado pelo impacto da Região Metropolitana .....  | 117 |
| 5.2. Punaú: um espaço mais resistente a mudanças .....  | 122 |
| 5.3. Análise comparativa: formas, usos e transformações .....   | 128 |
| 5.3.1. O desenho urbano e arquitetônico dos núcleos iniciais .....  | 128 |
| 5.3.2. A realidade urbana atual .....   | 132 |

|                            |     |
|----------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... | 136 |
| REFERÊNCIAS .....          | 143 |

## 1. INTRODUÇÃO

O período entre fins do século XIX e primeira metade do XX foi marcado por uma efervescência dos movimentos sociais de luta pela terra, quando, após a instauração da Lei de Terras, em 1850, os trabalhadores rurais perceberam a dificuldade de acesso à propriedade em meio a um território constituído, desde sua formação histórica inicial, pelo latifúndio. Na literatura sobre a história das lutas sociais no Brasil, encontramos um conjunto extenso de conflitos sociais de luta pela terra que assumem uma específica tipologia, podendo ser classificados como: motim, revolta, guerra, rebelião, lutas sociais, mobilização de grupos. Dentre os movimentos ocorridos neste período, destacamos a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), que são citados como os primeiros movimentos de grande porte de luta pela terra no país. No entanto, o movimento camponês só se organizou efetivamente com o surgimento das Ligas Camponesas, formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre o fim da década de 1940 e início da de 1950, em Pernambuco (COSTA, 2005, p. 39), chegando ao Rio Grande do Norte entre 1950 e 1960. As Ligas Camponesas contavam, importante ressaltar, com diversos protestantes em suas lideranças, assim disputando os fiéis com a Igreja Católica (CRUZ, 2000, p. 46).

Além disso, a crescente industrialização do país e perda da autonomia do campo causava a migração em massa dos camponeses para o meio urbano. Nesse contexto, diversas foram as ações tomadas pelo Estado e pela Igreja Católica, ora aliados, ora separados, para amenizar os conflitos, conter o êxodo rural e fixar o homem ao campo. Dentre elas, está a implementação de colônias agrícolas, que foram responsáveis pelo surgimento de diversas experiências, algumas das quais se encontram na origem de alguns núcleos urbanos. Diversas colônias agrícolas foram formadas também com o incentivo da mão de obra estrangeira.

Na segunda metade da década de 1950, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a Arquidiocese de Natal, visando desenvolver e expandir a agricultura comercial, solicitaram ao governo japonês a vinda de 23 famílias

japonesas para ensinar novas técnicas agrícolas a colonos brasileiros que tivessem interesse em aprender e dar continuidade à prática.

A colônia de Pium foi instalada em 1956, sendo uma iniciativa estatal, encabeçada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), antecessor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto a de Punaú foi instalada em 1959, de iniciativa da Fundação Pio XII, parte da Arquidiocese de Natal. As duas reuniam, portanto, tanto colonos japoneses quanto brasileiros.

Importante observar, no entanto, que as políticas de colonização em nada alteravam a estrutura fundiária existente, visto que eram organizadas em território ainda desabitados ou em terras devolutas, fazendo o Estado o uso deste instrumento como uma estratégia para manutenção da estrutura vigente, dando aos novos assentamentos a falsa imagem de redistribuição de terras. Além disso, sabemos que a Igreja Católica, desde o período colonial no Brasil, era favorável à manutenção do latifúndio, visto que acumulava grande patrimônio de terras e imóveis devido às doações de fiéis, que buscavam com isso algum benefício espiritual.

Curioso observar também que tanto o Estado quanto a Igreja Católica se utilizaram da justificativa da troca de saberes entre japoneses e brasileiros para a organização destas colônias por meio da importação dos primeiros, quando, na verdade, neste período já existia um corpo técnico disponível no Estado, por meio das Escolas Agrícolas de Jundiáí, no Rio Grande do Norte e Bananeiras, na Paraíba, por exemplo. A própria Igreja Católica também contava com um corpo técnico para orientar as Missões Rurais e transmitir a programação da Rádio Rural no campo, momento em que ensinavam não apenas disciplinas de educação básica, como também técnicas para a agricultura.

Dito isto, esta pesquisa tem como **objeto de estudo** a ação do Estado e da Igreja Católica na formação e desenvolvimento dos núcleos de colonização agrícola de Pium e Punaú, localizados nos municípios de Nísia Floresta e Rio do Fogo, respectivamente, no Rio Grande do Norte. A partir disto, nos deparamos com algumas questões de pesquisa:

1. Quais foram as ações e interesses do Estado e da Igreja Católica na implantação e gestão dos projetos de colonização agrícola de Pium e Punaú e de que forma elas ocorreram?

2. De que maneira os agentes sociais envolvidos (Estado, Igreja Católica, administradores locais, colonos brasileiros e japoneses) influenciaram a formação urbana inicial das duas colônias?
3. Há resquícios da implantação desses projetos no espaço urbano e arquitetônico das localidades atuais que remetem ao papel desses diversos agentes?

As questões de pesquisa indicam que temos que considerar diversos agentes envolvidos nesse processo: o Estado, a Igreja Católica, seus representantes locais e os colonos, sejam brasileiros ou japoneses.

O **objetivo geral** desta pesquisa é, portanto, investigar a influência dos projetos de colonização empreendidos pelo Estado e pela Igreja Católica na formação urbana de Pium e Punaú-RN. Para isto, temos os seguintes objetivos específicos:

1. Examinar as motivações e ações do Estado e da Igreja Católica nos processos de implementação dos dois projetos de colonização;
2. Apreender como se deu a formação urbana de Pium e Punaú e seu desenvolvimento histórico;
3. Analisar o grau de influência ou adaptação mútua entre as culturas japonesa e brasileira de forma a se rebater na forma de utilizar e se apropriar do espaço da colônia, seja a edificação, seja o espaço urbano;
4. Averiguar uma possível influência das colônias agrícolas na configuração urbana atual dos locais;
5. Detectar semelhanças e diferenças na formação e situação atual do espaço urbano das duas comunidades.

Importante ressaltar, inicialmente, dois aspectos. O primeiro se refere à escolha deste universo de estudo se deveu à particularidade de estas colônias contarem com a presença dos imigrantes japoneses. Além disso, se deveu também à minha relação direta com o universo, visto que minha família foi uma das selecionadas para compor a Colônia de Punaú.

Verifica-se a ausência de estudos sobre este tema e um aparente desconhecimento geral acerca da existência das duas colônias e da imigração japonesa para o Estado, principalmente no que se refere à Punaú. Este foi o principal motivo que me instigou a contribuir, por meio deste trabalho, para o

registro da memória desta fração da história do território norteriograndense e das famílias que dela fizeram parte.

O segundo aspecto diz respeito ao uso do termo “urbano” nesta pesquisa, visto que sabemos que nosso universo de estudo apresenta uma clara dimensão rural. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), em sua publicação sobre a classificação dos espaços urbanos e rurais, o nível de urbanização é classificado a partir do número populacional em áreas de ocupação densa e pela localização com relação aos centros urbanos maiores, podendo haver municípios predominantemente urbanos, intermediários e predominantemente rurais. Assim, o município de Nísia Floresta, onde se localiza a antiga colônia de Pium, foi enquadrado como município intermediário e Rio do Fogo, da antiga colônia de Punaú, como município rural, ambos adjacentes a centros urbanos.

No entanto, apesar de o IBGE adotar esta metodologia de classificação visando estar em consonância com outros países, também reconhece os desafios na delimitação do rural e do urbano na contemporaneidade. Enquanto correntes diferenciam os espaços a partir de critérios diversos como densidade populacional, modo de vida, atividades econômicas e morfologia espacial, por exemplo, também há os que criticam esta dicotomia apontando que é possível encontrar “áreas em uma cidade similares a áreas rurais e áreas na zona rural com características consideradas urbanas” (IBGE, 2017, p. 11)

Sendo assim, e mesmo reconhecendo essa dificuldade, optamos por usar o termo “urbano” ao longo desta pesquisa para as duas comunidades estudadas, algo que se justifica, a nosso ver, pois como veremos a longo do trabalho, apesar de as colônias agrícolas indicarem comunidades rurais, elas deram origem a áreas com características urbanas em maior ou menor nível, mesmo que ainda mantenham algumas áreas de plantio, principalmente no caso de Pium, que nos dias de hoje se enquadra, segundo o plano diretor do município de Nísia de Floresta, como zona de expansão urbana e apresenta maior quantidade de equipamentos urbanos, serviços e comércio. Podem ter surgido como comunidades rurais, sem dúvida, mas deram origem a núcleos urbanos ou com características urbanas.

A fim de responder as questões levantadas e alcançar os objetivos estabelecidos, esta pesquisa qualitativa se apoia no método regressivo-progressivo para compreender como momentos do passado influenciam o presente e podem contribuir para o futuro.

Este método parte de uma inquietação, explicando-a em seus termos atuais, movimenta-se regressivamente no tempo e no espaço a fim de esclarecê-la, para então, novamente regredir ao presente, apontando suas tendências e possibilidades de superação (ANDRADE, 2016, p. 30).

Para isto, o estudo parte do princípio do “espaço social”, trazido com destaque por estudiosos como Henri Lefèbvre e Milton Santos, quando se referem ao espaço como o resultado da interação entre a sociedade e o território, como lugar da reprodução das relações sociais, uma troca entre o espaço e o habitante.

Lefebvre (2008) afirma que existem vários métodos e abordagens para o estudo do espaço, e é no rompimento com essas abordagens que ele cria sua teoria. O filósofo apresenta algumas hipóteses no seu livro “Espaço e Política”, mas defende que o espaço não é um produto, nem um objeto, mercadoria ou um simples instrumento. Ele está ligado à reprodução das relações sociais e dinamiza as atividades diversas, o trabalho, a cotidianidade, as artes. Em suma, o espaço é o lugar da prática social.

Também para Santos (1979) o espaço é social. Isto é, refere-se ao resultado da interação entre a sociedade e o território, como lugar da reprodução das relações sociais, uma troca entre o espaço e o habitante. O homem é quem o produz, ou seja, o espaço<sup>1</sup> se produz a partir do contato com ele, incorporando atos sociais e as ações dos sujeitos que nele vivem. “Não se trata de localizar no espaço preexistente uma necessidade ou uma função, mas, ao contrário, trata-se de espacializar uma atividade social, ligada à uma prática no seu conjunto, produzindo um espaço apropriado” (LEFÈBVRE, 2008, p. 22).

Santos (1979) dá sua contribuição para o estudo do espaço quando afirma que este é um fato histórico, pois a “história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço é, ele mesmo, social” (SANTOS, 1979, p. 09). Daí a importância de estudar o tempo-espaço, considerados como uma

---

<sup>1</sup> Sublinhamos que estamos tratamos sobre o espaço social, pois o espaço natural, físico, em sua origem, não é criação humana.

categoria só, visto que é preciso levar em conta o espaço como uma permanente evolução, indissolúvel da dimensão temporal, considerando a trilogia passado-presente-futuro, isto é, o passado influencia o presente, que influencia o futuro. Em suma, o espaço, para Milton Santos, se define como “um conjunto de formas representativas de uma estrutura de relações sociais que se manifestam através de processos e funções e são o testemunho de história escrita no passado e no presente” (SANTOS apud STEINBERGER, 2006, p. 37).

É preciso ainda atentar para a noção de totalidade. Trata-se de um elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. No entanto, Milton Santos afirma também que a totalidade “não é uma simples soma das partes. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2004, p. 115). É a realidade em sua integridade, “é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2004, p. 116). Sendo assim, o geógrafo nos chama atenção para a importância de se estudar o espaço em sua totalidade, sabendo que cada fração do território e do espaço é solidária às demais, devendo ser estudados o rural, o urbano, o regional, o ambiental e o território em suas particularidades e em sua totalidade.

Manual Correia de Andrade (1981), ao estudar a produção do espaço do Rio Grande do Norte, além de seguir em seus estudos a metodologia aqui construída seguindo os preceitos de Santos (2004) e Lefebvre (2008), considerando o espaço potiguar como sendo social e resultado de um processo que ainda não chegou ao fim, procura “demonstrar que este espaço está sendo elaborado e reelaborado, não em função de modelos ou esquemas definitivos, mas em função de diretrizes e interesses de determinados grupos que dispõem de poder político ou econômico e tem maior pressão” (ANDRADE, 1981, p. 8).

Em suma, apesar de fracionarmos o território entre rural, urbano, regional, ambiental, é na totalidade e nas relações entre estas frações que deve ser estudado o espaço, visto que estas se relacionam de maneira que, mesmo em escala local, o espaço está inserido em uma rede maior de interesses globais, sejam econômicos ou sociais. Com isso, a abordagem histórica do espaço, como defendida por Santos (2004) e Andrade (1981), se faz necessária, pois devemos considerar o espaço em constante construção, sendo fruto de manifestações e processos ocorridos no passado e estando sempre evoluindo e se modificando

de acordo com a influência das demais frações solidárias à que estiver sendo estudada, o que pode levar à atração ou repulsão da população e equipamentos urbanos, e, como parte do processo, à modificações na vida cotidiana.

No entanto, apesar de apresentar esta necessária discussão teórica, esclarecemos que, para esta pesquisa, não estudamos o espaço em sua totalidade, apesar de tratá-la em determinados momentos, por esta abordagem ser complexa e multidisciplinar, impossível de ser tratada dentro do tempo disponível para o estudo. Além do mais, acreditamos que essa totalidade analítica a rigor, jamais será alcançada. Trataremos da reconstrução histórica do espaço urbano das duas localidades selecionadas para este estudo visando analisar como ele foi formado, como evoluiu ao longo do tempo e se há resquícios do passado na realidade urbana atual.

É com base nestes princípios que se desenvolve esta pesquisa, na qual se busca encontrar, no passado das colônias agrícolas de imigrantes, nas suas vidas cotidianas, nas relações entre os agentes sociais e institucionais, como o Estado e a Igreja Católica e nas suas ações no espaço, eventuais influências na conformação urbana atual de Pium e Punaú.

Sendo assim, a metodologia utilizada para este estudo faz uso de procedimentos como a pesquisa bibliográfica, feita em busca de reconstruir o contexto histórico que auxilie na compreensão dos interesses e objetivos que guiaram o Estado e a Igreja Católica na implantação das colônias agrícolas, bem como apreender os movimentos migratórios evidenciando os sujeitos, sendo eles os imigrantes japoneses e os camponeses brasileiros que migram para outras áreas rurais em busca de propriedades de terra.

Foi realizada uma tentativa de levantamento documental através de visita aos órgãos responsáveis ou envolvidos na implementação e gestão das duas colônias que compõem o universo deste estudo. Foram consultados os arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Fundação Pio X, na Arquidiocese de Natal, que conta com os documentos do Serviço de Assistência Rural (SAR) e da antiga Fundação Pio XII. No entanto, não foi possível encontrar suporte documental nestas fontes, havendo apenas registros de solicitações de convênios para aquisição de materiais para agricultura, e ainda assim, muito poucos. Não existem mais mapas ou arquivos com listagem das famílias

selecionadas para participar dos projetos, por exemplo. Um único mapa relativo à colônia de Pium foi encontrado em anexo ao Trabalho de Conclusão de Curso de Dantas (1982), quando a autora ainda teve acesso ao documento. Se ainda existem registros ou se há mais estudos realizados sobre estas localidades, estes aparentemente não circulam.

Para apreensão do campo empírico, portanto, a história oral foi de suma importância. Foram realizadas visitas in loco, registros fotográficos, entrevistas e visitas guiadas com os ex-colonos pelo espaço das antigas colônias visando localizar cartograficamente as residências e equipamentos existentes na época.

Importante sublinhar a dificuldade de contato e de coleta de dados com as famílias visto que a maioria já não mora nos locais das antigas colônias, tendo vendido seus lotes e migrado para outras regiões em busca de melhores condições, o que foi mais agudo no caso de Pium, e os que permanecem não possuem o contato delas. Além disso, os dois projetos foram implementados há mais de 60 anos, o que implica que os ex-colonos que fizeram parte dos projetos, já estão, em sua maioria, falecidos, em idade avançada ou com a saúde física e mental prejudicadas, impossibilitando-os de participar de nossa pesquisa. Isto somado à ausência de registros oficiais acrescentam dificuldades de reconstruir um relato completo.

Das famílias com as quais conseguimos contato, apenas a matriarca de uma delas estava viva e lúcida. Com as demais, a comunicação foi feita com os filhos ou netos, que eram pequenos ao chegarem às colônias, não possuindo muitas memórias acerca da vida cotidiana, nem grande conhecimento sobre o processo de implementação. Além disso, a maioria precisou deixar o local para estudar em outra cidade, visto que o sistema escolar dos núcleos incluía apenas o ensino primário. Mesmo assim, suas poucas memórias sobre o espaço urbano foram preciosas para a reconstrução cartográfica nos núcleos iniciais.

Ao todo, foram feitas entrevistas com 21 famílias entre os meses de maio de 2019 e maio de 2020, incluindo o Sr. José Moreira, construtor que trabalhou nas obras de todas as edificações das duas colônias, desde as residências até os equipamentos urbanos comunitários. Ele foi colono em Pium. Foram entrevistados também um ex-administrador da colônia de Punaú, o Sr. Milton Araújo, e uma figura religiosa, Dom Heitor de Araújo Sales, que acompanhou, mesmo que não de perto, os processos de colonização. No entanto, ele também

não soube informar com certeza as informações sobre o processo de implementação e administração das colônias. Seu irmão, Dom Eugênio Sales foi o responsável por orientar a instalação da colônia de Punaú e Dom Alair Vilar foi a figura mais lembrada pelos ex-colonos das duas localidades pelo seu trabalho de ir pessoalmente celebrar missas uma vez por semana. No entanto, ambos já são falecidos.

Em Pium, o caso de migração de colonos para outros locais foi mais forte. Ali habitam atualmente apenas quatro famílias brasileiras, das quais consegui contato com duas, enquanto as outras não quiseram ceder entrevista, e duas famílias japonesas, a Matsunae e Kitayama. Foi possível contato com a primeira, mas a Sra. Kitayama, matriarca e viúva desde a época da colônia, se encontrava impossibilitada de conversar conosco devido aos problemas com a doença de Alzheimer, comprometendo sua memória. Ademais, descendentes das famílias Nagashima, Tanaka e Morimura também puderam ceder entrevistas. As cinco famílias japonesas restantes, ou não quiseram conversar, ou não conseguimos informações para contato.

Punaú ainda conta com uma família japonesa no local, a Kitayama, que não quis ceder entrevista, e 11 famílias brasileiras, que conversaram de bom grado. Ainda foi possível o contato com mais quatro famílias japonesas que já não habitam mais na colônia. As demais, como veremos, solicitaram a volta para o Japão ou migraram para outros locais ainda nos primeiros anos da colônia, perdendo o contato com as que permaneceram.

Importante destacar que a informação de que apenas quatro famílias brasileiras ainda residem em Pium foi obtida com os demais entrevistados, algo sobre o quê, considerando a aparente baixa interação entre as famílias da comunidade, não conseguimos verificar a exatidão. Ao todo, foram entrevistados três integrantes de famílias brasileiras e seis de famílias japonesas de Pium e 14 integrantes de famílias brasileiras e 6 de famílias japonesas de Punaú.

Estas dificuldades servem para comprovar a importância dos estudos e pesquisas acadêmicas acerca de temas pouco tratados ou estudados, como é o caso das colônias do Rio Grande do Norte, visto o descaso dos órgãos públicos com seus arquivos e com a salvaguarda da memória da formação do território brasileiro. A ausência de arquivos poderia ter sido suprida de forma mais

satisfatória através do registro da memória coletiva, tivesse este sido feito enquanto os colonos ainda eram vivos.

Após esta fase de coleta de dados, foi feita reconstrução cartográfica a partir das visitas guiadas e dos relatos sobre a configuração espacial dos núcleos iniciais das colônias. Foi possível, a partir de imagens aéreas disponíveis na plataforma do Google Earth, demarcar as casas e equipamentos com a utilização dos softwares AutoCAD e Photoshop.

Ao fim das etapas anteriores, desenvolveu-se a análise comparativa entre os dois casos de estudo, visto que é através deste tipo de raciocínio que podemos “descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações (...) identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, explicitando as determinações gerais” (SCHEINER; SCHMITT, 1998, p. 49). Com isso, dois parâmetros principais foram estabelecidos em busca de apreender comparativamente as duas experiências:

- i) O desenho urbano e arquitetônico: aqui, explicitamos as diferenças entre a morfologia urbana dos dois núcleos, sempre tomando como base as diferentes formas de planejamento e gestão pelo Estado e pela Igreja; pretendemos apreender as diferenças e similaridades dos traçados viários, implantação das casas e equipamentos urbanos, bem como a organização dos lotes e os projetos das plantas baixas das casas dos colonos; além disso, analisamos também o nível de interferência dos demais agentes locais, principalmente os colonos brasileiros e japoneses, nestas questões espaciais.
- ii) A realidade urbana atual: neste item analisamos o desenho urbano atual de Pium e Punaú e, com base nas reconstruções dos núcleos iniciais, observamos os diferentes tipos e níveis de crescimentos e adensamento urbano sofridos pelas duas localidades buscando encontrar e distinguir a influência das antigas colônias agrícolas e o desenvolvimento das regiões vizinhas.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos: o primeiro traz esta **Introdução**, abordando a problemática que originou este objeto de estudo, o embasamento teórico-metodológico utilizado para guiar a pesquisa e os procedimentos utilizados.

O segundo, intitulado **Igreja Católica e Estado: Ações e políticas para o espaço rural (Fins do Séc. XIX a déc. 1960)** se dedica à construção de um embasamento histórico para a pesquisa, abordando o papel destes dois agentes na produção do espaço rural. Foca principalmente em compreender as ações políticas e os interesses recíprocos destes ao convergirem suas atenções para as transformações sofridas no campo.

O terceiro capítulo, **Movimentos migratórios no Brasil e as políticas de imigração e colonização**, aborda as políticas de imigração e colonização promovidas pelo Estado em busca de um embasamento para a análise da implantação das colônias de nosso universo de estudo. Posteriormente, reserva um momento para o estudo do processo migratório, tanto das migrações internas quanto da imigração japonesa, buscando compreender, em termos gerais e em âmbito nacional, as motivações das famílias envolvidas para migrar para outra área rural, bem como as demandas sociais dos dois grupos étnicos, seu processo de adaptação sociocultural e participação na produção do espaço dos locais em que se instalaram.

O quarto capítulo, **Dois projetos de colonização no RN: Pium e Punaú (1950-1980)**, se dedica à análise empírica e se apresenta dividido em dois itens: no primeiro, buscamos fazer uma introdução histórica do processo de formação e instalação das duas colônias implementadas pelo Estado e pela Igreja Católica, da seleção dos colonos e de suas características socioculturais, desde suas origens, a suas motivações para migração para os locais, assim como suas expectativas até as relações sociais que estabeleceram entre si e o processo de formação da comunidade; e o segundo busca reconstruir, cartograficamente, os núcleos urbanos iniciais a partir, principalmente, de relatos e visitas guiadas;

O quinto capítulo, **A realidade urbana: uma análise comparativa**, traz em um primeiro momento o exame dos dois núcleos urbanos atualmente, buscando identificar possíveis influências das antigas colônias, seja no uso, na ocupação, no padrão de parcelamento do solo, bem como seu crescimento para além dos limites originais, ou não. Em seguida, parte para a análise comparativa entre as duas experiências a partir de dois parâmetros principais: o desenho urbano dos núcleos iniciais e a realidade urbana atual visando refletir sobre as similaridades ou diferenças entre os dois casos no tocante ao processo de implementação e gestão pelo Estado e pela Igreja, seus processos de formação

e desenvolvimento urbano, influência dos agentes locais e reatamento nos núcleos atuais. Para isto, utilizamos a classificação, análise e crítica dos dados coletados.

Por fim, nas **considerações finais** são apresentadas as conclusões buscando organizar as respostas às questões de pesquisa aqui propostas e a partir das quais novos questionamentos e novas janelas de análise se abrem, que poderão ser exploradas em discussões futuras. O trabalho conta ainda com as referências bibliográficas.

## **2. IGREJA CATÓLICA E ESTADO: Ações e políticas para o espaço rural (fins do séc. XIX a dec. 1960)**

Aqui tratamos do papel da Igreja Católica e do Estado na produção do espaço rural no Brasil e no Rio Grande do Norte. Tais agentes sociais recebem destaque aqui por terem sido os responsáveis pela formação e administração das colônias agrícolas de imigrantes tratadas nesta pesquisa.

Este capítulo está dividido em dois itens: apresenta inicialmente um embasamento teórico-conceitual sobre o Estado e a Igreja Católica e suas ações como agentes na produção do espaço no campo, perceptível em todo o território nacional, e também as ações da Igreja Católica e do Estado no Rio Grande do Norte, suas políticas e interesses recíprocos para a atuação no campo e criação das comunidades a serem estudadas.

### **2.1. O papel da Igreja Católica e do Estado na produção do espaço rural**

Ana Fani Carlos (2008) afirma que se deve superar a “noção do espaço como palco da vida, ultrapassando a exterioridade que tal noção apresenta em relação à nossa sociedade” (CARLOS, 2008, p. 15). Dito isto, a autora traz algumas questões que a guiaram na construção de um arcabouço teórico sobre a produção do espaço urbano:

a) a discussão da paisagem como forma de manifestações do espaço geográfico superando a ideia de paisagem considerada como elemento estático; b) a discussão do ciclo do capital como elemento do processo de produção espacial, particularmente o urbano, reforçando a importância do processo de circulação (materializado na rede de comunicações) e o ponto de vista do ato de consumo do espaço (articulado à totalidade das relações de produção e de circulação) e, finalmente, a inter-relação entre o ciclo do capital individual e o do capital global; c) a problematização da teoria do valor na discussão da “terra-matéria” gerando renda (como aparece nos textos de Marx) e a “terra como parcela do espaço” dotado de valor; d) o papel dos movimentos sociais urbanos no processo de reprodução espacial, resgatado no cotidiano dos indivíduos, articulado a partir do aprofundamento das contradições em que se produz o espaço urbano; e) finalmente o papel do Estado no processo de produção do urbano através de duas vertentes: de um lado, a de propiciador das condições gerais de reprodução do capital, e de outro, a de “gerenciador” das crises sociais (CARLOS, 2008, p. 15).

Este caminho teórico-metodológico trazido pela autora é de grande relevância no contexto desta pesquisa, visto que abarca o estudo das problemáticas da participação do ciclo do capital e do Estado na produção do espaço urbano, pontos estes a serem levantados e discutidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, visto que o processo de instalação das colônias agrícolas com imigrantes foi realizado em Pium e Punaú em um contexto de aplicação das políticas de colonização e imigração.

Segundo Carlos (2008),

a sociedade também produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência. Refere-se ao fato de que os homens, ao produzirem seus bens materiais e se reproduzindo como espécie, produzem o espaço geográfico. O espaço produzido pelo capital fundamenta-se na apropriação privada, que aliena do produtor o produto; nesse sentido, o espaço se produz a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço. Esta contradição decorre do fato de que todo “pedaço de terra” para a reprodução da vida deve ser comprado ou alugado, com a finalidade de construção de moradia. A cidade é também o lugar onde ocorrem os movimentos reivindicatórios em que se acirram os conflitos e as lutas de classes. (CARLOS, 2008, p. 22)

É importante considerar a força do capital na produção do espaço pois, na sociedade capitalista, a terra é vista como mercadoria. O capitalismo se articula e gera condições favoráveis a si próprio para a “conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço” (LEFEBVRE, 1999, p. 142). A consequência é que, de acordo com Carlos (2008), a produção do espaço é desigual.

Nos casos das colônias de Pium e Punaú, apesar de inseridos em um contexto de efervescência de movimentos sociais em torno do acesso à terra, a aquisição das terras pelos moradores das duas colônias não foi fruto de suas lutas populares, pelo menos não diretamente, uma vez que as terras foram concedidas pelo Estado e pela Igreja Católica. Contudo, elas têm a ver com conflitos no campo, uma vez que elas foram cedidas para amenizar os conflitos emergentes em áreas adjacentes. Entende-se, à primeira vista, que a aquisição da terra nesses dois casos não se encaixa inteiramente na lógica capitalista pelo fato de os lotes terem sido doados às famílias e não comprados por elas. Por outro lado, não se tratava exatamente de uma aquisição fundiária pelos colonos,

pois a casa e o lote permaneciam como propriedade dos órgãos dirigentes e apenas a produção era dos colonos. Segundo Barbosa (2003), apenas após um período de cinco anos é que a dívida era considerada paga e os colonos recebiam a documentação de posse definitiva da propriedade.

Roberto Lobato Corrêa (2011) se pergunta: quem são os agentes sociais da produção do espaço? Como resposta, ele traz os tipos ideais de agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. É através da ação destes agentes sociais que o espaço é produzido, “impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados à estética, status, etnicidade e sacralidade.” (CORRÊA, 2011, p. 44).

Aqui, outro ponto trazido pelo autor merece destaque no contexto deste estudo: trata-se dos múltiplos papéis do Estado, que se inserem em contextos econômicos, políticos e sociais. São várias as possibilidades de ação do Estado, dentre elas:

estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano; produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento; controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais; tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais - ação esta que tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial; tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade. (CORRÊA, 2011, p. 45-46).

Tais apontamentos trazidos por Corrêa (2011) e por Carlos (2008) são aqui destacados pois, nos caminhos desta pesquisa, enfatizamos a ação do Estado como um dos agentes sociais na produção do espaço, que assume os papéis de gerenciador de crises sociais, determinante de marcos jurídicos para

a produção do espaço, de controlador do mercado fundiário, de promotor imobiliário e de promotor das condições de produção para os outros agentes sociais. Alguns desses papéis se verificam em termos gerais, mas também nas localidades selecionadas para esse estudo, como veremos nos capítulos 4 e 5.

No entanto, os autores citados não consideram a Igreja Católica como um dos agentes produtores do espaço. Apesar de esta poder se encaixar na categoria de proprietários fundiários, é necessário considerar também este agente, visto que foi de grande participação na orientação das colônias tratadas neste estudo. Contudo, essa ausência ocorre porque a Igreja Católica, a rigor, não assume, pelo menos na atualidade, papéis característicos do Estado, como foi no passado, sendo suas preocupações de outra natureza.

A forte presença da Igreja Católica no Brasil Colonial evidenciava-se na formação do espaço territorial e urbano, visto que, eclesiasticamente, a organização territorial da colônia era concebida em forma de freguesias ou paróquias, isto é, correspondia, como nos dias de hoje, a uma circunscrição territorial ou da administração eclesiástica, com sede na igreja paroquial, com a diferença que, no período colonial e no Império essa organização eclesiástica também servia ou fazia parte da administração civil, a Igreja Católica sendo então ligada ao Estado.

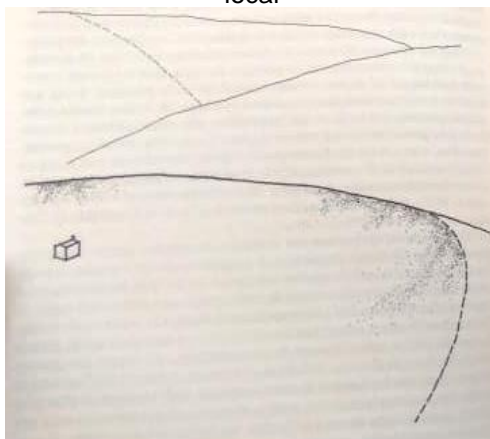
Como esclarece Murillo Marx (1991), uma vez que a freguesia era elevada ao status de vila, a jurisdição ou território da vila, que era um município, tinha os mesmos limites da freguesia que a precedeu, de modo que a terra eclesiástica precedia a divisão da administrativa civil.

Além disso, as igrejas acumulavam grande patrimônio de terras e imóveis devido às doações de fiéis, os quais buscavam com isso um benefício espiritual, como “atenções especiais para si e para os seus em termos espirituais, como missas após a morte” (MARX, 1991, p. 39), cerimônias fúnebres grandiosas e o direito de serem sepultados no altar-mor da igreja.

Os patrimônios religiosos ocupavam importantes espaços tanto nas vilas - nas quais o “patrimônio dos santos” constituía normalmente o núcleo primordial do povoamento - como no interior, onde as terras “dos santos” constituíam - entre outras coisas - um meio de acesso por parte dos escravos a uma pequena parcela da terra para residência ou cultivo de subsistência. (HOORNAERT, 1982, p. 14-15)

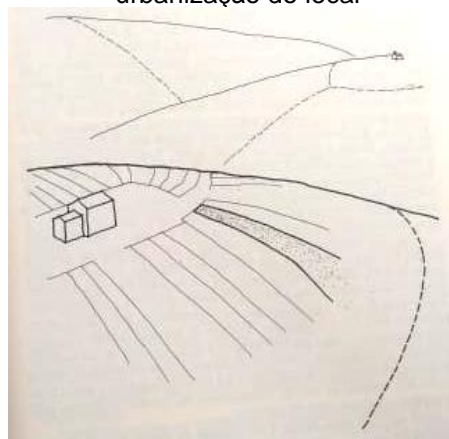
No contexto deste estudo, é relevante destacar que o patrimônio religioso era um importante instrumento fundiário para a constituição dos núcleos urbanos devido à sua consequência física: o parcelamento da terra (MARX, 1991, P. 13). Ao longo do tempo, o patrimônio da Igreja foi utilizado para a constituição de novos parcelamentos e usos visando a manutenção do templo.

Figura 1: A influência do patrimônio religioso e suas concessões para a urbanização do local



Fonte: Marx, 1991

Figura 2: A influência do patrimônio religioso e suas concessões para a urbanização do local



Fonte: Marx, 1991

No entanto, após a Lei de Terras de 1850, com os esforços para organizar a questão fundiária, o patrimônio da Igreja passou a ser questionado por outros setores da sociedade, principalmente pelos proprietários privados e o poder público. Segundo Rubenilson Teixeira (2009), o Estado liberal passou a atacar as propriedades fundiárias da Igreja, inclusive das irmandades. As medidas tomadas pelo governo constituíam um golpe para as propriedades eclesiásticas.

A lei de 9 de dezembro de 1830 considerava nula toda transação financeira que envolvesse o patrimônio imóvel e fundiário das ordens religiosas. Aliás, o patrimônio fundiário ou outro das ordens religiosas foi uma das principais causas da decadência delas, a partir de 1870, proporcionada pela perseguição fomentada por um governo que tentava se apropriar de seus bens. (TEIXEIRA, 2009, p. 464).

Com isto, as transações de terras da Igreja, a partir de meados do século XIX, passaram a ser frequentemente motivadas por receio de expropriação. A título de exemplo, temos o caso de Acari, onde duas irmandades, a do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Guia, venderam suas propriedades devido às pressões do governo e suas intenções de se apropriar delas. Seja como for, como resultado desse longo processo que remonta ao período colonial, a Igreja Católica chega ao século XX como grande propriedade

fundiária, mesmo com as ameaças contra esse patrimônio na virada do século XIX para o XX (TEIXEIRA, 2009, p. 464).

Posteriormente, no período entre 1940 e 1960, a Igreja passou a se envolver com questões sociais, como veremos oportunamente, momento no qual passou a agir intensamente nas áreas rurais (PAIVA, 1992, p. 38). Foi neste contexto em que houve casos em que a Igreja Católica, seja por convicção de parte de suas lideranças, seja talvez por causa das pressões, cedeu parte de seu patrimônio em prol de causas sociais, inclusive para a organização de colônias agrícolas, como foi o caso da Colônia de Punaú.

A seguir, trataremos especificamente das ações do Estado e da Igreja Católica no espaço rural do Rio Grande do Norte entre 1950 e 1960, nosso período de estudo.

## **2.2. Igreja Católica e Estado no Rio Grande do Norte (1950-1960): Planejamento, ação política e interesses recíprocos**

Como mencionamos, os projetos de colonização de Punaú e Pium foram idealizados, implementados e coordenados pela Igreja Católica, através da Fundação Pio XII, e pelo Estado, respectivamente. A vinda dos imigrantes japoneses foi justificada pela necessidade de introdução e ensino de novas técnicas agrícolas para os colonos brasileiros. No entanto, já existiam um corpo técnico no Estado que poderia oferecer apoio. De qualquer forma, cabe o questionamento: qual seria a real intenção do Estado e da Igreja Católica com a idealização destes projetos?

Visando guiar estas investigações, dedicamos este tópico à análise das ações da Igreja Católica e do Estado no âmbito local, buscando abordar principalmente a relação entre os dois agentes, o envolvimento da Igreja com a política e os interesses recíprocos entre Igreja Católica e Estado no que se refere à produção do espaço e educação dos colonos.

Destacamos que, na busca por literatura sobre este tópico, houve um visível desequilíbrio entre as produções, havendo mais facilidade de coletar estudos disponíveis sobre a ação da Igreja do que do Estado, ao menos durante nosso período de estudo. O que observamos é que os dados sobre a ação do

Estado na produção do espaço agrário no Rio Grande do Norte são mais abordados a partir do período da Ditadura Militar (1964-1985), visto o “atraso” do início dos movimentos sociais contra a concentração fundiária no Estado, fazendo com que ele dirigisse sua atenção para a questão de distribuição de terras apenas em meados da década de 1960, quando se instaurou a ditadura e os movimentos e sindicatos passaram a ser duramente reprimidos.

Apesar de a Igreja guiar suas linhas de ação desde a década de 1940 para o apoio aos trabalhadores rurais, é apenas no ano de 1980 que ela explicita este posicionamento, quando, na ocasião da XVIII Assembleia Extraordinária da CNBB, os bispos aprovaram um documento em apoio à reforma agrária e condenando o capitalismo no campo. Neste documento, há uma diferenciação entre a propriedade capitalista da terra e a propriedade privada da terra. Enquanto a primeira implica em um instrumento de exploração do trabalho alheio, a segunda é vista como instrumento de trabalho do próprio trabalhador e sua família (SANDRONI, 1980, p. 19-20). Aqui se admite, portanto, a produção da pequena propriedade de terra, havendo a defesa dos trabalhadores do campo e da pequena propriedade agrária.

Marlúcia de Paiva Oliveira (1992) estudou a ação da Igreja Católica no Rio Grande do Norte entre fins da década de 1940 ao início da década de 1960, visto que se tratava de “uma região de economia predominantemente agrária, de grande tradição católica, e cuja história política e cultural, sempre esteve perpassada pela influência do elemento religioso” (OLIVEIRA, 1992, p. 18-19). Segundo a autora, a preocupação com a questão rural atingiu a Igreja Católica neste momento devido ao fato de que a Igreja “já havia perdido, no século XIX, a massa operária e, nesse momento, estava ameaçada de perder outro segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais” (OLIVEIRA, 1992, p. 37).

Sendo assim, a Igreja Católica acompanhou as transformações socioeconômicas que ocorriam no panorama nacional, introduzindo mudanças em sua prática social e passando a atuar com foco em suas bases sociais, ao invés da ação clericalizada. “Em Natal, a Igreja, em sintonia com os projetos e programas governamentais, voltou suas atividades preferencialmente para o meio rural” (OLIVEIRA, 1992, p. 76).

Difícil desconectar, no entanto, este interesse do envolvimento da Igreja com as lutas dos trabalhadores rurais e o apoio à pequena propriedade de terras do medo do comunismo, visto historicamente como ateu e contra a religião.

As diretrizes do trabalho social da Igreja foram apresentadas pelo Papa Pio XI através da primeira encíclica<sup>4</sup> publicada, em 1931, que denuncia a ditadura econômica do capital e condena o socialismo, mostrando-se simpático ao corporativismo fascista e

“apoiando suas proposições concernentes à colaboração entre as classes, à repressão ao socialismo e à criação da justiça trabalhista, delineando-se aí a proposição da ‘3ª via’, proposta mais tarde defendida por aquela instituição católica” (PAIVA, 2000, p. 18).

Segundo Marlúcia Menezes de Paiva (2000), em 1937 este mesmo Papa publicou a encíclica *Divini Redemptoris*, cujo objetivo foi condenar duramente o comunismo. A Igreja Católica deixa claro que a educação deve ser utilizada como estratégia para combater o comunismo, visando agir dentro das escolas e universidades para ajudar a guiar os jovens a construir uma consciência socialmente católica, ou seja, visa controlá-los e guiá-los, direcionando-os contra a ameaça comunista e em direção aos preceitos do catolicismo.

Vale destacar o comentário de Dalcy da Silva Cruz (2000), ao discutir a ação da Igreja no campo social e político nas décadas de 1950/60, de que as Ligas Camponesas, formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945 como um movimento em prol da reforma agrária e da luta por melhores condições de vida no campo, além da ameaça comunista, abrigavam em seu interior também líderes protestantes, alimentando os conflitos entre Igrejas e aumentando o esforço da Igreja Católica em combater a entrada das Ligas no Rio Grande do Norte através do fortalecimento de sua ação social.

O empenho da Igreja Católica na luta pelas propriedades de terras no Estado se deu, então, através de ações educativas do Movimento de Natal, um dos experimentos desenvolvidos e coordenados pela Diocese de Natal/RN em conjunto com a Ação Católica, contendo um corpo de intelectuais leigos que

---

<sup>4</sup> A Doutrina Social da Igreja (DSI) é um conjunto de ensinamentos constante de 19 encíclicas e de pronunciamentos papais. As cartas encíclicas, por sua vez, são comunicações papais dirigidas aos bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis. Para maiores detalhes sobre as encíclicas papais, ver: [http://www.vatican.va/offices/encyclicals\\_list\\_po.html](http://www.vatican.va/offices/encyclicals_list_po.html)

transmitia as doutrinas católicas aos fiéis. Segundo Oliveira (1992), dois momentos se destacam dentro do Movimento de Natal:

o primeiro, correspondente aos anos 50, onde as atividades da igreja estavam voltadas para a organização e desenvolvimento de comunidades, sobressaindo-se as Missões Rurais e as Semanas Ruralistas; e o segundo, que vai do final dos anos 50 ao início dos 60, quando voltou-se para a educação (Escolas Radiofônicas e MEB - Movimento de Educação de Base) e para o sindicalismo rural (OLIVEIRA, 1992, p. 13).

Foi com a criação da Juventude Masculina Católica e da Escola de Serviço Social, em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1945, que as atividades que iriam compor o Movimento de Natal ganharam maior dimensão, visto que até aquele ano as ações sociais da Igreja no RN foram incipientes. Era um trabalho essencialmente catequético, não um movimento social (PAIVA, 2000, p. 25). Segundo a autora, a Igreja limitava-se a ações assistencialistas em conjunto com a LBA e com o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS).

Segundo Paiva (2000) e Cruz (2000), a Juventude Feminina Católica (JFC), criada em 1930 e rearticulada em 1943 por Pe. Nivaldo Monte, e a JMC, criada por Pe. Eugênio Sales, juntamente com a Escola de Serviço Social, exerciam uma atividade social e catequética variada, atingindo diferentes segmentos sociais nas áreas periféricas de Natal.

Vemos, portanto, a importância da Escola de Serviço Social para o desenvolvimento das ações sociais da Igreja, visto que marcou a criação do Movimento de Natal e proporcionou uma maior racionalização do trabalho social, adotando “uma atitude favorável à pesquisa e uma abordagem mais científica dos problemas, além de facilitar a mudança nas atividades, passando de meramente assistenciais para autopromoção das pessoas assistidas, notadamente pelo uso do Serviço Social de Grupo e de Comunidade”. (PAIVA, 2000, p. 27). O trabalho da Igreja agora teria embasamento científico e racional.

Importante salientar que as ações do Movimento de Natal ocorreram com apoio de inúmeros políticos e representantes de órgãos federais e estaduais, como atestam as diversas correspondências do então Pe. Eugênio Sales<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Disponíveis nos arquivos do SAR. Ver PAIVA, M. **A Igreja Dos Anos 50: O Movimento De Natal**. in: ANDRADE, I. A. L. **Igreja E Política No Rn**. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 15-40.

Há nessa etapa uma perfeita intimidade entre o Movimento de Natal e os poderes constituídos, evidenciando uma prática politicamente conservadora e também, pelo teor apresentado, assistencialista/paternalista. Não houve a preocupação de criar nas massas uma nova mentalidade que procurasse estimular a crítica social e questionasse a ordem estabelecida, mas adaptá-las às novas condições históricas, promovendo a harmonia entre as classes, sob o manto protetor da Santa Madre Igreja Católica. (PAIVA, 2000, p. 29-30)

As ações do Movimento de Natal foram, portanto, essencialmente educativas, fazendo parte de um amplo movimento de modernização do país, quando houve uma aproximação ideológica da Escola Nova<sup>6</sup> e dos higienistas, pois “ambos consideravam a educação como fator de equalização social, tratando-a, como também à saúde pública, de forma neutra, respaldada em princípios científicos, realçando seu caráter técnico-pedagógico, embora dissociada do contexto histórico vigente” (PAIVA, 2000, p. 32). Assim, segundo a autora, é possível observar as semelhanças entre as diretrizes teórico-práticas deste movimento da Escola Nova e das ações do Movimento de Natal. Como um exemplo, temos o relatório semanal da equipe da Missão Rural do Agreste, onde se evidencia esta valorização da educação:

Um bom trabalho o que se vem realizando na Missão Rural do Agreste. Estrutura nova do trabalho dentro de métodos que se renovam. Uma ação educativa que se estriba no ‘Fazer fazer – Ajudar ajudar-se’. Quem visita as comunidades trabalhadas pela Missão Rural, sente uma transformação. Há desejo de progresso, entende-se o bem comum. Reunir-se para planejar já vai se transformando em hábito para algumas comunidades. Muda-se os costumes; transformam-se as mortalidades (Igreja Católica, SAR, 1960 apud PAIVA, 2000, p. 33).

Os cursos que preparavam as equipes técnicas para as Missões Rurais buscavam imprimir o espírito de fraternidade que formava uma unidade de pensamento de recuperação total do homem das zonas rurais do Brasil.

As Missões Rurais ideologizaram duplamente suas ações: primeiro porque ao fazer uso das técnicas de desenvolvimento de comunidade e educação de base, deslocavam a questão da exploração das relações sociais de produção capitalista para o âmbito dos problemas individuais ou de comunidade (isolada do contexto mais geral do resto do país); segundo, pelos cursos promovidos para treinamento de seus técnicos (intelectuais) imbuindo-lhes de uma ideologia que os faziam reproduzir a ideologia das classes dirigentes, cimentando e unificando o bloco social rural, facilitando, portanto, a acumulação capitalista de produção. (PAIVA, 2000, p. 35-36).

---

<sup>6</sup> Movimento educacional que surgiu no século XIX.

Esta ênfase na educação rural surgiu dentro do contexto socioeconômico vivido pelo Brasil após a década de 1930, quando passou a ser utilizada como forma de conter a migração campo-cidade, objetivando radicar o homem rural no campo, evitando seu êxodo para a cidade e minimizando a questão social (PAIVA, 2000, p. 36). Teve o apoio do Governo Vargas que, em 1933, afirmou que a educação daria ao trabalhador do campo a consciência de seus direitos e deveres, e que o modelo de educação deveria ser de acordo com as regiões e tendências dos habitantes. Sendo assim, nos centros urbanos, populosos e industriais prevaleceria o ensino técnico-profissionalizante e no interior, o ensino rural e agrícola, pretendendo com isto alcançar uma harmonização social. (apud PAIVA, 2000, p. 35-36)

No Rio Grande do Norte, foi de grande importância a criação do SAR, pela Juventude Masculina Católica, sob a direção do Padre Eugênio Sales, em 1949, com instalação em 1950, podendo ser considerada a instituição mais importante do Movimento de Natal (OLIVEIRA, 1992, p. 83). De acordo com seus Estatutos, o SAR tinha como objetivos

a) Promover a modificação da estrutura agrária; b) incrementar o serviço social junto às populações rurais; c) prestar assistência médico-dentária, principalmente à maternidade e à infância; d) desenvolver educação sanitária e alimentar; e) difundir o cooperativismo; f) prestar assistência jurídica; g) prestar assistência religiosa; h) promover a elevação do padrão da agricultura e da pecuária; i) propugnar pela sindicalização rural; j) difundir a imprensa, rádio e televisão, utilizando-os principalmente na educação de base; k) ministrar assistência educacional; l) cooperar na solução do problema habitacional; m) trabalhar pela humanização da migração. (ESTATUTO DO SAR apud ANDRADE, 2000, p. 94)

Assim, uma de suas ações de grande relevância para a educação e politização da população do campo foi a criação de uma equipe de sindicalização ligada ao Serviço, cujo objetivo era

Coordenar e executar a ação socioeducativa da Igreja no meio rural através do desenvolvimento de comunidades em pequenas paróquias, aproveitando recursos humanos do próprio meio como grupos informais de lideranças, voltados para clubes de mães, clubes de jovens, clubes agrícolas, núcleos de artesanato e centros sociais. (CRUZ, 2000, p. 53).

Para o preparo destes grupos de lideranças havia o programa de Treinamento de Líderes em convênio com o Ministério da Educação e Cultura e da Campanha Nacional de Educação Rural, realizado na Escola Prática de

Agricultura de Jundiá. Tinha o objetivo de preparar bases para dar continuidade ao trabalho do SAR, o qual vai dar suporte à organização e desenvolvimento das comunidades (OLIVEIRA, 1992, p. 84). Segundo relatório do SAR de 1977, disponível nos arquivos da Arquidiocese de Natal, em 1951 foi realizada a primeira Semana Rural. Ao todo, foram 13 ao longo de oito anos. Em decorrência, “surgiu a necessidade de preparar pessoa capacitada a levar adiante as ideias e resoluções apresentadas, surgindo assim o Centro de Treinamento de Líderes Rurais” (SAR, 1977).

Segundo Cruz (2000), em 1955 foi criado o Centro de Treinamento de Ponta Negra, já mencionado anteriormente, a partir do Patronado de Ponta Negra, que mantinha uma equipe composta por agrônomos, assistentes sociais, médicos veterinários, enfermeiras e sacerdotes, bem como uma diretora que era professora de Serviço Social Rural e especialista em educação de base, uma monitora de equipe de campo e uma monitora de alimentação.

Com o apoio da Juventude Agrária Católica (JAC), a Igreja atuou através, dentre outros instrumentos, dos programas radiofônicos por meio dos quais, em determinado dia da semana, os chamados grupos de audiência escutavam a transmissão e depois entravam numa discussão sobre os assuntos veiculados, sempre com ênfase na problemática social no campo (CRUZ, 2000, p. 59).

Aqui, cabe ressaltar a experiência ocorrida em Pium, parte de nosso universo de estudo, onde a cada dois meses todos os grupos de audiência, segundo entrevista coletada por Cruz (2000) com uma ex-coordenadora do MEB-Natal, se reuniam e ficavam acampados em barracas “no meio do mato” (sic) durante três dias, em cada um dos quais se discutia um assunto. Dentre os programas, existia o “Semeia a boa Semente”, o qual veiculava, além da evangelização, o sindicalismo rural, cooperativismo e cursos de técnicas agrícolas.

Estes grupos de audiência eram formados por pessoas oriundas do campo e dos bairros periféricos de Natal e aconteciam em Santos Reis, Dix-Sept Rosado, Mãe Luíza, Bom Pastor e Nova Descoberta. Cruz (2000) afirma que a JAC não conseguiu avançar no meio rural em si, porém, a eficiência de seu trabalho de conscientização e discussão dos problemas do campo foi comprovada através deste trabalho realizado com os grupos e com a Emissora de Educação Rural.

Vale destacar que, segundo o professor Paulo Roberto Palhano Silva<sup>7</sup> – vinculado ao Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, alguns dos participantes destes grupos estruturaram a ação educativa da Igreja Católica, passando inclusive pelas experiências em Pium, dentre os quais estão Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco, Maria Cristina Dal Pian e Raimundo Gomes de França.

Marta Maria Castanho Almeida Pernambuco veio a se tornar professora no Departamento de Educação da UFRN, compondo o quadro do Programa de Pós-Graduação em Educação, instalando a base de pesquisa Educação em Movimento e fundando a SEDIS – Secretaria de Ensino a Distância, com ênfase em propostas pedagógicas de Paulo Freire. Destacou-se pelas ações de educação e ciências junto à Paroquia e Escolas do Município de São Paulo do Potengi e pela sua inserção nacional, colaborando durante anos com a formação de professores na educação indígena na região amazônica no Brasil, e com a proposição do Curso de Pedagogia da Terra, pelo qual fora firmada parceria entre a UFRN e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Faleceu em São Paulo em 2018.

Maria Cristina Dal Pian ingressou na UFRN como professora de Física, foi Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação entre 1991 e 1995, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação entre 1990 e 1991, e secretária de Ensino da Sociedade Brasileira de Física entre 1996 e 1998. Tornou-se pesquisadora colaboradora junto ao Instituto do Cérebro e ao Instituto Metrópole Digital da UFRN e pesquisadora associada junto ao Instituto de Bioinformática e Biotecnologia (i2Bio).

O senhor Raimundo Gomes de França foi técnico agrícola e, após sua participação na experiência da fazenda em Pium – envolvendo ações práticas agrícolas e agrárias – foi convocado para trabalhar como supervisor técnico no SAR, onde ficou até a data de 1990. Faleceu em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 2020.

---

<sup>7</sup> As informações que seguem sobre esses três personagens importantes foram fornecidas por sua participação nas bancas de qualificação e de defesa da autora, em 30 de setembro de 2019 e 07 de dezembro de 2020, respectivamente.

As Escolas Radiofônicas foram a forma encontrada pela Igreja Católica para agir dentro das comunidades rurais. “Elas funcionavam com um rádio, um quadro negro e o monitor e tinham classes formadas entre 10 e 20 alunos” (CRUZ, 2000, p. 64). Um único aparelho de rádio pertencia à comunidade como um todo e foi a o meio mais eficiente encontrado pela Igreja para levar a educação de base para as comunidades.

A Igreja, através do SAR, atuou no meio rural através de ações como a realização da I Semana Rural do Rio Grande do Norte, realizada em Jundiá e em Natal em 1951, quando ocorreu a Pastoral sobre o problema rural, assinada pelos bispos das Dioceses de Natal, Mossoró e Caicó. Segundo Cruz (2000), este projeto funcionou de 1945 a 1965 e foi através dele que o SAR desenvolveu as experiências de colonização de Pium e Punaú. No entanto, é necessário mencionar que o projeto de Pium não foi desenvolvido pela Igreja Católica e que as datas citadas pela autora são incorretas, visto que ela menciona que as duas colônias foram implantadas em 1963, quando na verdade Pium foi em 1956 e Punaú em 1959.

Na década de 1960, com a consolidação do trabalho do SAR, a Igreja se volta para a organização do trabalhador rural em sindicatos como forma de contraposição às Ligas Camponesas (CRUZ, 2000, p. 74). Foram criadas equipes de sindicalização rural em quase toda a região Nordeste com a finalidade de promover cursos e reuniões através das seguintes ações:

- a) Ação direta por meio de reuniões nas comunidades com a participação de trabalhadores e estudantes universitários (Direito e Serviço Social); b) troca de experiências entre trabalhadores de comunidades diferentes com mesas redondas, onde cada lugar contava suas experiências; c) programas radiofônicos, pequenas publicações como cartilhas, folhetos e boletins, com informações sobre o papel do sindicato, sua finalidade e organização; d) semanas de estudo, congressos, literatura de cordel e cantadores de viola, como meio de formação de líderes, esclarecimentos a trabalhadores e divulgação dos trabalhos realizados; e) treinamento de líderes locais e sindicais (CRUZ, 2000, p. 79).

Trata-se, como afirma Cruz (2000), de uma ação que buscava criar um sindicalismo como um instrumento de transformação que se apoiava no clero, mas principalmente nos leigos e militantes da Igreja Católica.

A Igreja, temendo a penetração de forças ditas à esquerda (comunistas, socialistas), com destaque para as Ligas Camponesas, e com o objetivo de preservar e fazer crescer o seu rebanho, ampliou as atividades do Movimento de Natal em duas direções principais:

educação de base, através das escolas radiofônicas, e sindicalismo rural. A partir do final da década de 50, essas duas vertentes centralizaram as atividades da Igreja e, pelo seu pioneirismo, alcançam destaque internacional. Os trabalhadores rurais e seus familiares passam a ser alfabetizados nas escolas radiofônicas e, como realçava o programa, principalmente conscientizados; paralelamente, organizavam-se em sindicatos rurais atingindo novos patamares de luta. (PAIVA, 2000, p. 35-36).

Luiz Eduardo Wanderley (1984) acrescenta que o “clero que atuou na sindicalização rural teve uma orientação predominantemente de contenção ao comunismo e de combate às Ligas, com raras exceções” (WANDERLEY, 1984, p. 277). Sua afirmação é apoiada em trecho retirado de matéria do jornal O Estado de São Paulo, onde lê-se

O pároco de Jaboatão (Pernambuco) declarou hoje perante a assembleia plenária da Confederação Rural Brasileira que as ‘Ligas Camponesas desapareceriam rapidamente do NORDESTE, graças ao trabalho que o Clero realiza pelo associativismo e a sindicalização, dirigida pela reunião dos bispos do NORDESTE’. Ele acrescentou que é somente em certas regiões do Estado da Paraíba, onde a sindicalização não começou, que as Ligas têm uma certa importância. Mas aqueles que orientaram o movimento associativista querem realizar reuniões no Estado, de modo que o Clero possa agir eficazmente. (1962 apud WANDERLEY, 1984, p. 277).

Por esta citação, percebemos não apenas a comprovação da ação da Igreja Católica através dos Sindicatos Rurais como forma de combater a ameaça comunista representada pelas Ligas Camponesas, como também que esta luta era feita em conjunto com o Estado.

Cruz (2000) afirma terem sido 60 sindicatos fundados até 1964 no Rio Grande do Norte, sendo grande parte localizada da região do litoral do Estado. O sucesso deste trabalho de organização policial e social ajudou a neutralizar as outras forças que ameaçavam entrar no Estado, como o PCB e as Ligas Camponesas (CRUZ, 2000, p. 85).

Importante destacar que, no caso de Punaú, como será detalhado mais à frente, os colonos foram escolhidos pela Arquidiocese de Natal de locais onde ela já atuava ativamente na mobilização das comunidades rurais e possuía sindicatos instalados. Este fato é perceptível quando vemos que, segundo Cruz (2000), dos 60 sindicatos reconhecidos até 1964, 51 se localizavam na Região do Agreste, Litoral e Sertão, que está ligada à Arquidiocese de Natal e de onde vinham os colonos entrevistados neste presente estudo. De acordo com a autora, estes sindicatos tinham associados assalariados, autônomos,

trabalhadores na extração vegetal, pequenos proprietários e trabalhadores em geral.

Após o golpe de estado de 1964, no entanto, pouco restou do Movimento de Natal. Os sindicatos foram extintos e as escolas radiofônicas transformadas no Movimento de Educação de Base (MEB), que para funcionar tiveram que submeter seus programas à censura. Apesar de, durante algum tempo, a Igreja Católica ter continuado a apoiar o Estado, segundo Cruz (2000) foi neste período da ditadura que houve a ruptura entre eles, visto que a Igreja preferiu permanecer ao lado das lutas populares e desenvolveu uma prática social mais agressiva. Sendo assim, a Igreja Católica passa de uma atuação aliada aos poderes constituídos, reforçando a dominação, como ocorreu até a década de 1930, para uma luta “pelos menos favorecidos, denunciando as injustiças sociais, a fome e a miséria, como se conhece o que foi a Igreja dos anos 50/60” (CRUZ, 2000, p. 43).

Em suma, vemos a transformação do posicionamento e ação da Igreja Católica ao longo da primeira metade do século XX. Cruz (2000) defende que o contexto dos anos 1950, quando houve a entrada maciça do capital estrangeiro, grande desenvolvimento das forças produtivas, maior concentração de propriedades de terras e afloração de conflitos sociais, sobretudo no campo com o aparecimento das Ligas Camponesas, possibilitou que a Igreja refletisse sobre seu papel enquanto força política e mediadora entre Deus e o homem e passasse a aumentar seu engajamento social, “defendendo os interesses da classe trabalhadora, especialmente a do campo, colocando-se como intermediária de suas reivindicações e porta voz dos seus interesses” (CRUZ, 2000, p. 43).

Neste momento, seu comprometimento com a questão agrária também se transformou, passando de aliada ao latifúndio, como havia sido desde o período da colonização do Brasil até meados dos anos 1930, para um envolvimento mais direto com a problemática rural, sendo uma grande denunciadora das desigualdades no Nordeste, levantando a questão da concentração de terras e propondo uma ação mais efetiva no campo. Teve o mérito, segundo Cruz (2000), de ser a primeira força a denunciar a fome e a miséria, independente de compromissos com o Estado, mesmo que com o golpe civil-militar de 1964, ela tenha adotado uma postura aliada aos donos do poder,

somente se afastando posteriormente, ainda durante a ditadura, como comentamos acima.

As ações do Estado, no que tange à concentração fundiária (a serem melhor abordadas no item 3.1 através das políticas de colonização), apresentam uma resposta populista aos conflitos de terra em busca de amenizar as revoltas no campo sem de fato causar uma real reforma da condição agrária brasileira. No entanto, sua ação no Rio Grande do Norte até meados das décadas de 1950 e 1960 é pouco abordada, ao menos nas referências às quais tivemos acesso, recebendo a Igreja Católica e os Movimentos Sindicais mais atenção visto que atuaram mais ativamente em favor da justa distribuição de terras do que o próprio Estado.

Palhano (2000) fez um levantamento de casos de violência no campo do Rio Grande do Norte por meio de documentação existente e trabalho de campo e catalogou os conflitos de terras ocorridos, porém apenas no período de 1960 a 1990.

Quadro 1: Conflitos de terra no RN por região - 1960 a 1990

| <b>CONFLITOS DE TERRA NO RN POR REGIÃO - 1960 A 1989</b> |                 |                           |                |
|--|-----------------|---------------------------|----------------|
| ZONAS HOMOGÊNEAS   | Municípios (nº) | Municípios c/confli. (nº) | Conflitos (nº) |
| LITORAL ORIENTAL   | 24              | 18                        | 59             |
| LITORAL NORTE  | 16              | 9                         | 35             |
| AGRESTE  | 32              | 7                         | 13             |
| CURRAIS NOVOS  | 6               | 1                         | 1              |
| CAICÓ  | 12              | 6                         | 0              |
| SERRAS CENTRAIS  | 7               | 3                         | 3              |
| ALTO APODI   | 33              | 1                         | 0              |
| MOSSOROENSE  | 22              | 11                        | 39             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>153</b>      | <b>56</b>                 | <b>151</b>     |

Fonte: PALHANO, 2000, p. 108, reelaborado pela autora, 2020.

Importante observar que o Litoral Oriental, onde se localizam as colônias de Pium e Punaú, apresentou um grande número de conflitos no Estado, e, segundo Palhano (2000), Touros foi o município com maior presença destes conflitos na região. Deste município vieram diversas famílias para ocupar a colônia de Punaú.

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira (2019), acrescenta que neste período de efervescência no campo e organização de trabalhadores na luta pela

terra que alcançou o Rio Grande do Norte em meados de 1950-1960, o Governo Federal implementou “ações pontuais para minimizar os conflitos e fixar o homem no campo do RN: as colônias agrícolas nos municípios de Pium, Punaú e Ceará-Mirim. (...). Contudo, essas ações pouco diminuíram a conjuntura de embates no RN.” (CERQUEIRA, 2019, p. 21)

Até os anos 1960, os trabalhadores rurais não existiam socialmente. Não havia nenhuma legislação específica, realidade que se reproduz até a existência dos Movimentos e organização política dos trabalhadores rurais de forma mais efetiva. A partir daí eles passaram a ser vistos, tornando-se objeto de Política Pública. O Rio Grande do Norte não está à parte dessa conjuntura política, pois o que aconteceu no Estado é fruto de uma mobilização nacional, encabeçada pelo Movimento Sindical, Igreja Católica e partidos de esquerda. (COSTA, 2005, p. 74).

No entanto, tão logo os Movimentos Sociais surgiram em território potiguar e passaram a chamar a atenção do Estado, se instaurou a ditadura militar, em 1964, período em que havia grande perseguição aos que “eram contrários à ideologia dominante, sendo proibida qualquer manifestação da sociedade que não respondesse positivamente ao projeto capitalista que estava sendo implementado no território brasileiro” (COSTA, 2005, p. 75). Sendo assim, segundo a autora, inicialmente a criação de novos sindicatos foi proibida por lei, como uma medida de contenção à ameaça comunista, e os Sindicatos existentes passaram por intensa fiscalização e repressão, resultando no fechamento de diversos deles.

Como exemplo do poder de repressão dos militares às mobilizações sindicais gostaria de expressar o que diz o membro da CONTAG<sup>10</sup> e FETARN<sup>11</sup>, Francisco Urbano de Araújo Filho: “Antes do golpe militar do RN, tínhamos 70 sindicatos e 50 mil associados pagando, depois do Golpe Militar ficaram apenas 15 sindicatos abertos e cerca de 1.500 sócios pagando”. (COSTA, 2005, p. 75)

Cerqueira (2019), em sua tese sobre o desenho do habitat de reforma agrária, faz uma contextualização geral sobre práticas anteriores à reforma agrária, principalmente as políticas de colonização das décadas de 1970 e 1980 e comenta que, embora existissem experiências ainda anteriores a este período, como as do final do século XIX nas regiões Sul e Sudeste, com participação de imigrantes europeus e japoneses, e as da primeira metade do século XX, com as Colônias Agrícolas Nacionais incentivadas por Getúlio Vargas para a

---

<sup>10</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

<sup>11</sup> Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte

colonização de terras públicas ou devolutas, ainda assim “o montante representativo das iniciativas do Estado para com a colonização contemporânea aconteceu no período do governo militar” (CERQUEIRA, 2019, p. 177), que materializou o conceito de colonização a partir do estabelecido no Estatuto da Terra (1964). É também para este período que a pesquisadora direciona sua abordagem.

Com isso, tem-se que os estudos disponíveis e consultados para construção desta porção da pesquisa abarcam a ação do Estado no Rio Grande do Norte na questão agrária majoritariamente a partir da instauração da ditadura militar, fora de nosso recorte temporal visto que é após a instalação das colônias de Pium e Punaú. Importante lembrar que apenas Pium teve envolvimento estatal e que o Estado se desligou da colônia em menos de cinco anos após a sua implantação, antes mesmo do início da ditadura.

Destacamos que foi durante a ditadura que foram criados órgãos como a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), transformado em INCRA na década de 1970. Além disso, apenas em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra. No entanto, Palhano (2000) destaca que as intervenções do Governo Federal entre 1960-1990 foram mais para preservar a propriedade particular, como já vimos, favorecendo os interesses da classe dominante.

Assim, na Ditadura Militar (1964 até 1985), o Estado adotou, com especial atenção, incentivos fiscais, crédito subsidiado e desenvolvimento rural integrado, transferindo recursos públicos para o setor privado. Isto pode ser notado pela conformação do processo de industrialização na agricultura em detrimento de uma Reforma Agrária voltada para atender interesses dos trabalhadores rurais. (PALHANO, 2000, p. 118)

Em suma, no Rio Grande do Norte entre 1950 e 1960, as ações da Igreja Católica eram viabilizadas pelo Movimento Sindical e pelas diversas ações que compunham o Movimento de Natal, interlocutores entre a Igreja e as massas rurais, especialmente até o Golpe Militar (PALHANO, 2000, p. 140). Portanto, que no que tange à questão fundiária no Rio Grande do Norte, a protagonista na luta junto às comunidades rurais foi a Igreja Católica, que propiciava a comunicação entre as comunidades e os Sindicatos Rurais, os quais buscaram não apenas educar os trabalhadores sobre sua própria condição, como também, como afirma Palhano (2000) lhes deu voz e visibilidade junto à sociedade.

### **3. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL (FINS DO SEC. XIX A DEC. DE 1960)**

Visto que nosso universo de estudo é o de colônias agrícolas mistas, isto é, compostas por colonos brasileiros e imigrantes japoneses, dedicaremos este item à investigação das políticas de imigração e colonização e dos movimentos migratórios no Brasil. Assim, dividimos em três momentos, o primeiro dedicado às ações do Estado na organização do espaço rural através da implementação das colônias agrícolas, incluindo o incentivo à imigração para formação das mesmas; o segundo aborda a imigração japonesa para o Brasil, considerando as demandas socioculturais dos imigrantes, seu processo de adaptação e, conseqüentemente, seu papel na produção do espaço onde se fixaram; e o último se dedica às migrações internas em busca de compreender as motivações dos deslocamentos principalmente de camponeses e para o espaço rural.

#### **3.1. As políticas de imigração e de colonização**

Neste tópico, procuramos compreender de que maneira o Estado agiu na produção do espaço rural através da utilização das políticas de colonização e imigração, bem como de que maneira se pode compreender a organização espacial destas colônias através do estabelecido oficialmente por meio de legislações.

Inicialmente, para fins de contextualização às políticas de colonização e imigração no Brasil, se faz necessária uma breve explanação acerca das origens da problemática da concentração de terras e das lutas por acesso a estas no país, já iniciada de maneira resumida anteriormente.

Sabemos que, a partir da descoberta do território brasileiro, instituiu-se o sistema de sesmarias, isto é, lotes de terras distribuídos a partir das capitâneas hereditárias com o objetivo de exploração econômica. No caso da antiga capitania do Rio Grande (do Norte), hoje Estado do Rio Grande do Norte este foi o principal processo de ocupação, profundamente elitista. Uma pessoa influente e de posses que prestasse serviços ao Rei ou ao Donatário, conseguia a doação

de uma sesmaria com a obrigação de, às próprias custas, ocupá-la, povoá-la e explorá-la. Este sistema sesmarial se consolidou no Rio Grande do Norte, assim como no Brasil inteiro, como uma formação econômico-social profundamente concentradora de renda e de poder e durou até 1822, quando foi extinto até que fosse regulamentada uma lei de legitimação de terras no Brasil.

Em 1850 foi instituída a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, a qual dispunha sobre as terras devolutas do Império, com o objetivo de organizar a propriedade privada, regulamentando as posses das terras e iniciando o processo de valorização monetária da propriedade fundiária. A partir deste momento, iniciou-se um processo paulatino de acesso à propriedade de terras mediante a compra, consolidando as desigualdades sociais no país.

No entanto, após a Proclamação da República, em 1889, até a instituição do Estatuto da Terra, em 1964, o problema da legitimação de posses ficou em plano secundário, momento no qual a emissão de propriedade passou a ocorrer por parte dos Estados e não mais por parte da União, o que demonstra um desinteresse da Federação em relação à estrutura fundiária do país (FILHO; FONTE, 2009, p. 66).

Na década de 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo desenvolvimentismo e entrada significativa do Taylorismo<sup>12</sup> no Brasil, se iniciou uma “concentração de esforços, movimentos e possibilidades de transformação nas grandes cidades, e mais particular e fortemente, nas cidades em processo de industrialização” (MONTE-MOR, 2007).

Esta concentração dos esforços gerou, conseqüentemente, maior interesse no desenvolvimento de determinadas áreas urbanas que receberam investimentos em infraestrutura, serviços de apoio e regulamentação do trabalho. Tratava-se, assim, segundo Monte-Mor (2007), de centros urbanos isolados, na sua maioria cidades capitais que se tornariam metrópoles - cidades-mães - nas quais os processos de desenvolvimento socioeconômico resultantes da industrialização e da modernização do país viriam a se concentrar. Foi também principalmente para esses centros que as populações do campo e das

---

<sup>12</sup> Modelo de administração estabelecido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, que se preocupava com a racionalização do processo de trabalho para permitir a produção em massa. (PEREIRA, 1995, p. 29)

idades pequenas e médias se dirigiram em massa, esvaziando as áreas rurais e gerando a necessidade de mão de obra no campo.

Outro aspecto de interesse para este trabalho reside na imigração estrangeira para o Brasil, e nesse sentido, é necessário remontar ao início do século XIX, quando a proibição do tráfico negreiro causou o grande aumento do preço dos escravos no Brasil, sendo seu valor desproporcional à sua produtividade. O quadro se agravou quando, com a abolição da escravatura em 1888, os grandes fazendeiros se viram impossibilitados de “contar apenas com a mão de obra de ex-escravos e trabalhadores nacionais para o trabalho nas fazendas de café” (MARCOS, 1996, p. 51), sendo assim, o governo criou uma lei de incentivo à imigração de colonos estrangeiros, principalmente europeus.

Reativa-se a política de povoamento e, a par das colônias oficiais, ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria (PRADO Jr, 1956 apud MARCOS 1996, p. 52)

Sendo assim, tem-se que a colonização se constituiu numa política de governo para atrair o homem ao espaço agrário e fazê-lo ali permanecer. Dryden Arezzo (1982) afirma que a colonização teve seu surgimento por volta da primeira metade do séc. XIX, e seu desenvolvimento foi dividido em ciclos. Aproveitaremos esta periodização trazida pelo autor e a enriqueceremos com mais informações a seguir:

1º Período - 1824 - 1908: início da imigração, majoritariamente europeia, em larga escala quando o “Governo da Província de São Paulo, através de uma série de leis que destinavam recursos para construção de alojamentos, cobria parte das despesas com as passagens e/ou com o transporte até as fazendas” (MARCOS, 1996, pg. 54). Segundo a autora, os imigrantes eram encaminhados às fazendas, formando as chamadas colônias particulares

ou seja, aquelas criadas dentro das fazendas por iniciativa dos próprios fazendeiros, este novo sistema de trabalho, o **colonato**, caracterizou-se "pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar" (MARTINS, 1986:19 apud MARCOS, 1996, p. 56)

2º Período - 1908 - 1930: diminuição da imigração europeia e intensa imigração japonesa por motivos semelhantes aos europeus. Neste período, segundo Marcos (1996), as greves e revoltas dos imigrantes europeus eram frequentes, visto que os fazendeiros fraudavam o cumprimento dos contratos. Sendo assim, os imigrantes iam ao consulado pedir suas repatriações ou fugiam durante a noite. Com isso, iniciou-se uma nova crise no fornecimento de mão-de-obra nas fazendas e uma solução encontrada foi incentivo à imigração de trabalhadores asiáticos (MARCOS, 1996, p. 60).

3º Período - 1930 - 1954: consolidação do processo de institucionalização da colonização no país com ênfase voltada para os trabalhadores nacionais. Neste período, segundo Conceição (1994), o governo de Getúlio Vargas cria as Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) por motivos de natureza ideológica, dando preferência à imigração nacional sobre a estrangeira visando

defender nossa identidade étnica, impedindo a introdução desregulada do elemento estrangeiro, amparar os trabalhadores nacionais, dando-lhes acesso à terra e propiciando-lhes as vantagens assistenciais outrora propiciadas aos imigrantes estrangeiros (CONCEIÇÃO, 1994, p. 51-52),

Sendo assim, a legislação brasileira passou a ser bastante proibitiva acerca da imigração estrangeira a partir de 1930. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil cortou relações com os países do Eixo, cessando a imigração japonesa para o país, que só foi retomada após o fim do conflito.

4º Período - 1954 - 1970: período de busca por uma maneira de disciplinar de forma mais efetiva a colonização dirigida. É criado o Instituto Nacional de Imigração (INIC), em 1954, o qual implantou alguns núcleos coloniais, sobretudo no Nordeste; em 1964, através do Estatuto da Terra foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); em julho de 1970 é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Decreto-Lei nº 1.110, que incorporou o pessoal e patrimônio do INIC, IBRA e INDA. Neste período, segundo Conceição (1994), houve novamente o incentivo a implementação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), que consistiam em colônias agrícolas para colonização de terras públicas ou devolutas.

5º Período - A partir de 1970: o INCRA passa a dar prioridade apenas às atividades de regularização fundiária em detrimento da colonização oficial

dirigida. Alguns autores preferem delimitar este último período como sendo entre os anos de 1970 e 1985, quando a colonização como instrumento de política fundiária foi praticamente abandonada e o governo se voltou para os programas de reforma agrária.

Segundo Marlúcia Oliveira (1992), o período entre o final dos anos 1940 e início da década de 1960 se caracterizou por mudanças significativas na conjuntura histórica brasileira, quando o crescimento da indústria causou

o aumento das elites empresariais, do operariado - oriundo, em sua grande maioria, das regiões rurais - e das camadas médias urbanas, promovendo uma explosão populacional nas cidades, modificando a feição do Brasil, cuja população, até então, situava-se majoritariamente no campo (OLIVEIRA, 1992, p. 30).

Com o crescente processo de industrialização, a cidade passou a ser sinônimo de indústrias, de processo de produção e consumo e reprodução de relações capitalistas. Já o campo perdeu seu caráter autossuficiente, ficando totalmente subordinado à cidade industrial. O êxodo rural se revelou como um problema preocupante, visto que poderia diminuir as tensões no campo, porém criava graves problemas nas cidades, como o aparecimento das favelas (OLIVEIRA, 1992, p. 35). Com isso, o Estado voltou-se para as políticas de fixação do homem ao campo, sendo elaborados planos e programas para tal fim.

É neste contexto de necessidade de atrair mão de obra para o campo e de surgimento de movimentos sociais na luta pelo acesso à terra e direitos sociais básicos dos cidadãos que se inserem as políticas de colonização e imigração, que começaram a ser instituídas pelo governo brasileiro como forma de, dentre outros pontos, aumentar a produtividade agrícola a fim de alimentar a crescente população urbana e fixar no campo parte da população rural que o setor urbano-industrial não tem capacidade absorver (AREZZO, 1982, p. 08).

Segundo Raymundo Laranjeiras (1983), historicamente o processo de ocupação e exploração do território brasileiro tem sido de base agrária. Por isso, as correntes de imigração se fizeram basicamente no sentido de fixação nos espaços agrícolas e/ou de aproveitamento de mão-de-obra rural. No entanto, importante destacar que mesmo com esta realidade, o processo de ocupação e exploração do território também contou com localidades urbanas desde o início da colonização, como Salvador, primeira sede da administração portuguesa no

Brasil e uma das primeiras cidades planejadas, e Olinda, São Vicente e João Pessoa, por exemplo.

Como mencionamos anteriormente, intensificação da vinda de imigrantes não-portugueses propriamente ditos se deu a partir da abertura dos portos brasileiros, no ano de 1808. Posteriormente, com a Lei de Terras, se determinou que se reservassem terras devolutas para a colonização e, então, com a Constituição de 1988 foi recomendado que a imigração fosse estimulada (LARANJEIRAS, 1983, p. 18-20), bem como foram transferidos aos Estados as minas e terras devolutas, ficando para a União apenas porções do território indispensáveis à defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (BRANDÃO, 2009, p. 05).

Segundo Dryden Castro de Arezzo (1983), a primeira legislação a definir a “colonização” é o Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, em seu Artigo 46º, como o ato de “promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais” (BRASIL, 1945). Segundo esta legislação:

Art. 48. A colonização pode ser feita: I pelo povoamento de áreas baldias ou de fraca densidade demográfica; II pela divisão de terrenos rurais em lotes para venda ou doação e a concessão, entre outras, de facilidades para aquisição de terras ou benfeitorias. (BRASIL, 1945).

No entanto, esta legislação não define diretrizes para a organização do espaço destas colônias. O Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 1964, trouxe uma nova definição de colonização como sendo “toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas” (BRASIL, 1964). O Decreto 59.428, de 27 de outubro de 1966, que regulamenta o Estatuto da Terra, ampliou esta definição para:

Art. 5º (...) toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. (BRASIL, 1966)

Esta legislação é, atualmente, o instrumento regulamentador da atividade de colonização no país e estabelece, quanto à escolha da área de implantação da colônia:

Art. 56. A colonização oficial deverá ser realizada em terras já incorporadas ao Patrimônio Público ou que venham a sê-lo. Ela será efetuada, preferencialmente, nas áreas: I - ociosas ou de aproveitamento inadequado; II - próximas a grandes centros urbanos e de mercados de fácil acesso, tendo em vista os problemas de abastecimento; III - de êxodo, em locais de fácil acesso e comunicação, de acordo com os planos nacionais e regionais de vias de transporte; IV - de colonização predominantemente estrangeira, tendo em mira facilitar o processo de interculturação; V - de desbravamento ao longo dos eixos viários, para ampliar a fronteira econômica do país. (BRASIL, 1964)

Além disso, segundo o Decreto 59.428, de 1966, tem-se que:

Art 17. Os programas de colonização deverão ser executados com a utilização de terras públicas ou particulares agro economicamente aproveitáveis, e daqueles com acentuada ocorrência de minifúndios ou de latifúndios, verificadas em qualquer caso, as seguintes condições: a) existência de estudos básicos de avaliação dos recursos naturais; b) existência de mercados internos ou de centros de exportação a distâncias econômicas; c) condições de salubridade e saneamento; d) existência de fluxo migratório natural; e) existência de precárias relações de trabalho e baixa produção. (BRASIL, 1966)

Apesar de, a rigor, esta legislação ter sido publicada após a formação das colônias de Pium e Punaú, estes artigos merecem atenção visto que o projeto de colonização do Pium entrou em declínio em menos de uma década devido, dentre outros fatores, à falta de acessibilidade aos centros consumidores, não havendo estradas em condições boas para deslocamento, comprometendo parte da produção, como atenta Josione Barbosa (2003).

Ademais, com relação à organização das colônias, o Estatuto da Terra estabelece, em seu Artigo 63º que “os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os grupamentos de lotes em núcleos de colonização, e destes em distritos, e associação dos parceleiros em cooperativas” (BRASIL, 1964). A saber, estes núcleos e distritos são conceituados no Decreto 59.428/1966 como:

Art. 8º Núcleos de Colonização é a unidade fundamental para o estabelecimento de agricultores, baseada na propriedade adequada à região considerada dimensionada na forma do parágrafo único do art. 67 do Estatuto da Terra, e caracterizada por um conjunto de lotes rurais e urbanos, integrados por uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários. Art 9º Distrito de Colonização é a unidade constituída por três ou mais núcleos, contíguos ou proximamente interligados por

vias públicas, subordinados a uma única chefia, e integrados por serviços gerais administrativos, técnicos e comunitários (BRASIL, 1964).

Arezzo (1982) esclarece o processo de implantação de um projeto de colonização a partir do Estatuto da Terra, de 1964. Este processo se divide em três etapas bem caracterizadas:

**Fase inicial de Implantação:** instalação da base física essencial ao projeto e montagem da administração e da localização das novas unidades de produção. Nessa fase há predominância: da economia de subsistência e de pouca ou quase nenhuma incidência de atividades-renda; dos trabalhos de localização das novas famílias na área (em geral em regime de mutirão) e da organização dos mesmos em unidades operacionais para o trabalho e produção; **Fase de consolidação da implantação** - caracteriza-se pelo término da implantação das atividades iniciais programadas. O nível econômico passa a ser relacionado com a economia de mercado; há preponderância de atividades-renda; os serviços e instituições comunitários são definidos e organizados, inclusive a empresa cooperativa, o que, em conjunto, cria condições propícias para que os beneficiários assumam, gradativamente, a responsabilidade integral pelo empreendimento. Dessa forma procura-se evitar o colapso na administração do projeto, quando a entidade executora ausentar-se da área; **Fase da emancipação** - em que deve ocorrer o término da atuação maciça da entidade, a qual poderá transferir o patrimônio existente à comunidade ou aos poderes públicos locais. (AREZZO, 1982, p. 48)

Segundo o Artigo 68º Estatuto da Terra, “a emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares” (BRASIL, 1964).

Além disso, Arezzo (1982) comenta também que a execução de um projeto de colonização envolvia a implantação de aproximadamente 12 atividades-programa:

**Programa 1 - Administração do Projeto:** Conjunto de medidas técnico-administrativas promovidas por uma equipe capaz de aproveitar racionalmente os recursos alocado à sua disposição, a qual, criando uma consciência de grupo, deverá conseguir que os beneficiários se sintam integrantes do projeto. **Programa 2 - Beneficiários:** Conjunto de providência ou operações necessárias à inscrição, identificação, seleção, transferência, localização dos beneficiários e a assistência aos mesmos, visando ao seu estabelecimento definitivo na área e à sua integral participação no desenvolvimento do projeto. **Programa 3 – Ensino:** Conjunto de providências destinadas a implantar um sistema escolar, através ou em colaboração com os órgãos específicos de educação (em nível municipal, estadual ou federal), tendo em vista oferecer oportunidade de escolaridade às crianças, adolescentes e adultos nos PIC<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Projeto Integrado de Colonização.

**Programa 4 - Saúde e Previdência Social:** Conjunto de medidas destinadas a integrar, no projeto, a ação governamental nesses campos visando a informar os interessados dos benefícios da Previdência Social e promover seu atendimento pela rede de assistência médico-hospitalar-odontológico. **Programa 5 – Habitação:** Conjunto de providências destinadas a promover a execução indireta da construção de unidades habitacionais, dentro da política habitacional do Governo, ou sua execução direta, com diretrizes próprias adaptadas às peculiaridades regionais, respeitando, sempre que possível, as tradições arquitetônicas locais. **Programa 6 - Regularização fundiária:** Conjunto de medidas destinadas a obter e/ou regularizar as terras necessárias à implementação do projeto, tendo em vista sua posterior distribuição aos beneficiários. **Programa 7 - Organização territorial:** Conjunto de providências destinadas à implantação de plano de loteamento e de distribuição física das parcelas, fixação dos limites da área do projeto e das áreas destinadas às instalações e aos equipamentos dos programas de ensino, saúde, administração, comercialização, beneficiamento e industrialização. **Programa 8 - Unidades Agrícolas:** Conjunto de providências destinadas à implantação do plano agrícola, com vistas à definição das atividades produtivas do projeto e sua integração no plano geral de produção, bem como a promoção dos bens de serviços necessários à sua consecução. **Projeto 9 - Infraestrutura física:** Conjunto de providências destinadas a executar, direta ou indiretamente, as obras de implantação da infraestrutura física (instalações, estradas, irrigação, drenagem, etc.) em função das necessidades das unidades de produção e de acordo com o plano geral de organização territorial do empreendimento. **Programa 10 – Cooperativa:** Conjunto de providências com vistas à promoção da organização e do desenvolvimento de uma empresa cooperativa, destinada à defesa da economia e dos interesses profissionais dos beneficiários do projeto. **Programa 11 - Crédito rural:** Conjunto de providências objetivando a implantação do sistema de financiamento e crédito rural, destinado ao custeio, à comercialização, à industrialização da produção e aos investimentos em bens e serviços. **Programa 12 – Comercialização:** Conjunto de providências destinadas a promover a integração das atividades produtivas das unidades agrícolas, no que se refere ao sistema de comercialização, bem como das operações correlatas, ou seja: o armazenamento, o beneficiamento e a industrialização, se for o caso. (AREZZO, 1982, p. 50-52).

No entanto, é importante destacar que apesar das recomendações estabelecidas nas legislações, “um dos fatores responsáveis pelo fracasso da colonização oficial no Brasil tem sido a má escolha de áreas, norteadas sempre por critérios políticos (interesses locais e regionais), em detrimento das condições agrológicas e proximidades de mercados consumidores” (AREZZO, 1982, p. 29). Além disso, Luiz Carlos Kopes Brandão (2009) defende que

(...) este impulso colonizatório que acometeu o país, notadamente na segunda metade do séc. XX, assemelhou-se, não obstante alguns sucessos pontuais, a muitos outros programas governamentais: revelou-se caro, ineficiente e, no mais das vezes, dissociado da realidade, ora servindo-se de terras inaproveitáveis, ora, como refere-se Barros (2002:107) abandonando o colono à própria sorte. (BRANDÃO, 2009, p. 24)

Para finalizar, importante destacar que não se deve confundir Colonização com Reforma Agrária. A reforma agrária é definida, pelo Artigo 1º do Estatuto da Terra, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

Como afirma José Luiz Quadros de Magalhães (1988), a colonização deve ser um complemento da reforma agrária, não um substituto, visto que a reforma agrária é muito mais ampla do que a colonização. Ela implica na mudança do sistema agrário, na substituição de um sistema inadequado existente por um sistema novo através da redistribuição de terras, modificando relações de trabalho, combatendo o latifúndio e estimulando o minifúndio. Não se confunde, pois, com colonização, que é a ocupação ou incorporação de novas terras, particulares ou estatais, já subutilizadas ou inférteis, ao processo de produção agrícola.

Desta forma, a colonização foi utilizada como resposta populista aos movimentos sociais e, até mesmo, como instrumento contra a reforma agrária. De 1945 a 1964, justamente durante o recorte temporal desta pesquisa, o Estado vai utilizar a política de colonização como uma resposta ideológica e política às lutas sociais no campo (MAGALHÃES, 1988, p. 314).

Sobre esta problemática, Palhano (2000) concorda e acrescenta que as ações do Estado entre 1960 e 1990 foram mais no intuito de preservar a propriedade privada, ampliando a exclusão social no campo e a unidade da classe dominante.

O Estado, no final da década de 50, até 1954, tinha na Reforma Agrária um veículo fundamental para a realização da industrialização, considerando-a como fator estratégico ao desenvolvimento econômico e à estabilidade política. A estrutura fundiária, consolidada secularmente, é apontada como o grande entrave ao processo de acumulação capitalista. Era preciso também realizar o controle dos conflitos sociais que emergiam no campo. Por outros setores da sociedade, a Reforma Agrária era considerada como essencial ao desenvolvimento industrial. Era preciso transformar o camponês, de uma força potencialmente revolucionária, em uma forma fundamentalmente conservadora. Entretanto, devido à presença das Ligas Camponesas, do MASTER<sup>14</sup>, dos Sindicatos, e com a criação da

---

<sup>14</sup> Movimento dos Agricultores Sem Terra, criado em 1960.

CONTAG<sup>15</sup>, a burguesia não apoia a Reforma Agrária. (PALHANO, 2000, p. 116)

Assim, segundo o referido autor, o Estado foca suas ações, principalmente no período da Ditadura Militar (1964-1985), na industrialização da agricultura ao invés de uma Reforma Agrária voltada para a solução dos problemas sociais do campo.

Em 1965, nas atividades de suporte institucional, houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização das pesquisas agropecuárias (com a criação da Embrapa); e, em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da Embrater). Além do mais, o Estado estimulou a produção dos insumos extra-setoriais, com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente) e equipamento, e de fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas. Também promoveu o fortalecimento dos canais de comercialização, através da política de preços mínimos, a criação do seguro agrícola e o estímulo do cooperativismo. Finalmente, as diferentes políticas contribuíram para a expansão, centralização e concentração das agroindústrias. (SZMRECSÁNYI apud PALHANO, 2000, p. 117)

O Estado escolhe agir, portanto, de maneira a mascarar com uma falsa ideia de reforma agrária, a industrialização da agricultura e a defesa da propriedade privada, abafando a situação social no campo. Com isso, atua apenas com ações de desapropriação de áreas em que já ocorre lutas pela terra, visando amenizar os conflitos e satisfazer aquele movimento em específico.

Estas ações e políticas estatais tratadas neste item afetaram, direta ou indiretamente, os processos migratórios, tanto de brasileiros quanto de estrangeiros. Assim, dedicamos os itens a seguir ao estudo da imigração japonesa, nacionalidade tratada nesta pesquisa, e das migrações nacionais, internas.

### **3.2. A imigração japonesa**

Em nossa pesquisa, dedicamos um momento à Imigração Japonesa visto que a escolha do universo de estudo foi feita baseada na particularidade que é a presença de imigrantes japonesas nas referidas colônias.

---

<sup>15</sup> Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares, criada em 1963.

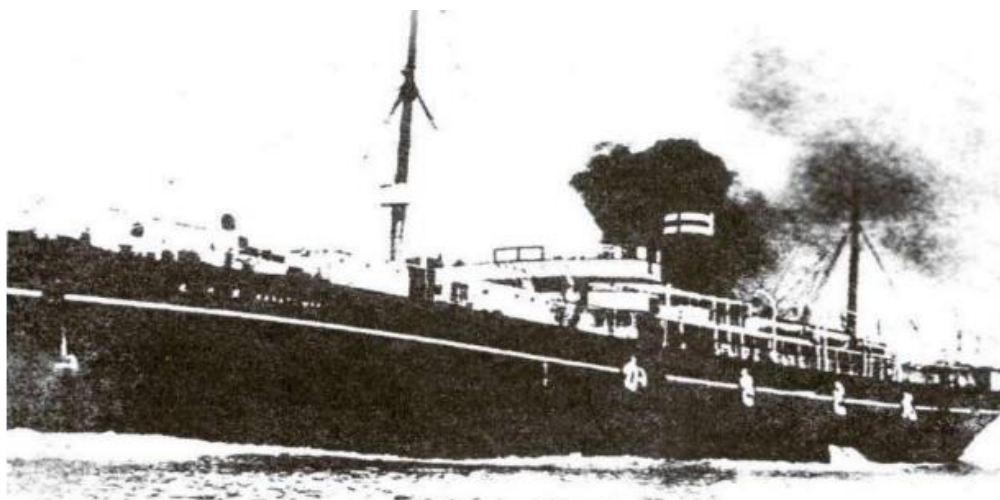
Segundo Masao Daigo (2008), em 5 de novembro de 1895 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Império do Japão. Em 1907, Ryu Mizuno, presidente da Companhia Imperial de Emigração Kokoku Shokumin Kaisha veio ao Brasil e celebrou o contrato para a vinda de imigrantes japoneses para o país. O contrato trazia, dentre outras coisas, que A Kokoku Shokumin Kaisha

(...) se responsabiliza em trazer até o porto de Santos 3.000 emigrantes japoneses e suas famílias, compostas por 3 a 10 pessoas aptas para o trabalho na lavoura. Considerar-se-ão aptos para o trabalho homens e mulheres na faixa etária de 12 a 45 anos. A Kokoku Shokumin Kaisha enviará anualmente 1.000 emigrantes a partir do ano de 1908, fazendo com que cheguem ao porto de Santos nos meses de abril e maio. Os emigrantes que trabalharem nas fazendas de café receberão as mesmas moradias e salários dos imigrantes europeus. A Kokoku Shokumin Kaisha recrutará 6 intérpretes para as línguas portuguesa ou espanhola, cujas passagens marítimas serão arcadas pelo governo brasileiro. O salário mensal será de 200.000 réis, a ser pago pelo governo ou proprietário das fazendas de café. (DAIGO, 2008, p. 6)

Sendo assim, no dia 18 de junho de 1908, às 9h30min, os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram do navio Kasato Maru na cidade de Santos para se dirigir às fazendas de café. Estes japoneses emigravam do Japão em busca de uma vida melhor, visto que,

Na transição da era feudal para a capitalista, a economia mercadológica e monetária trouxe reflexos de várias ordens para a comunidade rural, até então submetida a velhos padrões. Uns perderam terras, outros ficaram desempregados e quando a estrutura da sociedade até então vigente começou a desmoronar, passou a aumentar o número dos que saíam para tentar ganhar dinheiro em outras localidades ou se afastavam das regiões em que moravam em busca de novos empregos na metrópole. E se a industrialização de um país se mostrava insuficiente, incapaz de absorver os trabalhadores saídos do meio rural então era imperioso deixar a família no interior e tentar ganhar dinheiro em outras localidades. Quando se ia para o exterior, a emigração se caracterizava pelo objetivo de ganhar dinheiro. (HANDA, 1987, p. 72)

Figura 3: Navio Kasato Maru



Fonte: DAIGO, 2008, p. 11

No entanto, segundo Tomoo Handa (1987), a história desses primeiros imigrantes é geralmente considerada a história do fracasso da imigração japonesa nas fazendas de café, visto que havia poucos lavradores verdadeiros, não era boa a composição das famílias e que o ganho dos retirantes era maior do que o dos trabalhadores, que não era suficiente para sua subsistência.

De acordo com o autor, o período entre 1927 e 1934 foi a fase mais próspera da imigração japonesa no Brasil, passando a vir famílias inteiras ao invés de apenas os jovens, visto que o governo japonês passou a pagar integralmente o transporte e a produção de café ganhara um ritmo razoável. “Os imigrantes já dispunham, cada qual, dos serviços de duas ou três famílias de colonos, tendo começado a desfrutar de condições de vida de pequenos proprietários” (HANDA, 1987, p. 477). No entanto, a política nacionalista que se intensificava pelo governo brasileiro impunha uma série de restrições à vida cultural dos imigrantes em geral, inclusive proibindo a publicação de jornais e demais imprensas escritas em língua japonesa, dificultando a transmissão de informação aos colonos, que ainda não dominavam o português.

Com o estourar da segunda guerra mundial, o Brasil rompeu relações com os países do Eixo, cessando a imigração japonesa. Foi um período difícil para os imigrantes, quando, sem acesso aos jornais japoneses, não tinham acesso às notícias sobre a guerra e a situação de seu país de origem. Segundo Handa (1987), praticamente inexistem vestígios documentais das colônias durante este período.

Em agosto de 1945 a guerra chegou ao fim com a rendição incondicional do Japão e, na década de 1950, houve a retomada da imigração através da concessão de quotas para introduzir imigrantes japoneses a partir de solicitação feita pelo Sr. Kotaro Tsuki, que contribuiu para a cultura de juta na Amazônia (DAIGO, 2008), e pelo Sr. Yasutaro Matsubara, que possuía relacionamento pessoal com o presidente Getúlio Vargas, e solicitou autorização para um plano de colonização e imigração para o Centro-Oeste e Nordeste.

É difícil precisar a distribuição geográfica dos imigrantes japoneses no Brasil, possivelmente devido à ausência de meios adequados para levantamentos ou a ambiguidades dos levantamentos existentes (SAITO, 1961, p. 158). No entanto, a tabela a seguir traz uma ideia quanto à dispersão dos japoneses no país.

Quadro 2: Distribuição da população japonesa, segundo as unidades federadas (1923-1958)

| <b>Unidades Federadas</b>  | <b>1923</b>   | <b>1932</b>    | <b>1935</b>    | <b>1940</b>    | <b>1958</b>    |
|----------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| São Paulo                  | 34.707        | 120.285        | 163.132        | 193.364        | 325.899        |
| Paraná                     | 2.126         | 3.967          | 6.079          | 4.300          | 77.846         |
| Minas Gerais               | 1.012         | 1.997          | 1.682          | 1.922          | 2.885          |
| Mato Grosso                | 1.143         | 2.337          |                | 3.710          | 8.926          |
| Goiás                      |               | 874            | 131            | 297            | 1.797          |
| Rio de Janeiro e cercanias | 261           | 389            | 768            | 1.191          | 5.805          |
| Pará, Amazonas             |               | 1.461          | 1.598          | 845            | 5.249          |
| Outros Estados             |               | 1.868          | 30             | 221            | 1.744          |
| <b>Total</b>               | <b>39.249</b> | <b>133.358</b> | <b>173.420</b> | <b>205.850</b> | <b>430.151</b> |

Fonte: SAITO, 1961, p. 159, reelaborado pela autora, 2020.

Hiroshi Saito (1961) comenta que os “outros estados” compreendem os poucos japoneses que encontraríamos em Pernambuco, parte da Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte, onde, visto que o levantamento se estendeu até o ano de 1958, contava apenas com a colônia de Pium.

Segundo Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), os maiores contingentes de japoneses chegaram na época em que se processava o loteamento das grandes propriedades por fazendeiros ou por empresas de colonização (VIEIRA, 1973, p. 65) com vistas à formação das colônias agrícolas. De acordo com

Valéria de Marcos (1996), as características de cada núcleo colonial, os processos de reorganização social e territorial por eles enfrentados variavam de acordo com o tipo de povoamento a que se submeteram.

**Colonização planejada**, quando as empresas colonizadoras (de capital privado) encaminham os imigrantes para as glebas já divididas em lotes. Os núcleos assim formados (ijû-chi) já dispõem de melhoramentos tais como educação, saúde pública, cooperativas etc. **Povoamento voluntário**, formado a partir da fundação voluntária de núcleos em diferentes áreas do país, por colonos que já haviam passado um estágio nas fazendas de café. Os motivos que ocasionam a formação desses núcleos, também chamados de Shikumin-chi (colônia) são, entre outros, a origem comum, a religião, experiências comuns (pessoas que viajaram no mesmo navio e/ou trabalharam na mesma fazenda), parentesco, amizade etc. **Colonização oficial**, quando os imigrantes são conduzidos para núcleos coloniais mantidos pelo poder público. Seu funcionamento assemelha-se ao da colonização planejada, porém, ao invés de permanecerem, de certa forma, isolados, eles irão encontrar colonos brasileiros e/ou de outras nacionalidades no mesmo local. (MARCOS, 1996, p. 61-62)

É neste contexto do pós-guerra que se dá o processo de imigração e instalação das colônias japonesas no Nordeste. Aqui se inclui, obviamente, o Rio Grande do Norte, onde foram estabelecidas duas colônias: em 1956, Pium recebeu 11 famílias japonesas para compor uma colônia oficial, encabeçada pelo Estado através do INIC; e em 1959 mais 13 famílias japoneses chegaram à Punaú para trabalhar em uma colônia oficial implementada e administrada pela Igreja Católica.

Tomoo Handa, um pintor, desenhista, historiador, escritor e jornalista nascido no Japão e que imigrou para o Brasil em 1918 e aqui permaneceu até o seu falecimento em 1966, escreveu uma extensa obra intitulada “O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil”, que se apresenta dividido em 12 partes que organizam 79 capítulos, cobrindo desde a chegada dos primeiros imigrantes, em 1908, à história de cada núcleo de colonização da época, os problemas enfrentados para a sua implantação, da época turbulenta do pós-guerra até a situação das colônias na década de 1960, período de publicação do livro.

Abordando os aspectos antropológicos e socioculturais, como hábitos, costumes e questões econômicas, Handa (1987) constrói um panorama detalhado das experiências dos imigrantes no novo país, tratando individualmente sobre diversas fazendas, núcleos coloniais e, para além da atividade agrícola, trata também da vida dos japoneses que imigraram para as cidades.

A partir de agora, analisaremos a colonização japonesa no Brasil em sua dimensão físico-espacial e sociocultural, como subsídio para o nosso estudo de Pium e Punaú.

Segundo Handa (1987), no período inicial da colonização havia um “escritório” em qualquer núcleo. Nele, os idealizadores do núcleo e corretores de imóveis orientavam os interessados na aquisição de terras, cobravam prestações e realizavam os demais serviços de escritório, sendo o escritório de extrema importância para promover o perfeito funcionamento da colônia, visto que também atendia todos os problemas e necessidades dos colonos, inclusive os relacionados à saúde. Isso pelo menos supostamente, como vimos anteriormente quando tratamos do papel do Estado e os dispositivos legais que regem a formação e organização espacial e territorial dos núcleos coloniais.

No entanto, segundo Handa (1987), a experiência dos colonos era, na realidade, difícil devido à falta de suporte. Os japoneses viam a necessidade de se organizar e formar associações para reuniões, seja para confraternização da comunidade, ou para discutir o trabalho e tomar decisões em prol do desenvolvimento do núcleo. “Mesmo para contratar médicos era preciso que todos os colonos contribuíssem com tantos mil réis por mês. (...) Por vezes, tornava-se necessário organizar uma guarda particular, já que não se podia depender inteiramente da polícia em regiões interioranas” (HANDA, 1987, p. 287).

Se a estrada se tornava intransitável, se caía uma ponte, não adiantava correr à prefeitura para pedir a realização da obra, pois lá responderiam não haver verba e que os moradores é quem deviam providenciar o que convinha para a área de suas moradias. (Ora, essa era a época que os colonos não deviam pagar impostos.) Assim sendo, todos os colonos tinham de cooperar nos trabalhos de conservação da estrada. (...) Mesmo para construir uma casa, juntando-se mais de dez pessoas para os trabalhos de ajuntamento do madeiramento, preparo de ripas, disposição de ripas e amassamento de barro davam-se conta do recado apenas num dia. (HANDA, 1987, p. 282)

Além disso, a educação era muito importante para os japoneses. Sendo assim, era costume que, antes da construção das sedes destas associações para os encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir escolas, também arcando com todas as despesas e “contratando professores, ou doando-as aos municípios e conseguindo que a Secretaria de Educação através das prefeituras enviasse o professor”. (HANDA, 1987, p. 287-288) Além

disso, organizavam também sedes de associações de jovens, pois eram necessários “depósitos para os serviços de preparação e de limpeza final de gincanas de atletismo (undokai) ou de reuniões de confraternização (shinbukai)”, realizadas nas escolas (HANDA, 1987, p. 283).

Em suma,

a vida social nos núcleos de colonização se resumia ao relacionamento com a vizinhança, apesar de não ser uma coisa de todos os dias. Havia ainda a Associação Japonesa, a Associação dos Jovens e as reuniões no ano novo e no aniversário do imperador, os casamentos, as comemorações dos nascimentos e os enterros (HANDA, 1987, p. 482).

Importante destacar que os estudos de Handa estão focados nas colônias exclusivas de imigrantes japoneses, portanto sem a presença de colonos brasileiros, como foi o caso do Rio Grande do Norte.

Neste tipo de colônia tratada pelo autor japonês, os imigrantes deveriam construir suas próprias casas, por exemplo, ao contrário dos casos de colonização oficial, onde os imigrantes recebiam casas prontas para morar, construídas pelos órgãos brasileiros. No entanto, dedicamos aqui um momento para um breve comentário sobre a arquitetura imigrante, visando utilizá-la como embasamento para a análise de possíveis reformas, mesmo que pequenas, realizadas nas casas pelos imigrantes de Pium e Punaú, decorrentes de suas necessidades socioculturais.

Segundo Saito (1961), os imigrantes apresentavam tendência a seguir a concepção japonesa em suas moradias no Brasil, resultando em alguns erros de construção, como a orientação das frentes das casas, por exemplo, que ficaram, em alguns casos, opostas às direções usualmente utilizadas no Brasil devido à localização dos pontos cardeais e posicionamento solar.

As condições de higiene também influenciaram o uso do espaço habitacional visto que o banho diário e a utilização do ofurô<sup>16</sup> é um costume milenar japonês. Com isso, foi comum que os imigrantes inserissem o ofurô em suas residências ou, como afirma Saito (1961), na falta de banheiras adequadas, recorriam a tambores de gasolina, que poderiam ser colocados do lado de fora da casa, gerando comentários escandalosos dos colonos brasileiros, motivo pelos quais alguns nipônicos cercavam o local de banho.

---

<sup>16</sup> Banheira japonesa que se caracteriza por ser mais profunda e curta do que o normal, permitindo que os indivíduos fiquem sentados em posição fetal em imersão em água quente até a altura de seus ombros.

Quanto à produção do espaço urbano, o crescimento dos núcleos coloniais japoneses atraía os estabelecimentos de comércio e serviços para seus arredores. “Surgiram primeiro hotéis e pensões, bares e sorveterias, armazéns de secos e molhados, casas de “armarinhos”, barbearias, quitandas, depois compradores de produtos agrícolas e finalmente vendedores de terras” (SAITO, 1961, p. 166).

Ainda de acordo com Saito (1961), os núcleos de colonização oficial eram semelhantes em qualquer local de instalação no país. Geralmente, quando se trata de grupo relativamente grande (50 famílias ou mais), a sua distribuição era feita de modo a constituir um grupo local; ao contrário, se o grupo era pequeno, as famílias eram dispostas alternadamente com outros colonos. Principalmente neste último caso, a comunidade imigrante busca se adaptar à sociedade que lhe acolhe em busca de ascensão social. Os japoneses faziam de tudo para que seus filhos aperfeiçoassem o português, por exemplo, para facilitar o relacionamento com o grupo dominante (SAITO, 1961, p. 219).

Além disso, a adaptação religiosa também foi de grande relevância para aumentar as possibilidades de ascensão social. Segundo a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992), as igrejas cristãs atuaram intensamente nas colônias japonesas. A pregação do catolicismo entre os japoneses no Brasil foi iniciada em 1919 pelo padre alemão Lourenço Futzbauer, o qual realizou o batismo de um grupo de japoneses numa pequena capela de Curuputuba (SBCJ, 1992, p. 570). O jornal o Estado de São Paulo se referiu ao trabalho de catequização dos japoneses, na época:

A conversão desses japoneses ao catolicismo é o caminho mais curto para a assimilação, elimina a única parede que obstaculiza a fusão entre os brasileiros e os japoneses e elimina a leviana opinião de negativa ao imigrante japonês pela ilusão de que os sentimentos entre ambos os povos se contrariam (O Estado de São Paulo;1927 in SBCJ, 1992, p. 570)

Segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, os imigrantes japoneses tendiam a seguir com sua religião tradicional, principalmente os que viviam em contexto rural. No entanto, os que migraram para o meio urbano se converteram ao catolicismo mais facilmente, ou, ao menos, enviaram seus descendentes para este caminho, visto que, como mencionado, viam a conversão como uma maneira de ascensão social,

facilitando na busca por empregos e, principalmente, nos casamentos com brasileiros.

Quadro 3: Religiões dos japoneses e descendentes segundo gerações<sup>18</sup>, em 1958

|                               | <i>Japoneses</i> | <i>Nisei</i> | <i>3-4sei(%)</i> |
|-------------------------------|------------------|--------------|------------------|
| Religião japonesa tradicional | 70,6             | 29,2         | 19,0             |
| Católica                      | 15,5             | 58,7         | 70,0             |
| Outras                        | 13,9             | 12,1         | 11,1             |
| (CRCJ, 1964)                  |                  |              |                  |

Fonte: CRCJ;1964 in SBCJ, 1992, p. 580.

Vieira (1973), em sua tese sobre a absorção do imigrante japonês em Marília, São Paulo, optou por conduzir seu estudo de maneira que permitiu

(...) a compreensão dos imigrantes japoneses (...) inseridos numa frente de expansão, sujeitos ao isolamento cultural e orientados, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, cultural e economicamente para o Japão. Nesse sentido, a guerra implicou numa ruptura violenta que teve consequências que persistem até hoje na órbita cultural, econômica e no controle interno do grupo. A primeira geração nascida no Brasil (nissei) perdeu o contato com os processos de mudança da sociedade de origem e, por outro lado, não participou, de uma maneira geral, dos processos de mudança da sociedade adotiva. (VIEIRA, 1973, p. 14)

Para a autora,

(...) as referências existentes sobre a imigração japonesa fazem menção ao êxito alcançado pela lavoura dos nipônicos que, como os italianos que os precederam no estado de São Paulo, teriam trazido uma contribuição substancial inovadora à economia paulista, sucedendo com êxito extraordinário ao trabalhador negro escravo, graças a uma técnica agrícola mais avançada, trazida de seu país de origem. (...) No entanto, esta explicação se detém apenas em um nível mais superficial da realidade da imigração japonesa e torna-se totalmente insuficiente para uma análise da absorção do imigrante japonês, absorção entendida como processo de mudança de um grupo minoritário e vista como totalidade sincrética. (VIEIRA, 1973, p. 23)

Afinal, como afirma Patricia Tamiko Izumi (2010), os imigrantes chegaram ao Brasil trazendo não apenas a força de trabalho, mas também uma bagagem cultural com a qual eles tentaram se adaptar à nova realidade. No entanto, não assimilaram totalmente os novos costumes, mas trouxeram para sua cultura os elementos que julgaram importantes para sua sobrevivência (IZUMI, 2010, p. 2).

<sup>18</sup> "Sei" significa geração em japonês, logo, a tabela traz os dados dos japoneses, isto é, os que imigraram para o Brasil; dos Nisei, seus filhos nascidos em território brasileiro; e das terceiras e quartas gerações de nascidos no Brasil.

Concordamos que é preciso ver os resultados do contato entre imigrantes japoneses e a população brasileira não como um processo de substituição de um elemento pelo outro, “não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa” (CAIUBY NOVAES, 1990; in VIEIRA, 1973, p. 24).

### **3.3. Migrações internas**

Para Itamar de Souza (1980), a migração interna deve ser entendida como “um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência em outro” (SOUZA, 1980, p. 33), sendo estes indivíduos chamados, portanto, de migrantes. O autor destaca o movimento de todas as classes sociais visto que é comum a percepção das migrações como sendo exclusivas da classe trabalhadora.

Em seu estudo, Souza (1980) comenta que durante o período colonial até a industrialização, foi característico do capitalismo mercantilista privilegiar os produtos de importação das colônias ou dos países periféricos. Os períodos em que isso ocorreu são chamados de ciclos econômicos, que refletiram uma estratégia de crescimento econômico desequilibrado. Sendo assim, a sociedade brasileira formou-se historicamente polarizada nas regiões onde ocorreram os principais ciclos da economia nacional (SOUZA, 1980, p. 35). Quando o mercado internacional se mostrava desfavorável à exportação de produtos de determinado ciclo, restringia-se a absorção de mão-de-obra no setor. Esta voltava-se então para atividades de subsistência até que tivessem oportunidade de emigrar para outro local onde surgisse outro ciclo econômico. Sendo assim, os grandes ciclos econômicos do açúcar, do ouro, do café e da borracha guiaram os movimentos migratórios até o início do século XX.

Na década de 1940, no entanto, em meio à II Guerra Mundial, o Brasil passou a fornecer borracha para os Estados Unidos, gerando um processo de migrações internas de nordestinos para a Amazônia, cabendo ao INIC organizá-

las. Sendo assim, se tratou de uma corrente de migração planejada, apesar de na prática ter sido mais desorganizada do que as correntes espontâneas, visto que os contratos não eram cumpridos e não havia fiscalização eficiente, deixando os nordestinos quase que escravos nas mãos dos proprietários seringais (SOUZA, 1980, p. 58).

Ainda na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, iniciou-se a “marcha para o Oeste”, visando realizar a expansão capitalista para áreas pouco adensadas do território brasileiro. Neste momento a prioridade passou a ser do trabalhador nacional, em lugar dos estrangeiros, para descongestionar os grandes centros urbanos. Segundo Souza (1980), a construção de Brasília foi um segundo momento desta marcha para o Oeste, quando, para a capital e para suas “cidades-satélites emigraram predominantemente pessoas da classe operária do Nordeste e elementos da classe média e burguesa de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro” (SOUZA, 1980, p. 63).

Com a industrialização, o capitalismo industrial, diferentemente do mercantilista, introduz novas técnicas de produção que resultam numa divisão social e espacial do trabalho. Muitos produtos que antes eram produzidos em pequenas unidades difusamente espalhadas, passam a ser produzidos em estabelecimentos espacialmente concentrados devido à necessidade industrial de utilizar a mesma infraestrutura de água, energia elétrica, transportes e comunicação, por exemplo (SOUZA, 1990, p. 36).

A concentração espacial das indústrias em torno dos centros urbanos aumenta fortemente a força centrípeta das cidades sobre a população circundante. Num primeiro momento, são atraídos a estes centros urbanos os grupos sociais residentes nas proximidades das áreas que estão se industrializando. Assim ocorreu em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo. E, num segundo momento, são atraídos grupos sociais das regiões mais distantes em decorrência dos desequilíbrios regionais, caracterizado basicamente pela acumulação incessante de vários tipos de vantagens na região em fase de industrialização e desvantagens nas regiões que permaneceram com uma economia primária. (SOUZA, 1980, p. 36-37)

Nas regiões de “expulsão”, as notícias acerca do sucesso dos migrantes pioneiros contribuíram para o sentimento de que o melhor era sair dali, passando a migração a ser vista como sinônimo de progresso. No entanto, a alta concentração de população e os problemas sociais criados pelos migrantes nas regiões de “atração” geraram uma contra ideologia, sendo esta a de fixação do homem no meio rural.

Quando a pressão demográfica atinge níveis bastante elevados nos grandes centros industriais-urbanos, o poder público procura orientar os fluxos migratórios provenientes de regiões não industrializadas para as frentes pioneiras, onde se desenvolve uma agricultura comercial, ora impulsionada por uma conjuntura internacional favorável, ora voltada exclusivamente para o abastecimento dos grandes centros urbanos do País. (SOUZA, 1980, p. 37).

É neste contexto, agravado pela crise econômica de 1929, que dois tipos de movimentos foram gerados, segundo Vale et al (2004): uma parcela da população se dirigiu para a cidade, e outra para as áreas do interior, onde o Estado iniciou, dentre outras ações, as políticas de colonização de que tratamos no item 3.1, visando expandir a agricultura comercial e voltar os trabalhadores para esta atividade, fixando-os no meio rural e desafogando os grandes centros urbanos.

Durante a década de 1950 houve o maior fluxo migratório já registrado no país segundo Graham e Filho (1980 apud Vale et al 2004). Os fluxos principais foram do Nordeste para a fronteira agrícola e para o eixo industrial, e o segundo da Região Sul em direção ao Paraná e Mato Grosso do Sul. Com isso, o Governo tentou direcionar o grande número de trabalhadores migrantes para a região da Amazônia, de grande vazio populacional.

Em nível local, segundo Souza (1976), em sua obra sobre Migrações para Natal, nos anos entre 1940 e 1950, além dos soldados norte-americanos e outros milhares de brasileiros que vieram para a cidade em função da Segunda Guerra Mundial, muitas pessoas também vieram do interior para a capital em busca de trabalho nas construções da Base Aérea e da Base Naval, e da estrada de Parnamirim a Natal (SOUZA, 1976, p. 21). Segundo o estudo do autor, a procedência das famílias que migraram para Natal é, majoritariamente da microrregião de Natal, seguida pelos migrantes do Seridó e do Agreste Potiguar, em sua maioria.

Quadro 4: Procedência dos migrantes para Natal.

| ORIGEM  | Nº           | %          |
|---|--------------|------------|
| <b>01 - Estado do Rio Grande do Norte Microrregiões (1)</b> | 941          | 61,7       |
| 01.01 - Salineira norte-rio-grandente                       | 99           | 6,5        |
| 01.02 - Litoral de São Bento do Norte                       | 20           | 1,3        |
| 01.03 - Açu e Apodi   | 66           | 4,3        |
| 01.04 - Sertão de Angicos                                   | 47           | 3,1        |
| 01.05 - Serra Verde   | 89           | 5,8        |
| 01.06 - NATAL (2)   | 295          | 19,4       |
| 01.07 - Serrana Norte-rio-grandense                         | 38           | 2,5        |
| 01.08 - Seridó  | 115          | 7,5        |
| 01.09 - Borborema Potiguar                                  | 69           | 4,5        |
| 01.10 - Agreste Potiguar                                    | 103          | 6,8        |
| <b>02 - Naturais do Município de Natal</b>                  | 290          | 19         |
| <b>03 - Outros Estados</b>                                  | 294          | 19,3       |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>1.525</b> | <b>100</b> |

Fonte: SOUZA, 1976, p. 23, reelaborado pela autora, 2020.

Além disso, o autor constatou que 88,7% desta amostra de migrantes veio de outras cidades do interior do Estado ou de pequenas e médias cidades de outros Estados nordestinos. Sendo assim, o processo migratório para Natal foi, nesta época, predominantemente urbano, mesmo que muitas dessas cidades fossem minúsculas, com forte influência rural.

No geral, a maioria dos estudos sobre migrações internas tratam dos movimentos relacionados aos grandes ciclos econômicos e de trabalhadores saindo do campo para as cidades, como já abordamos. No entanto, no que tange ao nosso universo de formação de colônias agrícolas, é de grande relevância estudar os movimentos migratórios para o campo, mais especificamente rural-rural, visto que todas as famílias com quem tivemos contato eram advindas do campo.

Rosaly Rocha e José Pedro Cabral (2019), que estudaram as migrações nos assentamentos de reforma agrária no Tocantins, revelam que, em seu universo de estudo, a maior quantidade de imigrantes é oriunda do Nordeste. Isto porque, mesmo com os problemas econômicos e a seca no Nordeste, “muitos migrantes optam por resistir no meio rural mesmo que tenham que sair

da sua terra de origem, seja migrando para outra cidade ou até para outro estado” (ROCHA E CABRAL, 2019, p. 30). Como revela sua pesquisa, as pessoas entrevistadas estabelecidas em assentamentos rurais não têm interesse em sair do campo, pois

Nas cidades, há segregações sócio espaciais que são constituídas por uma sociedade de classes que vão ao extremo, pessoas extremamente ricas e pessoas extremamente pobres. Embora na zona rural isso também exista, as possibilidades de produção, subsistência e posse de terras são maiores, logo, sair do campo para a cidade é um risco muito grande, principalmente quando o acesso aos bens da cidade é fácil (ROCHA E CABRAL, 2019, p. 32).

Oliveira et al (2011), ao analisar a formação das redes sociais no fenômeno da migração entre assentados de reforma agrária na região do entorno do Distrito Federal, concluem que “a decisão de migrar para os assentamentos acontece porque esses trabalhadores viam nas ocupações de terras a possibilidade de conseguir algo como ter uma terra, trabalho, créditos, moradia e não por um engajamento político” (OLIVEIRA et al 2011, p. 488) estimulado por movimentos sociais a exemplo do MST.

Esta observação nos remete aos casos dos migrantes para as colônias de Pium e Punaú que, apesar de inseridas em um contexto de efervescência dos movimentos sociais e da chegada das ligas camponesas ao Rio Grande do Norte, explicitaram, em sua maioria, o desejo de possuir terras e melhores condições de vida para suas famílias, sem mencionar engajamentos políticos.

Há dificuldade, no entanto, em encontrar publicações que abordem a migração campo-campo, principalmente que disponham de dados gerais, estatísticos e com foco em migrações especificamente para colônias agrícolas e assentamentos rurais que nos ajudem a construir um mapa de movimentos em direção ao campo. O foco dessas publicações está nos aspectos sociais, voltados para estudos pontuais sobre as relações entre migrações, família e construção de comunidade. Estas variáveis, no entanto, também nos são de grande relevância dado o nosso interesse em compreender a origem dos colonos, seus interesses e objetivos ao escolher participar dos projetos, assim como o processo por que passam de construção de relações com o espaço e com a comunidade.

Durhan (1978), que estudou o fenômeno das migrações internas a partir das transformações no comportamento dos sujeitos que viveram o processo, afirma que

A industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento. Em nenhum momento essa transformação se apresenta de modo tão dramático ou tão completo como quando dá origem à migração, transferindo indivíduos e grupos das comunidades mais tradicionais e mais pobres para os grandes centros urbanos onde se concentram as inovações, a riqueza e os centros de decisão que transformam o país. Em certo sentido, pode-se dizer que o migrante vive e realiza de modo concentrado, modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem, ao nível da ação concreta dos sujeitos, as alterações que ocorrem na ordem estrutural (DURHAN, 1978, p. 8)

A pesquisa de campo de Durhan (1978) foi feita justamente no fim da década de 1960, na tentativa de reconstituir a situação dos indivíduos anterior à sua migração, dentro de suas comunidades rurais de origem. Segundo a autora, o estudo das correntes de migração demonstra que o deslocamento da população rural “se dá das regiões economicamente mais atrasadas para as mais prósperas e se apresenta, em grande parte, como uma transferência de mão-de-obra para sistemas econômicos mais produtivos” (DURHAN, 1978, p. 45), podendo este deslocamento ser para outras regiões agrícolas mais produtivas, visando expandir as plantações ou substituir outros trabalhadores que emigraram para outro lugar.

Apesar de, contrariamente à pesquisa de Durhan, nosso universo de estudo tratar de migrações para o meio rural, se relacionando com o desenvolvimento capitalista através do cultivo de produtos de exportação ou de abastecimento do mercado nacional, seu modo de analisar a migração através das transformações socioculturais nas vidas dos migrantes nos interessa, visto que, no intuito de estudar a influência dos projetos de colonização na formação urbana de Pium e Punaú, temos que investigar acerca de uma possível influência mútua entre os imigrantes japoneses e os migrantes norterriograndenses.

Sobre isto, Silvia Aquino e Alez Mengel (2013) chamam atenção para a ruptura de laços causada pela migração, visto que, em um primeiro momento, migrar pressupõe abandonar um lugar de origem e as relações sociais ali construídas. No entanto, em meio a sua extensa revisão bibliográfica, os autores levantam também que muitas vezes a migração pode ser tomada uma forma de

manter a reprodução social da família em momentos de dificuldade (AQUINO E MENGEL, 2013, p. 18), visto que em diversas ocasiões pode ser uma estratégia para manter a sua condição camponesa através da migração temporária para outro lugar e o retorno ao local de origem com melhores condições e vida.

A migração, em determinados contextos, como aquele relacionado ao processo de retorno ou entrada no campo, neste caso, favorecido pela instauração dos assentamentos, pode ser interpretada de maneira positiva pelos seus próprios sujeitos. Ademais, o desejo de morar no que é seu e todos os aspectos simbólicos que esta condição congrega, assumem um papel essencial na interpretação das migrações para o campo pelos assentados como algo extremamente positivo. (AQUINO E MENGEL, 2013, p. 27).

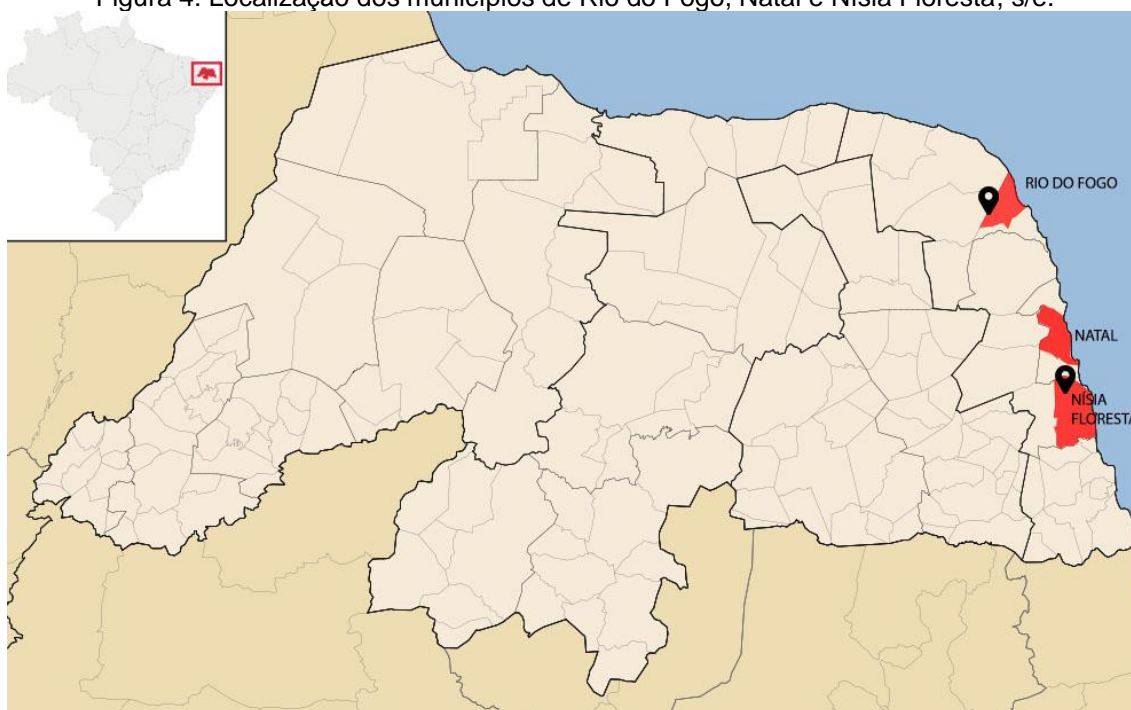
Os autores também lembram que a migração para os assentamentos rurais transforma a realidade dos sujeitos que passam a integrar um espaço dotado de características específicas, visto que são lugares planejados e construídos politicamente e simbolicamente a partir da ação de movimentos sociais e instituições oficiais que organizam os projetos, como o INCRA e a EMATER, por exemplo.

#### 4. DOIS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO NO RN: Pium e Punaú (1950-1980)

Este capítulo trata da formação das Colônias Agrícolas de Pium e Punaú, no Rio Grande do Norte, nosso universo de estudo. Neste momento, focamos na reconstituição da história do processo de instalação e formação dos núcleos; na investigação acerca dos colonos que compunham as comunidades, suas origens, motivações e características socioculturais; e na análise dos aspectos físicos territoriais dos núcleos iniciais através de reconstituição da cartografia e do projeto das edificações.

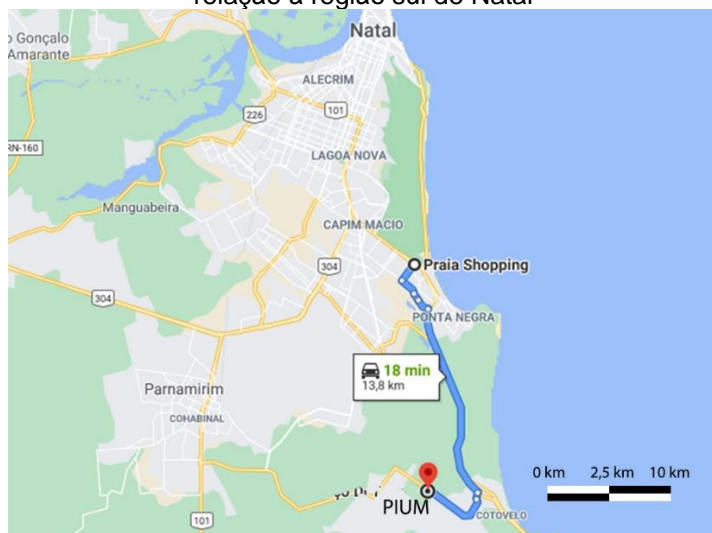
As duas colônias localizavam-se no litoral leste do Estado do Rio Grande do Norte, sendo a Colônia de Pium no município de Nísia Floresta e a de Punaú no município de Rio do Fogo.

Figura 4: Localização dos municípios de Rio do Fogo, Natal e Nísia Floresta, s/e.



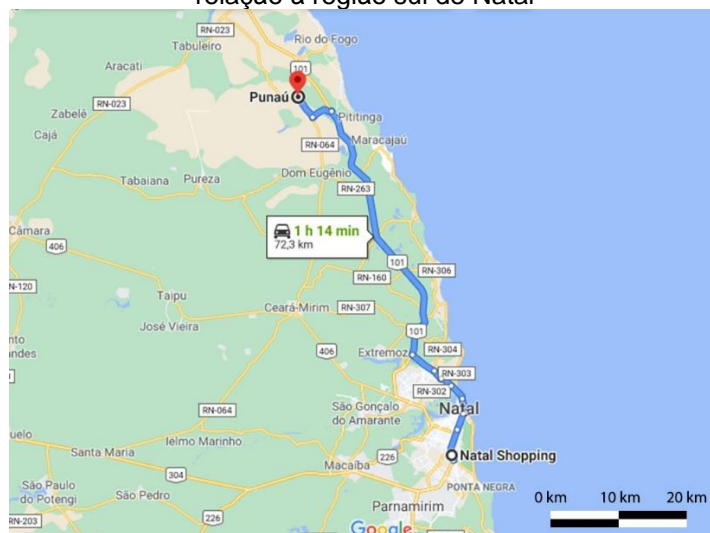
Fonte: Edição da autora sobre mapa de Abreu (2006).

Figura 5: Localização da região do Colônia de Pium em relação à região sul de Natal



Fonte: Google Maps (2020), editado pela autora (2020).

Figura 6: Localização da região da Colônia de Punaú em relação à região sul de Natal



Fonte: Google Maps (2020), editado pela autora (2020).

A região da Colônia de Pium está a cerca de 13 km ao sul da região sul de Natal, sendo seu melhor acesso através da Rota do Sol, partindo do bairro de Ponta Negra, e a de Punaú a 72 km ao norte da região sul da capital potiguar, mais acessível pela RN 064.

#### 4.1. Formação inicial: do projeto de colonização à organização comunitária dos colonos

Neste item, abordamos a formação inicial das colônias de Pium e Punaú, processo que envolve desde planejamento e instalação até a chegada das famílias japonesas e brasileiras.

##### 4.1.1. Colônia Agrícola de Pium, situada em Nísia Floresta/RN

Existem alguns poucos estudos apenas sobre a Colônia de Pium, em Nísia Floresta. Não há pesquisas sobre a Colônia de Punaú, ou, se existem, não foram publicados. Destacamos que o desconhecimento acerca da existência da Colônia Agrícola de Punaú parece ser geral, visto que, em visita realizada em 2019 ao Museu da Imigração Japonesa, em São Paulo, foi possível observar

que, no mapa do Brasil ali exposto demarcando as colônias japonesas existentes no país, apenas a de Pium está identificada no Rio Grande do Norte.

Figura 7: Listagem das colônias agrícolas no Rio Grande do Norte

| RIO GRANDE DO NORTE |          |
|---------------------|----------|
| 1                   | PIUM     |
| 7                   | BARRINHA |
| 8                   | BASTOS   |
| 9                   | BAURU    |
| RIO GRANDE DO SUL   |          |
| 1                   | BAGÉ     |
| 10                  | BILAC    |
| 11                  | BIRIGUI  |

Fonte: Acervo pessoal, maio/2019. Museu da Imigração Japonesa/SP

Tal falha pode ser resultado da diferença entre os órgãos orientadores das colônias, sendo a de Pium uma colônia de iniciativa estatal, enquanto a de Punaú foi uma colônia de iniciativa da Igreja Católica. Além disso, as listas de bordo dos navios transportadores, atualmente digitalizadas, não precisam corretamente o destino de cada imigrante que chegou ao Brasil, tendo as famílias de Punaú, por exemplo, sido registradas como com destino a São Paulo quando, na verdade, sequer passaram pelo Estado.

Aqui, cabe fazer a correção de alguns dados apresentados em algumas publicações que, apesar de não estudar os núcleos em questão, os mencionam em algum momento, como é o caso de Cruz (2000), que ao discutir as ações da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, comenta que

Também como parte da atuação do SAR, são criadas ainda, em 1963, em convênio com o Instituto de Imigração e Colonização (INIC) e o Governo Estadual, as colônias agrícolas de Punaú e Pium. No município de Maxaranguape, o primeiro, e o segundo, no município de Eduardo Gomes, atual Parnamirim. (CRUZ, 2000, p. 62)

Na verdade, o Rio Grande do Norte recebeu as duas colônias na década de 1950 com o objetivo de desenvolver a agricultura em regiões ainda desabitadas no Estado e, com isso, suprir a carência que havia no mercado nacional no setor de alimentação. Foi assim que a cultura de hortifrutigranjeiros passou a se desenvolver na região do Pium (BARBOSA. 2003. Pg. 10).

Segundo Dantas (1982), o núcleo colonial do Pium foi criado pelo INCRA através Decreto nº 48.596, de 22 de junho de 1953, com o Decreto Presidencial de nº 582, de 15 de maio de 1952, sendo a colônia implantada efetivamente em 1954. Importante ressaltar que o INCRA é citado tanto por Dantas (1982) quanto por Barbosa (2003), no entanto, o Instituto ainda não existia nesse período, devendo o processo, então, ter sido orientado pelo seu antecessor, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, com auxílio da ANCAR, atual EMATER.

A região da Colônia Agrícola de Pium localiza-se no município de Nísia Floresta e, segundo Waldemar Valente (1978), contava com 11 famílias japonesas. De acordo com Barbosa (2003), além das famílias japonesas, a colônia contava também com 35 famílias brasileiras, todas potiguares.

Figura 8: Localização da área ocupada pela Colônia de Pium, representada pela mancha em amarelo, em Nísia Floresta/RN



Fonte: Dantas, 1980. Editado pela autora sobre imagem aérea do Google Earth, 2019.

Os ex-colonos japoneses entrevistados, das famílias Tanaka, Matsunae, Nagashima e Morimura, afirmam que vieram no navio America-Maru, que atracou no porto de Recife, em Pernambuco, em 1956. De lá, os nipônicos que integrariam a colônia de Pium partiram em um ônibus para a região, chegando

em 10 de julho de 1956, onde teriam residências prontas e determinadas pelo governo.

Figura 9: Navio America-Maru, 1956



Fonte: LAGO, 2018.

Figura 10: Famílias japonesas que iriam para Pium, a bordo do America-Maru, 1956.

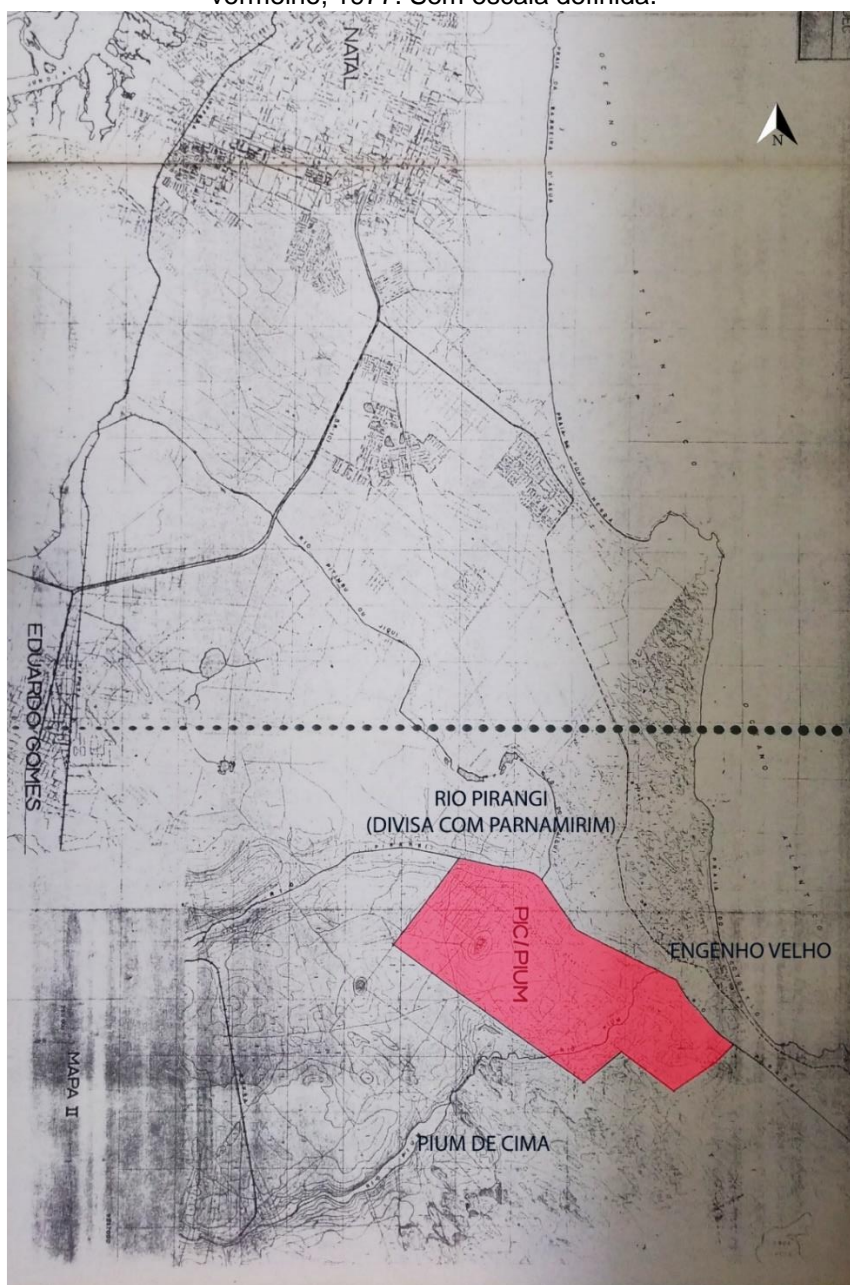


Fonte: Acervo Pessoal da Sra. Kazuko Morimura.

Laice Dantas (1982, p. 13) descreve que a colônia se limita ao norte com a propriedade Engenho Velho; ao sul com o sítio dos Coqueiros; a Leste com o

rio Cajupiranga ou Pirangi, divisa com Eduardo Gomes, atual município de Parnamirim; e ao oeste com o Pium de Cima. No entanto, os pontos cardeais por ela utilizados não seguem a real orientação geográfica do local, visto que a autora traz o mapa rotacionado 90° em sentido anti-horário, fazendo com que seu Norte seja, na verdade, o Leste. O mapa está apresentado na figura 9 a seguir, com a demarcação do norte verdadeiro, a delimitação do terreno da colônia e dos limites indicados por Dantas.

Figura 11: Mapa de localização da Colônia Agrícola de Pium, representada pela mancha em vermelho, 1977. Sem escala definida.



Fonte: Fundação Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte *in* DANTAS;1982, editado pela autora, 2019.

Segundo Yumiko Tanaka<sup>24</sup>, filha de colonos japoneses, o governador do Rio Grande do Norte na época, Dinarte Mariz, solicitou as dez famílias com o objetivo de ajudar a desenvolver a agricultura no Estado. No entanto, a família Morimura, composta por dois irmãos, sendo um deles agrônomo, com suas respectivas esposas e os 3 filhos de um deles, se dividiu. Cada irmão se apossou de um lote, resultando em 11 lotes com famílias japonesas.

Figura 12: Visita do governador Dinarte Mariz à Colônia de Pium.



Fonte: Acervo pessoa de Kazuko Morimura.

Figura 13: Visita do governador Dinarte Mariz e Monsenhor Alair Vilar ao plantio de repolho na Colônia de Pium.



Fonte: Acervo pessoas de Kazuko Morimura.

A sra. Yumiko afirmou que a televisão japonesa veiculava propagandas acerca do processo de formação de colônias agrícolas no Brasil e convocava famílias japonesas, de modo que era possível que qualquer patriarca fosse ao consulado se voluntariar.

Os requisitos eram os mesmos para as famílias japonesas e brasileiras: Deveriam ser formadas por casal e ao menos um filho com idade suficiente para já trabalhar na lavoura, que segundo o sr. Toshiyuki Nagashima<sup>25</sup>, seria idade mínima de 18 anos. Segundo o sr. José Moreira, o processo de seleção dos colonos brasileiros priorizava a “qualidade da família”, sua necessidade de se tornarem colonos e sua vontade de trabalhar.

Eram escolhidas preferencialmente as famílias japonesas advindas de área rural e com experiência na agricultura. No entanto, aparentemente não

<sup>24</sup> Entrevista realizada em 01 de maio de 2019

<sup>25</sup> Entrevista realizada em 25 de outubro de 2019

havia rigidez neste critério, visto que a família Tanaka, por exemplo, vinha de Tóquio, sendo o patriarca da família comerciante, e a família de Kichiro Morimura veio da região de Isesaki-shi, sendo proprietários de um restaurante.

Quadro 5: Proveniência das famílias japonesas de Pium

| Origem das famílias japonesas de Pium |             |
|---------------------------------------|-------------|
| Matsunae (pai)                        | Área rural  |
| Ryotaru Matsunae (filho)              | Área rural  |
| Nakano                                | Área rural  |
| Nogima                                | Área rural  |
| Nagashima                             | Área rural  |
| Tanaka                                | Área urbana |
| Miyakawa                              | Área rural  |
| Sekiguchi                             | Área rural  |
| Kitayama                              | Área rural  |
| Kichiro Morimura                      | Área urbana |
| Shoji Morimura                        | Área rural  |

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a vir para o Brasil, as respostas são parecidas: buscavam alternativas à dura realidade do Japão pós-guerra. Lembremos que, em nosso universo de estudo, estamos tratando sobre a imigração japonesa no período após a Segunda Guerra Mundial, quando o Japão se encontrava com sua infraestrutura e economia destruídas. Além disso, o país precisou receber cerca de 6,3 milhões de repatriados de diversas nacionalidades, como coreanos e taiwaneses por exemplo, agravando a já crítica situação alimentar e habitacional resultante da superpopulação. Aliás, foi o mesmo motivo que levou à primeira grande leva de imigração japonesa para o Brasil entre fins do século XIX e início do século XX. Ao governo japonês, restava somente retomar o incentivo à emigração (SBCJ, 1992, p. 381).

Destacamos que o Brasil, por vezes, não era a primeira opção dos japoneses. Como nos contou o Sr. Nagashima, seu pai era rizicultor e a área em que viviam, Tochigi-ken, não tinha mais chances de expansão. Ele passou então a buscar alternativas de locais para migrar, sendo sua primeira opção a Austrália. Como a colônia australiana era para cultivo de chá, que não lhe agradava,

escolheu vir para o Brasil, onde estava aberta a seleção para a Colônia de Pium, com cultivo de vegetais e com a falsa propaganda de que o solo seria bom também para o cultivo de arroz.

A sra. Kazuko Morimura conta que seu tio, Shoji Morimura, era agrônomo e perdeu a posse de suas terras no Japão, se sentindo atraído então pela ideia de vir trabalhar no Brasil. Inicialmente as duas famílias planejavam trabalhar na cafeicultura em São Paulo, no entanto, foram informados do projeto sendo executado em Pium e decidiram escolher este destino.

Quanto aos colonos brasileiros, como comentamos na introdução, infelizmente só tivemos contatos com duas famílias, a Moreira, a qual se dividiu e ocupou dois lotes na colônia. Eles vieram de Monte Alegre a pedido de Antônio Malta para que o sr. José Moreira, conhecido como Seu Burrego, pudesse se encarregar das construções das edificações da colônia.

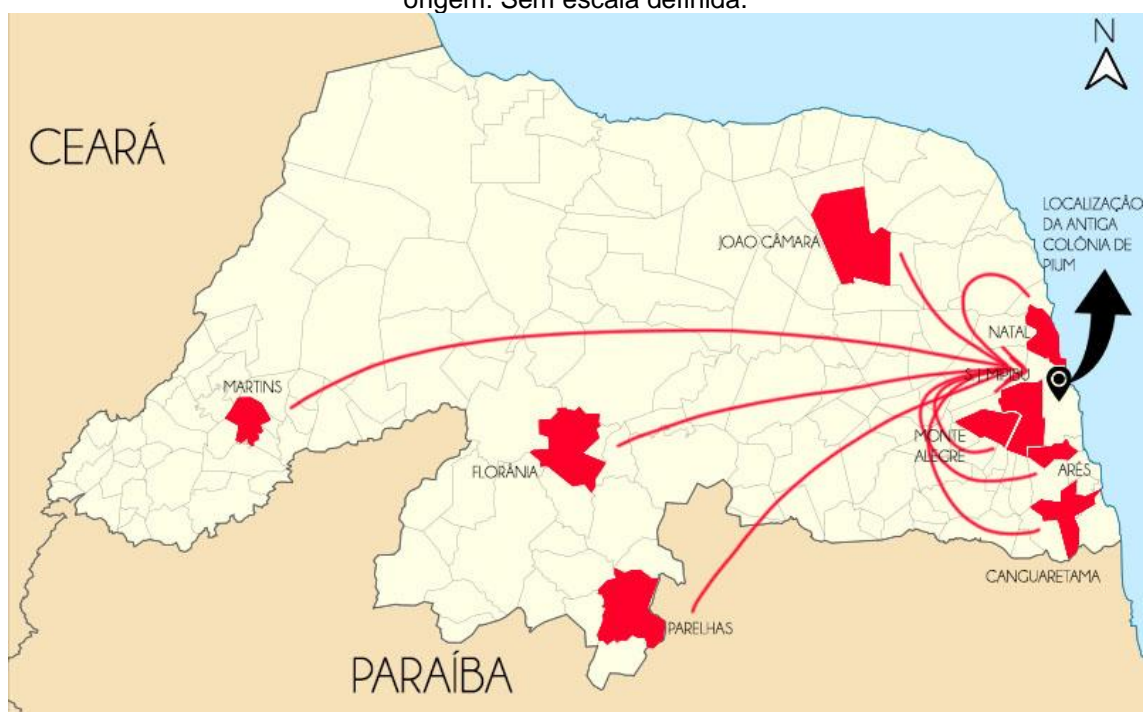
No entanto, temos o estudo de Dantas (1982), que afirma que, de sua amostra de 19 famílias brasileiras que ainda habitavam em Pium na época, todas eram norterriograndenses e, dentre elas, 15 dos chefes das famílias eram agricultores, dois eram biscateiros que desejavam trabalhar na agricultura, um era comerciante e um era funcionário público.

Quadro 6: Proveniência, profissão e motivo de atração dos colonos para Pium.

| FAMÍLIAS<br>(organizadas<br>numericamente) | ORIGEM       | PROFISSÃO       |          |                        |          | MOTIVO DE ATRAÇÃO |                      |           |                          |                           |
|--|--------------|-----------------|----------|------------------------|----------|-------------------|----------------------|-----------|--------------------------|---------------------------|
|  |              | AGRICULTUR<br>A | COMÉRCIO | FUNCIÓNÁRIO<br>PÚBLICO | BISCATE  | TERRA             | PROXIMO<br>À CAPITAL | SEGURANÇA | CONVÊNIO<br>BRASIL/JAPÃO | GOSTO PELA<br>AGRICULTURA |
| 1  | S. J. MIPIBU | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 2  | PARELHAS     | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 3  | PIRANGI      | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 4  | MARTINS      | X               |          |                        |          |                   | X                    |           |                          |                           |
| 5  | FLORÂNIA     | X               |          |                        |          |                   | X                    |           |                          |                           |
| 6  | CONGUARETAMA | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 7  | PIRANGI      | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 8  | NATAL        |                 |          | X                      |          |                   |                      |           |                          | X                         |
| 9  | ARÉS         | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 10   | NATAL        |                 |          |                        | X        |                   |                      | X         |                          |                           |
| 11   | S. J. MIPIBU | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 12   | JAPÃO        | X               |          |                        |          |                   |                      |           | X                        |                           |
| 13   | JAPÃO        | X               |          |                        |          |                   |                      |           | X                        |                           |
| 14   | S. J. MIPIBU | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 15   | PIRANGI      | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 16   | BAIXA VERDE  |                 |          |                        |          |                   |                      |           |                          |                           |
| 17   | MONTE ALEGRE | X               |          |                        |          | X                 |                      |           |                          |                           |
| 18   | NATAL        |                 | X        |                        |          |                   |                      |           |                          | X                         |
| 19   | PIRANGI      | X               |          |                        |          |                   |                      |           |                          |                           |
| <b>TOTAL</b>                               |              | <b>15</b>       | <b>1</b> | <b>1</b>               | <b>2</b> | <b>11</b>         | <b>2</b>             | <b>2</b>  | <b>2</b>                 | <b>2</b>                  |

Fonte: Recriado pela autora a partir de DANTAS, 1982, p. 23.

Figura 14: Movimento migratório para a Colônia de Pium de acordo com os municípios de origem. Sem escala definida.



Fonte: Edição da autora, 2020, sobre mapa de ABREU, 2011.

Quando questionados sobre os motivos de se sentirem atraídos a vir para a Colônia de Pium, 11 explicitaram o desejo de possuir terras, dois foram

atraídos pela proximidade à capital do Estado, dois afirmaram ter sido por motivos de segurança e outros dois por desejarem morar no campo (Tabela 6).

Valente (1978) comenta que nas colônias agrícolas de imigrantes japoneses no Nordeste o sistema era misto, havendo a integração entre japoneses e brasileiros com o objetivo de facilitar a integração social dos imigrantes na sociedade brasileira e a transmissão de conhecimentos aos nativos acerca de técnicas e práticas de agricultura e avicultura - necessários para a economia rural e para o abastecimento dos núcleos urbanos.

No entanto, Barbosa (2003) destaca que

(...) no Núcleo Colonial do Pium houve uma repulsão entre japoneses e brasileiros. Não havia cooperação nem entre os próprios nipônicos. Cada família só podia contar com os seus próprios membros. Viviam praticamente fechados em seus respectivos clãs. Sra. Hatsuê (Kitayama), que ficou viúva logo nos primeiros anos de sua chegada ao Vale do Pium, nos contou que: "Passava o dia trabalhando e a noite chorando...", " pois não tinha com quem contar para ajudá-la a criar os sete filhos ainda pequenos, não conseguia sequer se comunicar, pois o idioma foi um grande divisor de territórios entre brasileiros e japoneses. (BARBOSA, 2003, p. 33)

Opinião que é sustentada pelo sr. Nagashima, que em nossa entrevista afirmou que a grande dificuldade de comunicação devido às diferentes línguas e às diferenças culturais dificultaram a transmissão do conhecimento para os brasileiros. O ex-colono afirma que seu pai tentava ensinar a técnica de controle de pragas na plantação, o que deveria ser feito no período noturno, visto que não haveria vento para espalhar os produtos. No entanto, os colonos brasileiros nunca apareciam, prejudicando suas produções. Além disso, o Sr. Nagashima relembra que os brasileiros pareciam não acreditar nas técnicas de adubação do solo e se mostravam céticos e contrários ao seu uso. "O processo de seleção dos colonos foi falho porque muitos brasileiros não sabiam nada de agricultura, nem pareciam tão inclinados a aprender ou a se dedicar à ocupação" (NAGASHIMA, T. Em entrevista concedida em 25/10/2019).

Porém, esta opinião não é unânime, de acordo com as diferentes experiências vivenciadas por cada família. Outros ex-colonos aqui entrevistados (Tanaka, Matsunae e Morimura) afirmam ter sido boa a convivência com os colonos brasileiros, havendo inclusive a organização de Undokai<sup>26</sup> e festas de fim de ano com a participação de todos que tivessem interesse.

---

<sup>26</sup> Gincanas japonesas.

Figura 15: Realização de Undokai na Colônia de Pium



Fonte: Acervo pessoal de Kazuko Morimura.

Figura 16: Festa de fim de ano na Colônia de Pium: crianças japonesas homenageiam e presenteiam o agrônomo, o administrador e o motorista que trabalhavam no local.



Fonte: Acervo pessoal de Kazuko Morimura.

Estas famílias afirmam também que foi bem-sucedido o processo de troca de conhecimentos entre japoneses e brasileiros, por meio do qual os colonos locais de fato aprenderam e expandir a agricultura no Estado. Segundo a entrevista com a Sra. Yumiko Tanaka, a produção em Pium servia para abastecer não apenas o Rio Grande do Norte, como também os estados da

Paraíba e Pernambuco, chegando a escoar nove caminhões de produtos por semana.

Sobre isto, o Sr. Nagashima esclareceu que a grande venda de produtos para os estados vizinhos se deu devido à baixa venda dentro do mercado potiguar. Segundo o ex-colono, inicialmente foi difícil vender os produtos, pois os japoneses produziam pepino, berinjela e outros vegetais que não eram consumidos localmente. A partir daí, investiram na produção de melão e melancia, altamente consumidos na Paraíba e em Pernambuco, ficando apenas uma pequena parcela no Rio Grande do Norte.

Os ex-colonos japoneses são, no entanto, unânimes em afirmar a propaganda enganosa que lhes foi exibida com relação à vida nas colônias. Ao chegarem em Pium, depararam-se com uma região isolada, sem energia elétrica ou sequer água encanada. As casas eram muito distantes umas das outras, contribuindo para o sentimento de isolamento de cada família.

O processo de adaptação foi difícil, principalmente no tocante à alimentação e comunicação. Não existiam os legumes que os japoneses eram acostumados a consumir ou condimentos como o molho shoyu, por exemplo, levando o patriarca da família Tanaka a entrar em contato com servidores das entidades de imigração para solicitar itens comuns na culinária japonesa.

Quanto à língua, Kenji Matsunae nos contou que havia um intérprete na colônia para ajudar no processo de adaptação. Ele morou em lote vizinho ao de sua família, mas só ficou no local por cerca de seis meses, deixando os colonos nas mesmas situações de dificuldade de comunicação.

O sr. José Moreira informou que as famílias brasileiras se decepcionaram ao chegar à colônia, pois acreditavam que receberiam assistência adequada e que teriam chances de melhorar suas condições de vida com esta mudança, coisa que na maioria dos casos não aconteceu.

Houve outras dificuldades. Apesar de Valente (1978) comenta que as famílias japonesas e brasileiras receberam das autoridades assistência tanto financeira quanto técnica, educacional, social e médico-sanitária (VALENTE, 1978, p. 43), o que ocorreu na realidade, foi uma assistência insuficiente.

De acordo com Barbosa (2003),

(...) inicialmente a casa e o lote eram do INCRA e somente a produção pertencia aos colonos. Após o período de carência, que era de cinco

anos, a dívida da casa e da terra poderia ser saldada e o colono recebia a documentação de posse definitiva, passando a ser o proprietário da terra. Durante a atuação do INCRA, houve incentivos à agricultura através de financiamentos para insumos, assistência técnica, posto de saúde, escola e facilidades para transportes e comercialização. (BARBOSA, 2003, p. 24)

No entanto, a autora contrapõe com o fato de que a escola, por exemplo, era apenas para ensino infantil e este não era considerado de boa qualidade.

Quanto aos estudos dos jovens e adolescentes, após o dia de trabalho, ainda enfrentavam longas caminhadas por estradas escuras e carroçáveis até o ponto em que o coletivo escolar passava para recolhê-los. Durante o primário (atual ensino fundamental), o esforço era menor. Havia na Colônia uma escola mantida pelo Município de Nísia Floresta. Segundo depoimentos, a qualidade do ensino não era muito boa, e as escolas reuniam crianças brasileiras e japonesas, tentando-se criar um meio de aculturação. (BARBOSA, 2003, p. 33-34).

Figura 17: Crianças da Colônia de Pium em fila para entrar na escola local



Fonte: Acervo da sra. Yumiko Tanaka.

Além disso, não havia infraestrutura viária adequada, provocando o isolamento da região. As áreas de plantio estavam constantemente inundadas, como reclamaram os colonos nos depoimentos coletados. Com isso, ficavam impossibilitadas as atividades em período de chuvas, visto que a drenagem do Vale não era priorizada pelo Poder Público local (BARBOSA, 2003, p. 39), a não ser durante o governo de Aluizio Alves, que, como lembra Yumiko Tanaka, ordenou a abertura do canal que separa Pirangi do Norte de Pirangi do Sul, visando escoar a água.

Figura 18: Área de plantação alagada na Colônia de Pium.



Fonte: Acervo da Sra. Yumiko Tanaka.

Figura 19: Região da colônia de Pium alagada após chuvas.



Fonte: Acervo da Sra. Yumiko Tanaka.

O Sr. Nagashima reflete, em entrevista cedida à autora, que talvez o projeto tivesse sido mais bem-sucedido se o governo tivesse mantido esta drenagem do Vale ou investido em irrigação para a área de arisco<sup>27</sup>, pois viabilizaria a produção. No entanto, ele destaca o auxílio dado pela Igreja, principalmente as ações educativas através da Rádio Rural, já mencionada no

---

<sup>27</sup> Terreno seco, caracterizado pelo excesso de areia.

item 2.2, quando os padres de Natal ministravam aulas de português e as famílias japonesas se reuniam na sede construída por eles próprios para ouvir.

Apesar de o projeto da Colônia de Pium não ter sido encabeçado pela Igreja Católica, esta se fez presente não apenas através do movimento educacional, mas também para catequizar os colonos japoneses. Foi construída uma Igreja no local, como afirmou o Sr. José Moreira, onde eram realizadas missas e o batismo dos estrangeiros e de todos os colonos ou crianças ainda não batizadas.

Figura 20: Missa de fim de ano na Colônia de Pium.



Fonte: Acervo pessoa de Kazuko Morimura.

Ademais, o INIC se desligou do projeto antes de promover a emancipação efetiva do núcleo, que decaiu, sem condições de independência. A partir disto, "já com a posse definitiva das terras, a maioria vendeu os seus lotes, começando a surgir granjas para especulação" (BARBOSA, 2003, p. 39). O Sr. Nagashima nos contou que todas as famílias japonesas que saíram do núcleo foram em busca de outras áreas rurais mais produtivas. Dentre os destinos procurados, estão Bonito, em Pernambuco – onde também há uma colônia japonesa -, Recife, Alagoas, São Paulo e Bahia. Além disso, uma família solicitou seu retorno ao Japão.

Aqui, vale chamar atenção para o estudo de Vieira (1973), que entrevistou 50 chefes de família japoneses em Marília, São Paulo em 1965. O estudo constata que as propagandas das Companhias de Emigração eram aliciadoras e enganosas ao exagerar as vantagens, principalmente no que dizia respeito à facilidade para ganhar dinheiro. Isto resultou na desilusão dos imigrantes quando confrontados com as condições reais. As condições de trabalho eram extremamente duras, resultando em queixas que envolviam o trabalho excessivo, falta de assistência ao imigrante, falta de aptidão ao trabalho agrícola, chegada fora do período propício para o trabalho, culinária, as instalações, o baixo salário e as dificuldades de comunicação pelo desconhecimento da língua. As queixas são particularmente agudas nos casos de indivíduos que não vieram da lavoura. (MARCOS, 1996; VIEIRA, 1973)

Com isto, uma vez terminado o contrato, era comum o deslocamento dos imigrantes para outras fazendas na frente de expansão em busca de melhores salários, dispersando-se em direção a regiões recém-desbravadas ou reemigravam para o Japão.

O caso da Colônia Agrícola de Pium não parece ter sido diferente, visto que, com todas as dificuldades vividas, que apenas pioraram após o INIC se desligar do processo antes de a colônia se tornar autossuficiente, as famílias japonesas e brasileiras passaram a vender seus lotes e sair do local para buscar melhores condições de vida em outros locais. Ao que tudo indica, no entanto, as famílias brasileiras permaneceram no núcleo por mais tempo do que as japonesas, visto que 19 das 35 ainda habitavam no local em 1982, na ocasião da pesquisa de Dantas.

Sobre esta problemática, se faz relevante um comentário sobre o estudo de Vieira (1990), que teve como universo de estudo o distrito de São Geraldo, no Pará em 1985-86. A autora analisou as transações de terras feitas pelos pequenos produtores que as conquistaram através de lutas sindicais. Acontece que se espera que os lavradores, após a titulação, permaneçam nos lotes, no entanto, para eles o vínculo com a terra e o trabalho agrícola não representavam necessariamente sinônimo de fixação (VIEIRA, 1990, p. 43).

A autora percebeu que a terra titulada passou a ser vista por muitos como recurso para atendimento às necessidades da família, quase como um seguro. A venda das terras conquistadas era feita para cobrir tratamento de saúde de

algum membro da família, ou empréstimo feito para investimento na agricultura ou, como ocorreu na maioria das vezes, para a

(...) compra de bens com os quais o lavrador procura adquirir uma condição, que, de seu ponto de vista é mais favorável que a atual. É o caso, por exemplo, de uma casa na cidade, que poderá ser utilizada para montar um comércio; de um veículo, a ser utilizado como meio de trabalho para transporte de carga e pessoas; de um lote de terra considerado melhor que o atual. (...) Desta forma, vender a terra não significa necessariamente deixar de ser lavrador ou perder a propriedade. Vendas sucessivas de lotes podem ser interpretadas como tentativas de melhorar as condições de vida (VIEIRA, 1990, p. 45)

A venda das terras feita pelos colonos de Pium pode ser vista, claramente, como uma busca por melhores oportunidades, seja a terra vista como recurso para investimento em outros modos de vida, como comércio por exemplo, ou como melhoria de suas condições através de aquisição de terras em outro local mais rentável.

#### **4.1.2. Colônia Agrícola de Punaú, situada em Rio do Fogo/RN**

O processo de fundação e instalação da Colônia Agrícola de Punaú já foi mencionado rapidamente no item 2.2. Quando tratamos do papel da Igreja Católica na produção do espaço rural, mencionamos o Movimento de Natal, criado por Dom Eugenio Sales, momento no qual foi o criado o Serviço de Assistência Rural, SAR, em 1949.

Em 1953, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, iniciou a primeira colonização no Vale do Pium. O SAR participou desta realização. A partir desta experiência, em 1957, foram iniciados os estudos para o lançamento de uma nova colonização, no vale do Punaú sob a coordenação do SAR. (SAR, 1977)

Segundo este mesmo relatório do SAR, de 1977, os serviços prestados às comunidades rurais, incluindo Punaú, através de seus programas e projetos foram:

Educação Política; Educação Sanitária; Educação Cooperativista; Melhoria de Habitação; Assessoria aos Centros Sociais; Incentivo à habitação; Concretizados em: 120 casas construídas ou reformadas; 118 privadas higiênicas construídas; 335 filtros financiados; 11.380 quilos de semente para plantios, emprestados; 46 enfermeiras treinadas; 517 grupos de educação organizados (SAR, 1977)

Em consulta aos arquivos do SAR disponíveis na Arquidiocese de Natal, tem-se poucos documentos referentes às colônias de imigrantes tratadas em nosso universo de estudo, havendo um pouco mais de material referente à Colônia de Punaú. No entanto, é possível encontrar solicitações de financiamento direcionadas à Secretaria da Agricultura para aquisição de mudas de espécies vegetais para cultivo, assim como de peças para tratores e combustíveis, por exemplo, comprovando a grande atuação do SAR como órgão de apoio e orientação no espaço das colônias agrícolas.

Segundo Dom Heitor de Araújo Sales<sup>28</sup>, seu irmão, o falecido Dom Eugênio, em meio ao Movimento de Natal, enviou solicitação ao governo japonês para que o projeto de Punaú pudesse receber algumas famílias japonesas com o objetivo de desenvolver a agricultura comercial e ensiná-la aos brasileiros.

Para a instalação da nova colônia, o governo do Estado adquiriu uma fazenda existente na região onde hoje se localiza o distrito de Punaú, no município de Rio do Fogo, e a doou à Fundação Pio XII, criada pelo SAR para orientar a colônia. Segundo Edilene Fernandes, filha de ex-colonos, esta fazenda abrangia área de cerca de 856 ha.

No entanto, esta informação não coincide com a que vemos no depoimento do engenheiro agrônomo e, na época, extensionista da ANCAR-RN, Antônio Ronaldo de Alencar Fernandes, que pode ser encontrado na obra “A Extensão Rural em Meio Século: A Experiência do Rio Grande do Norte”, escrita e organizada por Manoel Marques da Silva Filho. Ele comenta que ingressou nos quadros da ANCAR-RN em maio de 1960 e que

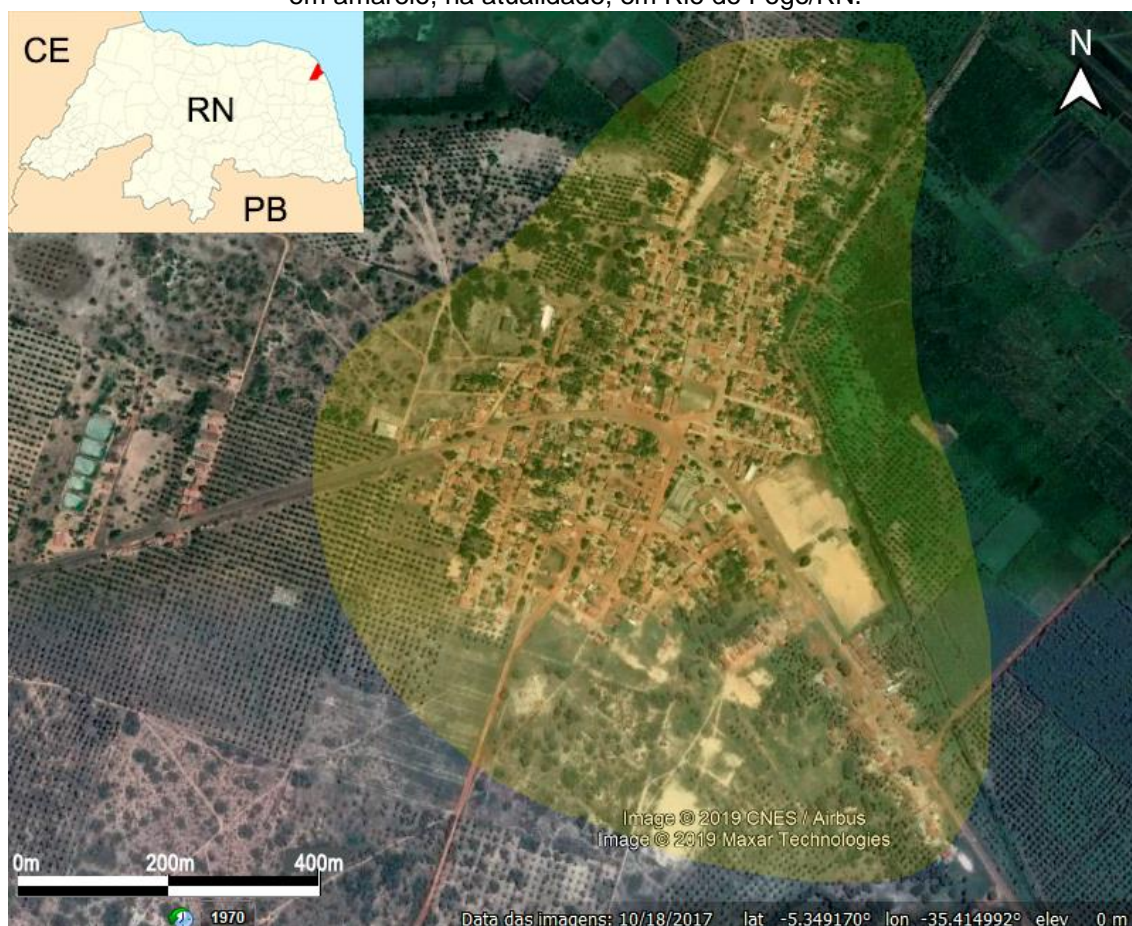
(Foi) designado, inicialmente, para instalar um Escritório Local junto ao Núcleo Colonial do Punaú no município de Touros. A colônia localizava-se no vale do Rio Punaú, abrangendo uma área de cerca de 400 hectares e abrigava colonos japoneses e brasileiros que se dedicavam à produção de culturas alimentares, principalmente hortaliças. Contava com uma intérprete para facilitar comunicação com os nipônicos que, em matéria de horticultura, pouco ou nada tinham a aprender. Já os nativos insistiam nas culturas tradicionais do milho, feijão e algodão. Só aos poucos foram introduzindo plantas hortícolas. Devido ao isolamento e a falta de oportunidade de desenvolver articulações institucionais e estabelecer parcerias com outras entidades, o Escritório foi transferido para a cidade de Ceará-Mirim, permanecendo a colônia em sua área de atuação. (FERNANDES apud SILVA, 2005, p. 82-83).

---

<sup>28</sup> Entrevista cedida no dia 09/07/2019

Segundo o engenheiro agrônomo, nesta época já funcionavam os escritórios locais da ANCAR-RN<sup>31</sup> em São Tomé, Santa Cruz, São Paulo do Potengi, Currais Novos, Nova Cruz e Santo Antônio. No entanto, em 1961 houve uma grave crise financeira na instituição, havendo redução de recursos pelo Governo do Estado, o que levou à diminuição para quatro escritórios locais, permanecendo os de São Paulo do Potengi, Currais, Novos, São Tomé e Nova Cruz.

Figura 21: Localização do Núcleo urbano da ex-colônia de Punaú, representado pela mancha em amarelo, na atualidade, em Rio do Fogo/RN.



Fonte: Google Earth, 2017. Editado pela autora, 2020.

As 13 famílias japonesas foram as primeiras a serem instaladas na colônia, chegando em três momentos distintos: em 1959, 1960 e 1961. No final de 1959, com o término das primeiras casas, chegaram à colônia as 3 primeiras famílias, que vieram a bordo do navio Brazil-Marú, sendo elas as famílias Shiiki,

<sup>31</sup> Como já mencionamos anteriormente, os escritórios eram de apoio às colônias, orientando os serviços de aquisição de terras e atendendo todos problemas e necessidades dos colonos.

Kitayama e Kurosaki. Não sabemos precisar quais famílias chegaram em cada ano seguinte, a não ser a Ninomiya que, segundo a senhora Mitsuru, chegou em 1960, mas tem-se que, em 1960 chegaram sete, e em 1961 a três restantes. A título de conhecimento, as nove famílias restantes eram: Yamazaki, Miyazaki, Shinozaki, Higashi, Kawaguchi, Sato, Nagaomi, Shimomuna e Kusano. Segundo depoimentos, no caso de Punaú todas as famílias vieram de área rural, exceto os Shinozaki.

Figura 22: Navio Brazil Maru, 1959



Fonte: LAGO, 1959.

Figura 23: Famílias japonesas a caminho de Punaú, 1959



Fonte: Acervo da família Shiiki

Similar ao caso de Pium, os requisitos tanto para as famílias japonesas quanto para as brasileiras eram os mesmos: deveriam ser formadas por casal e filhos, tendo um dos filhos idade suficiente para trabalhar na lavoura; não

poderiam possuir terras; e o chefe da família deveria ser alfabetizado ou pelo menos saber assinar o seu nome para poder fechar o contrato. Segundo depoimento coletado com Dom Heitor, as famílias brasileiras passavam por entrevistas para comprovar que estavam dispostas a trabalhar com agricultura e que se submeteriam a aprender com os japoneses para dar continuidade a este trabalho.

Por ter sido um processo encabeçado pela Igreja Católica, os colonos brasileiros deveriam ser católicos e os japoneses deveriam, ao menos, concordar em passar pelo processo e conversão. Sendo assim, os imigrantes japoneses passaram pelo processo de catequização e foram, eventualmente, batizados.

Segundo relato da Sra. Célia Alves em entrevista com autora, assim que chegou à Punaú ela ouviu, na primeira noite, o canto que vinha da casa do administrador, onde as moças japonesas deveriam ir todas as noites para rezar o terço. Já de acordo com os colonos da família Shiiki, eles eram budistas antes de aceitar vir para a Colônia de Punaú e a Sra. Mayumi Shiiki, filha dos colonos, disse que lembra do momento do batismo de seus pais, tendo a certeza de que eles sequer compreendiam completamente a nova religião, visto que não entendiam o português.

Os motivos para a vinda dos imigrantes japoneses também foram similares ao caso de Pium: em sua maioria para escapar das duras condições vividas no Japão. À exceção dos Shinozaki que, segundo a senhora Eiko<sup>32</sup>, era uma linhagem já de pessoas ricas. No entanto, seu pai escolheu vir para o Brasil como um desafio pessoal ao ver a propaganda dos projetos de colonização e assim, passou a ansiar vir para enriquecer com sua família.

Em meados de 1963 começaram a chegar à colônia as primeiras famílias de potiguares, oriundas de diversos lugares do Estado, no entanto eram, em sua maioria, de área também rural. Em entrevistas realizadas com ex-colonos, estes mencionaram que as motivações de suas famílias para migrarem para a colônia de Punaú foram, majoritariamente, a busca por melhores condições de vida, visto que aceitando se tornar colonos, ganhariam uma casa e um lote para tirar seu sustento, como foi o caso do Sr. José Luiz Fernandes (conhecido como José

---

<sup>32</sup> Entrevista cedida em 12/05/2020.

Benedito), Sra. Francisca Pinto, Sra. Inês Lúcio da Silva, Sra. Maria Das Neves, Sra. Francisca do Nascimento e Sr. João Batista Gonzaga, por exemplo.

O Sr. José Benedito<sup>33</sup> afirmou que sua família morava em Fonseca, antiga fazenda em Touros, antes de ir para Punaú. Ele e seu irmão foram para a região da Colônia para auxiliar na sua instalação, ajudando na demarcação dos lotes e na construção das casas. Posteriormente se mudaram para o local.

A Sra. Francisca Pinto<sup>34</sup> nos contou que sua família habitava em Lagoa do Sal, um distrito de Touros, próximo da localidade da antiga Colônia de Punaú. Sua mãe era lavadeira e, assim, com frequência ela e sua irmã precisavam caminhar até Punaú para pegar ou deixar as roupas dos trabalhadores envolvidos com o processo de instalação da colônia. Havendo oportunidade, no entanto, conseguiram instalação na colônia durante o período de chegada das outras famílias brasileiras.

A Sra. Maria Das Neves, em depoimento publicado no Jornal A Ordem, da Arquidiocese de Natal em 2007, informou que sua família vivia em Ilha Bela, antigo povoado de Ceará Mirim, antes de ir para Punaú. Ela relembra que “A gente morava em terra dos outros. Eu pedia muito a Deus que mandasse um lugar pra gente morar, que fosse nosso. E ele mandou esse. Nossa vida melhorou muito nesses anos”.

Há exceções, claro. A família da Sra. Célia Alves<sup>35</sup> vivia em um sítio no município de Passagem. No entanto, seu pai, o chefe da família, sonhava em ir para um lugar em que houvesse muita água para facilitar sua produção, vendo então a perfeita oportunidade na colônia devido à sua proximidade com o rio Punaú. Chegaram à colônia em 1963. Importante comentar que, de acordo com a Sra. Célia, neste ano três das famílias japonesas já não habitavam mais o local.

Quanto à Sra. Raimunda Cosme da Silva<sup>36</sup>, viúva do Sr. Gaspar, que foi empreiteiro da colônia, ainda hoje habita no distrito de Punaú e nos contou que ambos vieram de Zumbi, onde seu marido trabalhava como pescador até que decidiu ir trabalhar em Punaú, indo preparar o terreno para receber a colônia. Ali, veio posteriormente a se tornar colono também.

---

<sup>33</sup> Entrevista cedida no dia 01/07/2019

<sup>34</sup> Entrevista cedida no dia 01/07/2019

<sup>35</sup> Entrevista cedida no dia 25/04/2019

<sup>36</sup> Entrevista cedida no dia 23/10/2019

Quadro 7: Proveniência, profissão e motivo de atração dos colonos para Pium

| FAMÍLIAS<br>(Organizadas<br>numericamente) | ORIGEM            | PROFISSÃO  |                            |          | MOTIVO DE ATRAÇÃO             |                 |
|--|-------------------|------------|----------------------------|----------|-------------------------------|-----------------|
|  |                   | AGRICULTOR | EMPREITEIRO/<br>CONSTRUTOR | COMÉRCIO | MELHORES CONDIÇÕES<br>DE VIDA | POSSE DE TERRAS |
| 1  | Touros            |            | x                          |          |                               | x               |
| 2  | Touros            |            |                            | x        | x                             |                 |
| 3  | Ceará Mirim       | x          |                            |          |                               | x               |
| 4  | Passagem          | x          |                            |          | x                             |                 |
| 5  | Passagem          | x          |                            |          | x                             |                 |
| 6  | Passagem          | x          |                            |          | x                             |                 |
| 7  | Zumbi             |            | x                          |          |                               | x               |
| 8  | Fukuoka (Japão)   | x          |                            |          | x                             |                 |
| 9  | Ehime-ken (Japão) | x          |                            |          | x                             |                 |
| 10   | Kobe (Japão)      |            |                            | x        |                               | x               |
| 11   | Gunma-ken (Japão) | x          |                            |          | x                             |                 |
| 12   | Pendências        | x          |                            |          |                               | x               |
| 13   | João Câmara       | x          |                            |          |                               | x               |
| 14   | Pendências        | x          |                            |          | x                             |                 |
| 15   | Passagem          | x          |                            |          | x                             |                 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de entrevistas com os ex-colonos, 2020.

Os ex-colonos aqui entrevistados, quando questionados sobre o local de origem das demais famílias brasileiras, nos contam que estas vieram de diversas regiões do Estado, lembrando algumas provenientes também de Nova Cruz, Vila Nova, em João Câmara, e Santo Antônio. O Sr. João Batista Gonzaga<sup>37</sup> afirmou que sua família vinha de Pendências.

Sendo assim, podemos observar que os movimentos migratórios das famílias potiguares que habitavam fora do município de Touros para a Colônia de Punaú, provinham, majoritariamente, da região agreste e do litoral leste do Estado, coincidindo com as regiões onde se localizava a grande parte dos sindicatos rurais fundada pela Igreja Católica, como vimos. Se pode inferir, então, que a escolha dos colonos era feita pela Igreja Católica a partir de locais em que ela já atuava por meio do movimento sindical. Como apontou o professor Paulo Palhano<sup>38</sup>, a Igreja precisava mostrar uma experiência revolucionária e bem-sucedida, mas não comunista, combatendo a entrada das Ligas Camponesas no Estado.

<sup>37</sup> Entrevista cedida no dia 23/10/2019

<sup>38</sup> Em comentário feito na banca de qualificação da autora, em 30 de setembro de 2019.

Figura 24: Movimentos migratórios internos para a Colônia de Punaú de acordo com os municípios de origem. Sem escala definida.



Fonte: ABREU, 2011. Edição da autora, 2019.

Não sabemos afirmar com precisão a quantidade exata de famílias brasileiras que chegaram a partir de 1963. No entanto, acreditamos ter sido no mínimo 23, visto que, segundo o Sr. Milton Araújo<sup>40</sup>, administrador da colônia entre os anos de 1968 e 1971, quando ele viveu no local, havia 26 famílias no total, sendo 23 brasileiras e apenas três japonesas. Além disso, em seu período como administrador, finalizou a construção de 23 casas e selecionou mais 23 famílias brasileiras para habitá-las, calculando, portanto, 49 famílias ao todo até 1971.

Aparentemente este número se manteve durante os anos seguintes, visto que em 1977, segundo o relatório do SAR,

Plenamente vitoriosa, a Colônia Agrícola do Punaú conta com 49 pequenos proprietários rurais, sob a orientação da Fundação Pio XII, integrada pelo Governo do Estado, Universidade Federal e Serviço de Assistência Rural, a quem compete a função executiva (SAR, 1977).

Enquanto os ex-colonos da colônia de Pium afirmam que a convivência e o processo de troca de conhecimento foram bem-sucedidos no local, os ex-colonos brasileiros de Punaú comentam que esse processo foi mais difícil. Os japoneses eram fechados e, segundo o Sr. Milton, “egoístas”, não gostando de

<sup>40</sup> Entrevista cedida no dia 25/07/2019

compartilhar seus conhecimentos e encarando os colonos brasileiros como competição para a venda de suas produções.

Segundo Dom Heitor, a instalação e manutenção da Colônia de Punaú só foi possível com o apoio da Misereor, uma organização de bispos da Alemanha que tem o objetivo de ajudar a combater a pobreza em países subdesenvolvidos. Ele afirma que estava, junto com seu irmão Dom Eugênio, no Vaticano para o Concílio Ecumênico, em 1962, quando a Misereor aprovou a doação de recursos para o desenvolvimento da colônia, disponibilizando recurso de cem mil dólares, que eles ficaram encarregados de receber e trazer para o Brasil. A Fundação Pio XII era a responsável pelo intermédio entre a Arquidiocese e a Misereor. Havia também o apoio da ANCAR, atual EMATER.

A Arquidiocese mantinha na colônia sempre um administrador e um motorista, que levava os colonos para fazer a feira e carregava a mercadoria para ser vendida. O primeiro administrador foi o Sr. Iolando Soares e sua esposa, Dona Elza, que foi a primeira professora na Escola Isolada de Punaú, hoje Escola Estadual Dom Eugenio Sales.

Figura 25: Colonos de Punaú a caminho da feira em Ceará Mirim com o motorista e caminhão mantidos na colônia



Fonte: Acervo da senhora Eiko SHinozaki

Dom Heitor afirmou que uma maternidade foi implantada seguindo o exemplo de diversas outras criadas por Dom Eugênio em comunidades rurais. Trata-se de uma organização comunitária. Primeiro, procurava-se uma casa para sediá-la. Em seguida, as famílias se organizavam para fazer doações e

equipar a maternidade, algumas doavam camas, outras, colchões e outras, lençóis por exemplo. Mulheres que habitavam na comunidade se voluntariavam a ir para a Maternidade Januário Cicco, em Natal, para passar de dois a três meses como aprendizes para se tornarem as parteiras da colônia.

Quando chegava uma parturiente, sejam mulheres japoneses ou brasileiras, as famílias também se organizavam para auxiliar a moça, uma servindo-lhe o café da manhã, outra o almoço e outra o jantar, por exemplo. Era um trabalho comunitário, todas as famílias ajudavam a manter a maternidade.

Apesar das reclamações da comunidade quanto às condições precárias da colônia para receber as famílias, com a ausência de luz elétrica e água encanada por exemplo, Punaú se diferenciou de Pium no quesito assistência aos colonos. Segundo Dom Heitor, a não dependência de recursos estatais foi uma vantagem para a comunidade, bem como a forte organização comunitária, que fazia com que a comunidade resolvesse diversos de seus problemas de maneira independente. Os ex-colonos, inclusive, comentam com carinho sobre as ações de Dom Alair, que era envolvido ativamente com a comunidade. Segundo Dona Inês Lucio da Silva, o bispo sempre afirmou que na colônia ninguém passaria fome ou ficaria desamparado, buscando sempre conseguir recursos para investir no local, o qual era utilizado para dar assistência às famílias. Além disso, como visto nos relatórios disponíveis do arquivo da Arquidiocese de Natal, a ação do SAR auxiliou na manutenção da colônia com seus convênios para adquirir os materiais necessários para a produção.

Figura 26: Visita de Dom Alair Vilar à colônia de Punaú.



Fonte: Acervo da senhora Eiko Shinozaki.

Sr. Milton nos relatou que uma de suas ações foi pedir que os colonos se organizassem em forma de Conselho Comunitário, de modo que a comunidade pudesse identificar uma liderança e se reunir regularmente para decidir as necessidades e demandas da comunidade a serem atendidas. Esta atitude foi tomada pelo administrador visando desenvolver a comunidade de forma mais participativa possível, bem como uma maneira de fortalecer os laços entre os membros da colônia, mesmo que, na agricultura e comércio, a falta de integração e a competitividade fossem perceptíveis.

Aqui, vale à pena destacar que todas as famílias entrevistadas que ainda habitam na região da antiga colônia, quando questionadas sobre quais as maiores diferenças percebidas entre o período da colônia e os dias atuais, destacaram a vida em comunidade. Foi geral o comentário segundo o qual antes era comum que os colonos se reunissem para conversar na casa de alguma família no fim do dia, era possível dormir com as portas destrancadas e janelas abertas, enquanto nos dias de hoje há uma grande insegurança e perda do espírito de comunidade, sendo “cada um por si”.

O Sr. Milton também assinalou que uma das maiores solicitações dos colonos na época foi o da exata delimitação de cada lote para evitar as invasões

sofridas na época, visto que era o período da ditadura militar e, em meio às agitações populares, ocorriam muitas invasões de terras. Para atender aos pedidos, foi realizado o levantamento topográfico do local. Não conseguimos este mapa em nenhuma das entidades envolvidas no processo.

A Colônia de Punaú, em oposição à de Pium, conseguiu se tornar um núcleo independente e se manteve como tal até 1982, segundo os ex-colonos, quando o prefeito de Maxaranguape a registrou como distrito do município. Posteriormente, em 1995, passou a ser distrito do município de Rio do Fogo quando este se emancipou de Maxaranguape. Como já mencionamos no início do capítulo e ao longo deste item, ainda nos primeiros três anos, três das famílias japonesas decidiram sair do núcleo, tendo solicitado voltar ao Japão. Nos anos seguintes, outras sete destas famílias também saíram do local, se deslocando para a região metropolitana de Natal ou para outros Estados, como para Pernambuco, onde também havia núcleo colonial com presença de imigrantes japoneses. Dentre elas, está a família Ninomiya que, segundo a senhora Mitsuru, ficou apenas um ano no núcleo. Visto as más condições iniciais, seu pai não teve esperanças de melhoras.

Ao que tudo indica, as famílias brasileiras permaneceram no núcleo por mais tempo, todas provavelmente até o período de emancipação e transformação em distrito de Maxaranguape, considerando os dados coletados com o Sr. Milton, como vimos. No entanto, durante as entrevistas foram comuns as reclamações destes ex-colonos sobre a situação de Punaú após deixar de ser colônia, visto que a Igreja Católica precisou se retirar do processo e as autoridades municipais não forneciam o apoio e investimentos esperados, deixando a região em situação de desamparo. Foi a partir deste momento que as famílias brasileiras passaram a vender seus lotes e sair do local, em busca de melhores condições de vida.

#### **4.2. Aspectos físico-territoriais dos núcleos iniciais**

Neste item, dedicado à reconstituição do território das antigas colônias, focamos na reconstrução cartográfica dos antigos núcleos coloniais, observando a implantação das casas, sistema viário e demais equipamentos urbanos,

quando existentes, e no levantamento da tipologia das casas dos colonos das duas localidades.

#### **4.2.1. Pium: uma colônia agrícola desenvolvida pelo Estado**

Dantas (1982) traz dados específicos acerca da distribuição de terras e parcelamento do solo em Pium, comentando que

A área possui configuração bastante regular, tendo formato aproximadamente retangular, abrangendo um total de 1.973,7076 (sic) ha e foi dividido em quarenta e cinco lotes rurais, sendo distribuídas às 45 famílias, sendo 31 brasileiras e 14 japonesas, estas num total de 60 pessoas que vieram diretamente do Japão para ali se instalarem. A cada colono caberia a responsabilidade por 45 ha em terras altas e três dentro do Vale propriamente dito. (DANTAS, 1982, p. 11).

No entanto, a autora não traz a espacialização das informações através de registro em cartografia ou sequer informações precisas acerca das localizações dos dados apresentados. Provavelmente porque, na época em que foi feita sua pesquisa, tais dados já não existiam mais e, por se tratar de pesquisa na área de História com enfoque na reconstrução histórica a partir da observação das particularidades do cotidiano das pessoas comuns, a reconstituição cartográfica não era uma prioridade.

Além disso, podemos observar o equívoco com relação à quantidade de famílias, visto que foram apenas 11 japonesas e 35 brasileiras. Ademais, segundo os colonos japoneses entrevistados, cada família recebia seus lotes através de sorteio e a área era, na verdade, de cerca de 15 ha, que variava de acordo com as curvas do rio, visto que este era o limite norte da colônia, resultando em lotes maiores ou menores. No entanto, eles também afirmam ter sido um engodo, já que desta área, apenas 2 a 4 ha eram realmente cultiváveis, a depender da sorte de cada colono de possuir lote de maior ou menor área boa para plantio. Todo o restante do terreno, por trás de suas casas, era arisco, o que, com ausência de irrigação, o tornava impossível de cultivar.

Destacamos que, como nos explicou o Sr. Nagashima, as áreas de arisco, localizadas na porção posterior das casas, eram também sorteadas de maneira aleatória, ou seja, ao invés de cada colono possuir um terreno único, na verdade havia uma área que englobava o terreno para plantio, nas proximidades do rio,

e a casa, e, separadamente, havia a área de arisco que poderia ser na porção posterior da residência de qualquer outra família, às vezes bem distante de sua própria casa.

Segundo depoimentos coletados por Barbosa (2003) com a Sra. Jarina Gomes dos Santos Matsunae, professora de artes para pessoas idosas e com deficiências, que veio juntamente com seus pais fundar o Núcleo de Pium:

A parte administrativa do INCRA ficava onde atualmente se chama a Colônia de Cima. Lá ficava também a escola, o escritório, o ambulatório e as residências dos funcionários do INCRA que vieram trabalhar na Colônia. Os cursos que eram trazidos para a Colônia, de Artes, Nutrição e Alimentação alternativa (aproveitamento de cascas, etc.), eram realizados pela EMATER e ministrados por Socorro Gurgel. (Entrevista coletada por BARBOSA, 2003, p. 21).

No entanto, o Sr. José Moreira, construtor das edificações da colônia, afirmou que a escola e a Igreja foram construídas, inicialmente, no meio da atual Estrada para Pium, visto que não havia trânsito de carros na época.

Observa-se, portanto, a presença dos serviços de assistência aos colonos, como previsto nas legislações pertinentes, bem como a escola e o escritório, já comentados por Handa (1987), sempre presentes nos primeiros núcleos coloniais como imigrantes japoneses estabelecidos no Brasil.

Segundo depoimento de Kenji Matsunae, além dos funcionários do INCRA, havia também um administrador da ANCAR, atual EMATER, que respondia pelas necessidades dos colonos junto ao governo japonês. O Sr. Nagashima complementou que havia também as casas do tratorista, do motorista, um galpão que servia de oficina e eram quatro ou cinco casas de funcionários do INCRA, todas fora da Colônia, no Pium de Cima. Os tratores levavam água para abastecimento e transporte no geral. Os japoneses construíram, eles mesmos, uma associação que servia de sede para reuniões.

No Pium de Cima também existiam outras famílias brasileiras. Estas moravam em casas de taipa e já estavam no local antes mesmo da instalação da Colônia.

Figura 27: Famílias Japonesas em frente à Associação para reuniões construída por eles em Pium



Fonte: Acervo da Sra. Yumiko Tanaka.

Segundo o Sr. Kenji Matsunae e a Sra. Yumiko Tanaka, em entrevista com a autora, o conjunto de lotes das famílias japonesas se localizava estrategicamente entre os dos brasileiros, cada casa distando 100 metros de suas vizinhas. O Sr. Nagashima acrescentou que a colônia se iniciava, no sentido leste-oeste, com seis casas de famílias brasileiras que já habitavam o local antes da formação da colônia, seguidas das onze casas dos japoneses, sendo a da família Matsunae a última, e então as demais 29 casas de famílias locais.

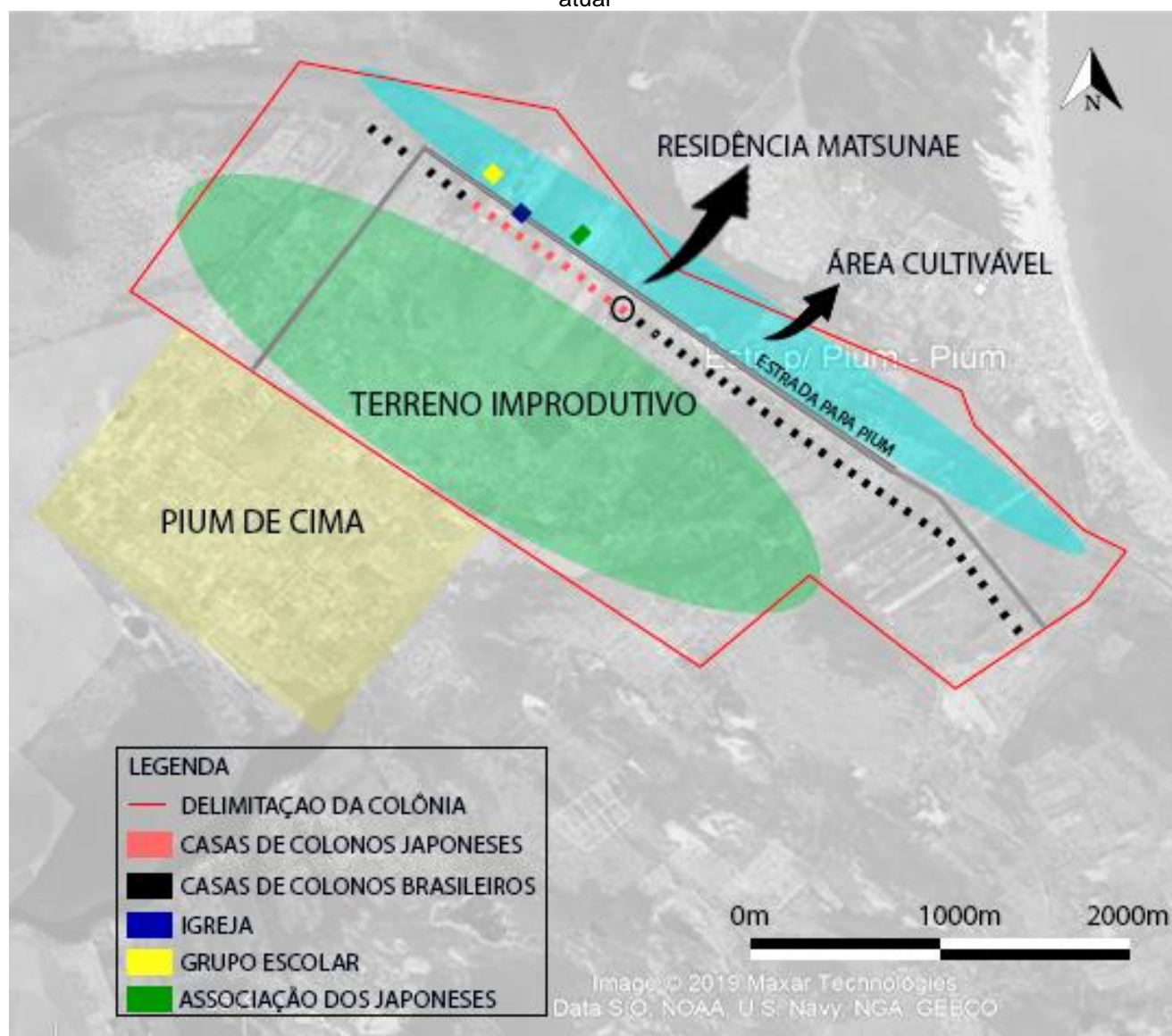
Com estas informações, somadas às de que as instalações do INCRA se localizavam na região do Pium de Cima, de que a Igreja e a Escola se localizavam nas proximidades do atual Posto de Gasolina Aires, como afirmou o Sr. José Moreira, e de que a Associação dos Japoneses foi construída onde hoje existe a Escola Municipal de Pium, como informou o sr. Toshiyuki Nagashima, pudemos tomar o lote da família Matsunae<sup>41</sup> como referência, visto que

---

<sup>41</sup> As casas dos colonos japoneses seguiam a ordem: Matsunae > Matsunae > Nakano > Nojima > Nagashima > Tanaka > Miyakawa > Sekiguchi > Kitayama > Morimura > Morimura

permanecem no mesmo local, e reconstruir o mapa a seguir (Figura 28) com a localização aproximada das casas dos 46 colonos.

Figura 28: Localização aproximada das edificações da colônia em Pium, sobre área “urbana” atual



Fonte: Elaboração da autora (2019) sobre imagem aérea do Google Earth, 2018.

No tocante às casas, todos os japoneses e brasileiros receberam edificações iguais contendo apenas fogão a lenha. Cada família precisou mobiliar sua casa por si só e algumas precisaram fazer reformas para aumentá-las, pois as edificações recebidas contavam com apenas dois quartos, não sendo grandes o suficiente para as famílias maiores, como a do Sr. Kenji Matsunae, por exemplo, composta por sete pessoas. Diversas famílias incluíram um ofurô

em suas casas para poder seguir seus momentos sagrados para a cultura japonesa de tomar banhos quentes.

Figura 29: Habitação original da Colônia de Pium



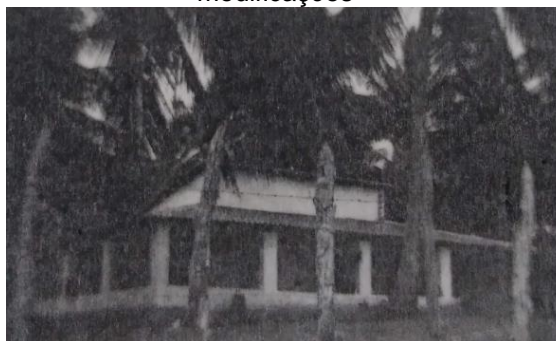
Fonte: DANTAS, 1982.

Figura 30: Habitação original da Colônia de Pium, hoje em ruínas



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 31: Exemplo de edificação após modificações



Fonte: Dantas, 1982.

Figura 32: Exemplo de edificação após modificações



Fonte: Valente, 1973.

A corresponde à residência do Sr. Nagashima, que nos explicou que seu pai realizou a reforma da edificação para incluir um depósito e uma caixa d'água, bem como ampliação da cozinha e construção de um primeiro andar para adicionar mais um quarto. Além disso, o ex-colono relembra o grande choque cultural sofrido quando chegaram e se depararam com o banheiro fora da edificação, distando cerca de 50 metros, e com um vaso sanitário em barro, o que fez com que a maioria das famílias construísse outro em anexo às suas casas, geralmente com a adição de um ofurô e o sanitário em estilo japonês, com uma abertura no chão.

Também houve estranhamento com relação ao sistema construtivo, visto que as edificações entregues na colônia eram de alvenaria, diferente do sistema

em madeira ao qual eles estavam acostumados no Japão. No mais, o Sr. Nagashima destaca também que no Japão já havia energia elétrica e uso de fogão a gás, sendo mais uma dificuldade encontrada ao chegar em Pium e se depararem com ausência de eletricidade, dependendo de vela e lampiões.

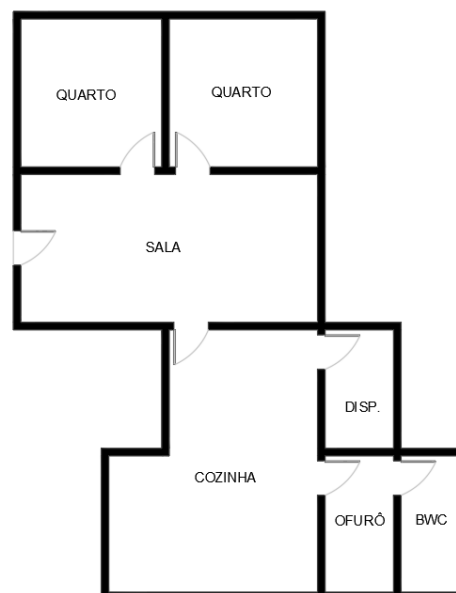
Hoje, apenas uma casa se mantém sem reformas, no entanto, devido ao grande tempo de abandono, já está em ruínas (). As outras habitações foram vendidas, sendo reformadas ou derrubadas para modificar o uso do terreno. No entanto, nas entrevistas realizadas com os ex-colonos e com o Sr. José Moreira, construtor das casas, foi possível reconstruir desenho esquemático da planta baixa das casas originais da colônia (), bem como das reformas feitas por eles, como é o exemplo da residência da família Tanaka que, assim como os Matsunae, chegaram a incluir um ofurô em suas residências ().

Figura 33: Tipologia da casa original de Pium.  
Sem escala definida.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 34: Exemplo de casa: família Tanaka, após modificações.  
Sem escala definida.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Atualmente, a comunidade japonesa do Pium ainda é bastante unida. Mesmo as famílias que se deslocaram para outros Estados costumam voltar para uma reunião na casa da família Matsunae no mês de julho, quando comemoram mais um ano de suas chegadas no Brasil.

Ao contrário dos colonos de Punaú, que, como veremos a seguir, não chegaram a reformar suas casas, os japoneses de Pium se esforçaram para

adaptar os elementos possíveis para a sua realidade, como é o exemplo da inserção de um ofurô.

#### **4.2.2. Punaú: uma colônia agrícola desenvolvida pela Igreja Católica**

De acordo com a Sra. Edilene Fernandes<sup>42</sup>, filha de colonos, em 1958 se deu início ao processo de preparação do território, havendo a limpeza do terreno e das valas, remoção de pedras e demarcação dos lotes. O Sr. José Benedito, que auxiliou o topógrafo a fazer o loteamento, bem como os pedreiros a construírem as casas, informou que foram 49 lotes no total. O responsável pela obra era o Sr. Antônio Malta, que contratou o Sr. Gaspar Vieira da Silva como empreiteiro. Este último era o responsável por contratar os trabalhadores para a fabricação dos tijolos e os serventes para a construção das casas. Eventualmente, o Sr. Gaspar veio a se tornar colono e lá morou até sua morte.

Os ex-colonos descreveram que durante o período inicial, quando as famílias ainda estavam sendo instaladas, a colônia estava em condições precárias. As casas foram entregues sem qualquer revestimento, apenas no tijolo, inclusive o chão e as paredes. Além disso, as edificações “eram soltas no meio da areia, sem sequer uma calçada” como afirmam as famílias. Não havia energia elétrica ou água encanada.

Dona Inês Lúcio da Silva, ex-colona, que ainda habita na mesma residência recebida quando chegou em 1963, nos descreveu o período ilustrando-o com a frase “eu achava que nós éramos quase índios nessa situação”.

No entanto, mesmo que precários, os equipamentos básicos de saúde e educação foram sendo construídos. Segundo entrevista com Dom Heitor, a Fundação Pio XII, com auxílio da Misereor, construiu diversas edificações para uso comunitário na colônia, como o Posto de Saúde Governador Walfredo Gurgel, o Clube de Jovens, o Centro Social Clélia Vale Xavier, o depósito de Insumos, um armazém, uma lavanderia comunitária e a maternidade Teca

---

<sup>42</sup> Entrevista cedida à autora em 07 de maio de 2019.

Araújo Sales, além de adquirir implementos agrícolas e tratores. Algumas destas instalações ainda servem a comunidade atualmente.

Figura 35: Posto de Saúde da Colônia de Punaú



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo.

Figura 36: Centro Social da Colônia de Punaú



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo.

Além disso, importante destacar que Dom Eugênio Sales conseguiu construir a Casa do Estudante Japonês em Natal, na década de 1960, para que os jovens filhos dos colonos japoneses pudessem vir estudar em escolas melhores na capital. De início, segundo depoimento coletado pela autora com Dom Heitor, foram adquiridas duas casas vizinhas e idênticas para acolher os estudantes, até que posteriormente foi adquirido lote na Avenida Xavier da Silveira para a construção da Casa do Estudante em si. Ela foi construída de forma que um lado foi destinado aos rapazes e o outro para as moças. Hoje a edificação ainda é propriedade da Arquidiocese, no entanto, já não funciona mais como casa para acolher estudantes.

Figura 37: Inauguração da Casa do Estudante Japonês com a presença de Dom Nivaldo Monte, Dom Alair Vilar, o embaixador e consul do Japão da época.



Fonte: Acervo da Sra. Yumiko Tanaka.

Figura 38: Casa do Estudante Japonês



Fonte: Acervo da Sra. Yumiko Tanaka

Como dissemos, o único dado sobre a quantidade de casas habitadas existentes no núcleo que obtivemos até agora é o de que em 1968, como afirmou o Sr. Milton, existiam 49 lotes habitados, dado confirmado pelo SAR em relatório de 1977. Não sabemos se e quantas famílias brasileiras também optaram por sair da colônia antes de 1968, logo, não é possível precisar quantos lotes eram efetivamente habitados entre 1959 e 1968.

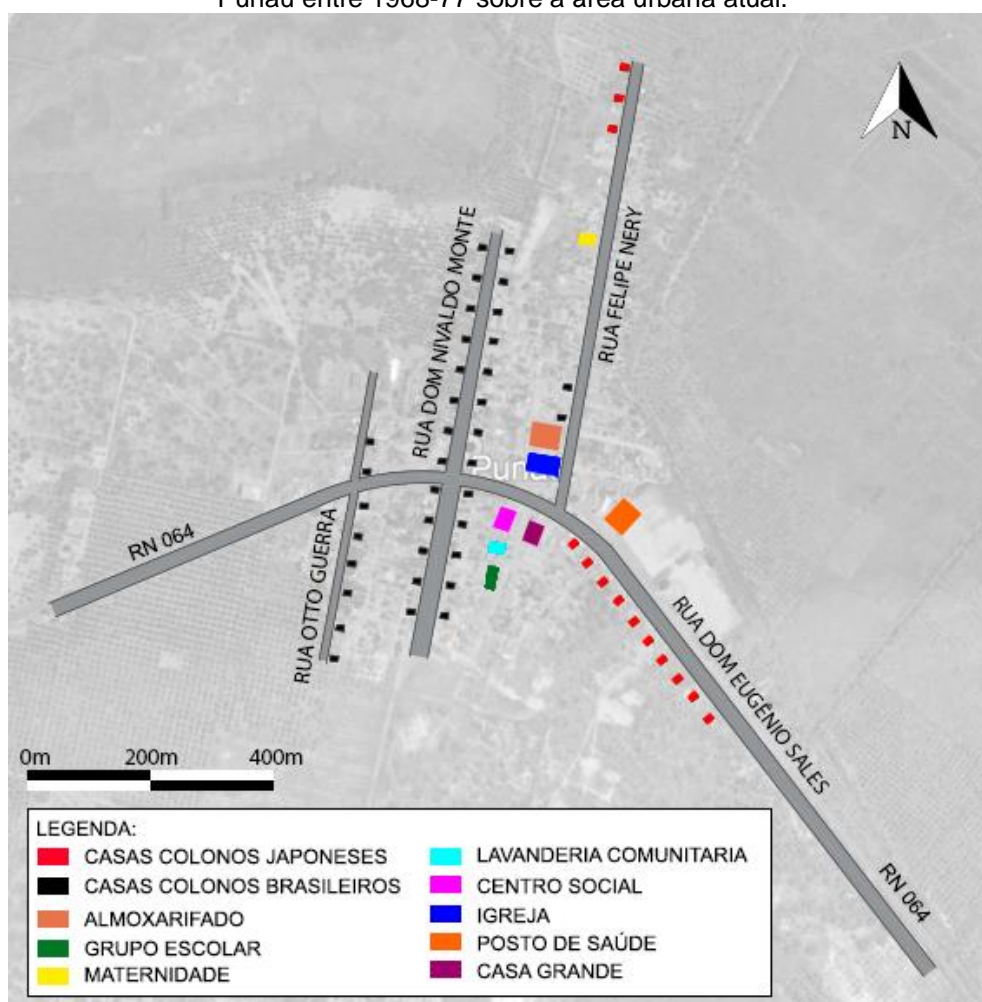
Segundo depoimento do Sr. José Benedito, que caminhou pelas ruas da colônia enquanto nos cedia entrevista, a “forma final” da colônia, isto é, com os 49 lotes habitados, consistia em apenas quatro ruas: a rua Dom Eugênio Sales, onde havia 10 casas habitadas inicialmente por japoneses; a rua Felipe Nery, onde moravam as outras três famílias nipônicas e mais duas brasileiras; a rua Otto Guerra, onde havia apenas 8 casas em um lado da rua; e a rua dom Nivaldo

Monte, que contava, segundo os cálculos, com 26 casas divididas entre os dois lados, sendo a única via com edificações “frente à frente”.

Com estas informações, somadas às dos demais entrevistados acerca da localização dos demais equipamento comunitários existentes, o que podemos reconstruir cartograficamente está no mapa a seguir (), ilustrando o território durante o período entre fins dos anos 1960 até fins dos anos 1970. O Sr. José Benedito nos mostrou as primeiras casas de cada rua, localizadas mais ao sul no mapa. As casas distavam 50 metros entre si.

O Centro Social e o Posto de Saúde se localizavam na Avenida Dom Eugênio Sales, a Igreja Católica, o almoxarifado e a maternidade na rua Felipe Nery, o grupo escolar e a lavanderia comunitária nas proximidades da atual Escola Municipal Ana de Paiva Fagundes, e a “Casa Grande”, onde viviam os administradores, se localizava onde hoje há um novo Posto de Saúde.

Figura 39: Mapa com a localização aproximada das casas e equipamentos na colônia de Punaú entre 1968-77 sobre a área urbana atual.



Fonte: Elaboração da autora, 2019. Foto aérea: Google Earth, 2019.

Importante destacar que estas ruas não eram nomeadas até 1968, quando o Sr. Milton chegou e deu início a uma série de ações que levaram à maior organização urbana do local. As ruas citadas foram nomeadas em homenagem às pessoas que fizeram parte da história da arquidiocese na época do movimento de Natal e que ajudaram na instalação e orientação do projeto da colônia.

Segundo os depoimentos cedidos pelos ex-colonos, a Colônia de Punaú passou por quatro administradores até a chegada do Sr. Milton e nenhum teve ações para desenvolvimento do local. A colônia ficou estagnada entre 1963, quando foram instaladas as primeiras famílias brasileiras, e 1968, quando chegou o Sr. Milton. O período entre 1968 e 1971 foi, portanto, crucial para o desenvolvimento do núcleo, quando as seguintes ações foram tomadas, com o apoio financeiro da Misereor:

- i) A colônia teve seu perímetro cercado para evitar que o gado das propriedades vizinhas invadisse as plantações;
- ii) Nomeação das ruas e numeração das casas;
- iii) Levantamento topográfico para delimitar corretamente os lotes de cada colono e organizar o território, visto que os colonos plantavam livremente em qualquer área disponível. Sendo assim, os colonos mais antigos podiam escolher suas áreas, sendo 7 ha para cada, e as novas famílias ficariam com as áreas remanescentes, sendo 10 ha para cada família, selecionadas por sorteio. Isto porque existiam terras consideradas melhores para o plantio, enquanto outras não eram tão férteis ou inundavam em épocas de chuva. Na tentativa de realizar uma divisão justa, decidiu-se permitir que os colonos antigos escolhessem suas terras e os novos teriam suas parcelas sorteadas e com maior área, visto que terminariam nelas incluindo as terras menos produtivas;
- iv) Construção do posto de saúde, contando com a presença de um médico e de um dentista a cada 15 dias;
- v) Construção da maternidade;
- vi) Construção da lavanderia coletiva para evitar que os colonos precisassem lavar roupas na água da vala, devido ao alto índice de esquistossomose no período;
- vii) Construção da capela;
- viii) Saneamento da região;

A senhora Eiko Shinazaki comentou o grande choque sofrido ao chegar à colônia e ver a casa, que ela achou, de início, que era um depósito, pois em contraste com sua casa no Japão, a da colônia era apenas de tijolos, sem acabamento. O chão era de barro e não havia pia ou qualquer mobiliário.

As casas dos colonos japoneses de Punaú eram iguais às dos japoneses de Pium, mas eram diferentes das dos brasileiros, apesar de seguirem o mesmo programa de necessidades, contando com uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro, que neste caso era parte da casa, apesar de ter acesso separado. Os tijolos utilizados para construir as casas, inclusive as das famílias brasileiras, eram fabricados na própria colônia.

Figura 40: Tipologia de casa das famílias japonesas, em Punaú



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo.

Figura 41: Tipologia de casa das famílias brasileiras, em Punaú



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo.

Em entrevistas realizadas com os ex-colonos, tanto brasileiros quanto japoneses, foi possível reconstruir o modelo esquemático de planta baixa de suas habitações originais. Hoje, não há mais casas dos ex-colonos japoneses seguindo a tipologia inicial, pois foram todas modificadas pelos brasileiros que as adquiriram após a saída dos imigrantes. O mesmo ocorre com as edificações destinadas para os brasileiros que, apesar de algumas ainda manterem suas fachadas originais, têm o seu interior modificado, mesmo que minimamente.

Figura 42: Esquema de planta da habitação das famílias brasileiras. Sem escala definida.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 43: Esquema de planta da habitação das famílias japonesas. Sem escada definida.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Nenhuma das famílias japonesas entrevistadas realizou reformas nas suas casas. No entanto, buscaram se adequar com o que tinham à disposição para poder responder às suas demandas culturais, como o uso de um tambor para banhos quentes, em substituição ao uso do ofurô.

Os colonos brasileiros chegaram a fazer reformas em suas casas, porém, segundo relatos, eles realizaram a expansão das edificações apenas quando o local deixou de ser colônia, quando eles finalmente tinham a posse das habitações. Isto principalmente no caso de famílias grandes, para as quais o modelo de planta original não comportava confortavelmente.

## 5. A REALIDADE URBANA ATUAL E UMA ANÁLISE COMPARATIVA

### 5.1. Pium: um espaço transformado pelo impacto da Região Metropolitana

A região da Colônia de Pium, apesar do declínio do núcleo, se desenvolveu urbanisticamente de maneira particular devido à modificação do uso do solo no município de Nísia Floresta. Segundo Dantas (1982), até 1970 as terras só podiam ser vendidas à agricultores. Após este período, a venda poderia ser feita para qualquer pessoa interessada. A partir daí foi que o uso do solo na região da Colônia de Pium começou a se modificar. Segundo a autora, na época de execução de sua pesquisa, a especulação imobiliária já era uma realidade. Dezesete dos dezenove colonos por ela entrevistados afirmaram que receberam propostas de compra de suas terras e desses, oito estavam pretendendo vendê-las.

Lima (2000) analisou a metamorfose socioespacial de Pium e comenta sobre o acelerado processo de mudança na paisagem do local, afirmando que esta transformação está vinculada ao processo de ocupação do litoral oriental do Rio Grande do Norte, sendo uma área bastante urbanizada e que recebe diversos investimentos do Estado, potencializando as atividades de lazer e turismo. Com isso, a proximidade de Pium a Natal tende a imprimir influência do crescimento da região metropolitana sobre a região em questão.

Com a falta de assistência e condições apropriadas para continuar com a vida na agricultura atrelada ao incentivo às atividades turísticas no litoral Sul, que tem Pium como ponto de passagem, a

(...) comunidade local, que antes estava voltada para as atividades agrícolas de subsistência, hortifrutigranjeiras e extração de frutos nativos, passou a ter no setor terciário uma atividade que as substituíram e hoje se constitui na principal fonte de trabalho e renda, fator que apresentou-se na paisagem, materializada no grande número de estabelecimentos comerciais no bairro. (LIMA, 2000, p. 25)

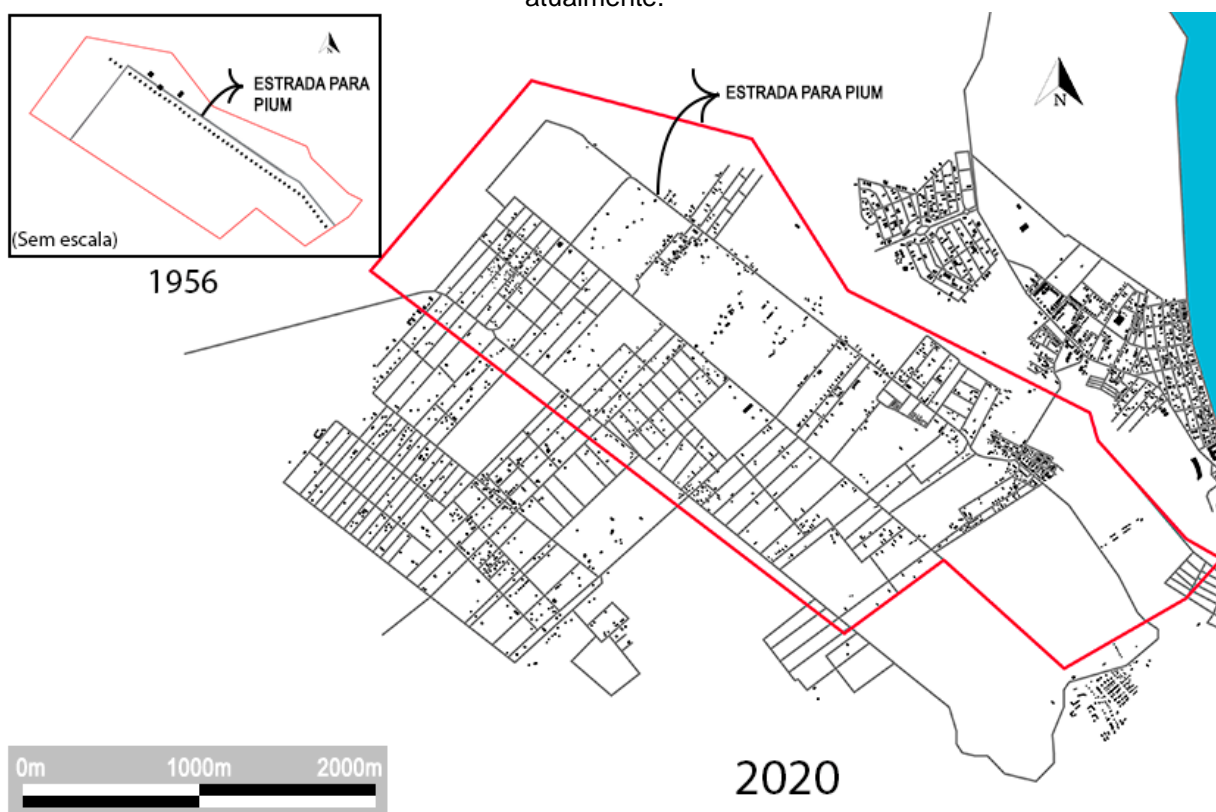
Segundo Lima (2000), quando Pium passou a ser considerado bairro de Parnamirim, em 1994, a justificativa dada pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para que o local passasse a ser considerado área urbana, mesmo com seus grandes vazios, foi baseada no acelerado crescimento. No entanto,

(...) a paisagem piuense, em alguns aspectos apresentou características de um pequeno povoado, intercalado de terrenos não urbanizados, na maior parte do tempo, pacata à espera de movimento e, em outros, com características de um subúrbio metropolitano, onde, dependendo da hora e do dia, o movimento acelera-se, e o fluxo de pessoas e veículos é grande. (LIMA, 2000, p. 27).

Em sua pesquisa de campo, Lima (2000) percebeu o surgimento constante de novos elementos, como novas ruas e edificações em construção nas proximidades da Rota do Sol, além de reformas das já existentes. Além disso, existiam diversos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com misto de construções de uso residencial.

Nesta pesquisa, vimos que a área não apresentou crescimento para além dos limites da antiga colônia, continuando um pouco isolada, como é possível observarmos nos mapas a seguir. A região do Pium de Cima foi loteada, porém ainda é pouco ocupada e, como mencionamos, a área do litoral leste foi bastante desenvolvida, o que causou a atração da população para o local da antiga colônia e contribuiu para sua ocupação.

Figura 44: Mapa figura-fundo da região da antiga Colônia, delimitada pelo polígono vermelho, atualmente.

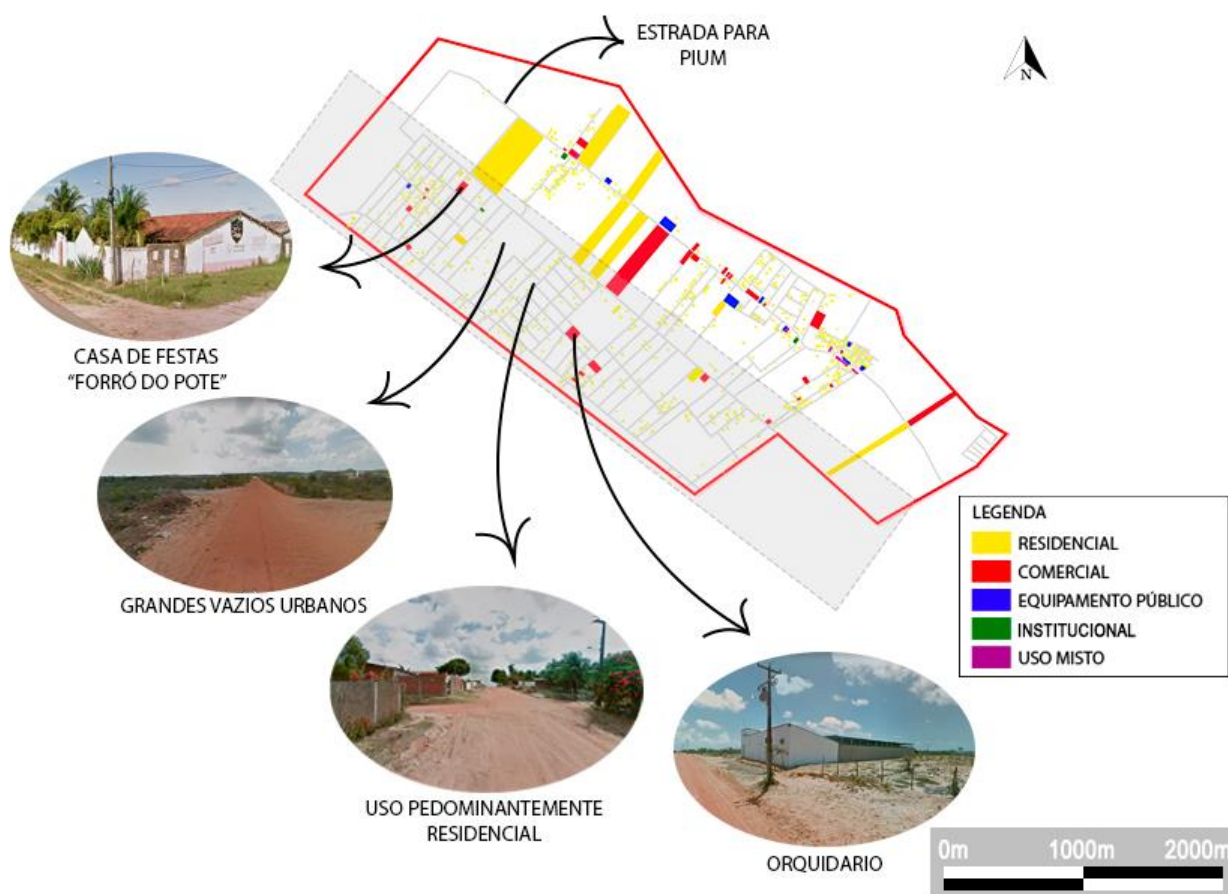


Fonte: Google Earth, 2019. Editado pela autora, 2020.

Todos os lotes foram desmembrados ao meio no sentido transversal. Muitos colonos venderam inicialmente apenas a porção posterior, que era considerada por eles improdutivo. Esta foi parcelada e consideravelmente mais ocupada, havendo um maior desenvolvimento da malha viária, embora grande parte das vias ainda não sejam pavimentadas. No entanto, ainda há grandes espaços de vazios urbanos, pois não houve adensamento intenso até os dias de hoje. Além disso, grande parte das casas originais da colônia foi demolida ou reformada.

O perfil de uso do solo desta porção do território se caracteriza por ser predominantemente residencial, com alguns usos comerciais pontuais, sendo principalmente restaurantes e lanchonetes, um orquidário, uma casa de festas (o famoso Forró do Pote), uma ecovila, uma pousada, uma Casa de Acolhimento e Apoio Terapêutico e uma Igreja. Além disso, na área do Pium de Cima, além dos limites da antiga colônia se localiza uma Unidade Básica de Saúde.

Figura 45: Perfil de uso do solo da porção sudoeste da antiga colônia, atualmente.



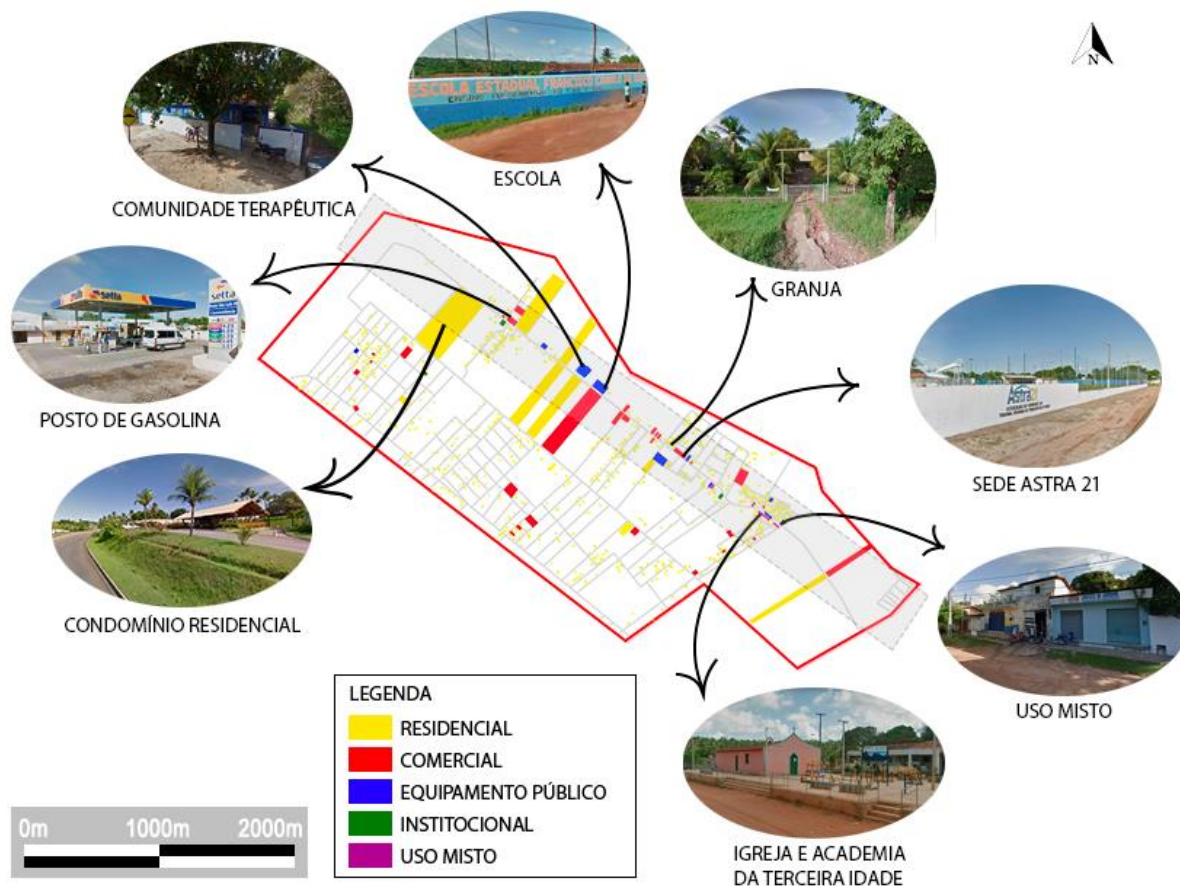
Fonte: Acervo da autora, 2020.

Ao longo da Estrada para Pium, que permanece a principal via do bairro, onde antes de localizavam as casas dos colonos, o perfil de uso do solo se modificou. Hoje encontramos seis lotes ainda ocupados por famílias de antigos colonos, sendo quatro famílias brasileiras e duas japonesas, pequenas residências e algumas granjas.

No entanto, encontramos também diversos estabelecimentos comerciais, institucionais, equipamentos públicos e edificações de uso misto. Dentre eles, temos Casas de Eventos, Postos de Gasolina, diversos restaurantes, lanchonetes e sorveterias, lojas de materiais de construção, mercearias, várias lojas pequenas para uso da população local, Igrejas, a Escola Municipal de Pium, a sede do Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do RN (SINDSAUDE-RN), um campo de futebol, uma academia de terceira idade, a Comunidade Terapêutica Nova Aliança e as sedes da Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Astra 21) e da Associação dos Técnicos de Geologia do Petróleo (ATGEP).

Há também 5 novos condomínios residenciais horizontais de alto padrão, provavelmente para absorver a necessidade de habitações próximas ao litoral, que já está bastante adensado, e, em determinados trechos, lotes subutilizados e em más condições de manutenção.

Figura 46: Perfil de uso do solo ao longo da Estrada de Pium, 2020



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Em suma, a Estrada para Pium se apresenta hoje com uma intercalação de paisagens. Algumas regiões apresentam aparência ainda de pequena comunidade rural, com granjas, pequenas áreas de cultivo e lotes subutilizados, enquanto outras possuem maior urbanidade, com comércios e serviços. Além disso, os condomínios contribuem para a imagem de refúgio de alto padrão da população metropolitana em busca de um local próximo ao litoral.

Com as informações anteriores e observando o mapa da figura 37, apesar de conseguirmos enxergar resquícios da formação territorial originada da antiga colônia através da presença de lotes com delimitações ainda iguais aos iniciais, mesmo que desmembrados, é possível perceber que o uso e ocupação do solo foi se modificando de maneira desconexa da existência dela.

A variedade no perfil de ocupação do solo, mesmo que pequena, presente principalmente ao longo da Estrada de Pium, garante condições mínimas para uma vida contemporânea. No entanto, a ausência de equipamentos como

bancos ou casas lotéricas e unidades de saúde ainda implicam na locomoção da população para outros locais para ter acesso a estes serviços.

## **5.2. Punaú: um espaço mais resistente a mudanças**

Como vimos, quando Punaú deixou de ser colônia e passou a ser um distrito pertencente ao município de Maxaranguape (e posteriormente à Rio do Fogo), a falta de investimentos públicos levou à estagnação em seu desenvolvimento em termos de instalação de equipamentos comunitários necessários para a comunidade, restando os que já existiam no tempo da colônia e sobreviveram às demolições, que foram, no máximo, reformados.

A região ainda não conta com serviços e usos do espaço característicos de locais urbanizados. Como reclamam os ex-colonos, Punaú hoje não possui bancos, casas lotéricas, supermercados, torres de celular nem de internet, por exemplo. Já não existe mais a maternidade, apenas um pequeno posto de saúde. Para quaisquer serviços básicos, a população precisa se deslocar para outra localidade.

No entanto, apesar de a colônia não ter se desenvolvido urbanisticamente até o nível das expectativas dos colonos, o projeto de colonização de Punaú foi considerado um sucesso pelas entidades envolvidas, visto que a comunidade se desenvolveu a ponto de se tornar autossuficiente, independente dos recursos providos pela Misereor. Dom Heitor nos contou, por exemplo, que um secretário da Misereor visitou a colônia enquanto estava em funcionamento e comentou que “pela primeira vez eu estou vendo que um projeto de colonização deu certo”. Claro que ele deveria estar se referindo apenas a outros projetos de colonização auxiliados pela organização e, além disso, é importante perceber que, sendo dom Heitor um representante da Instituição que encabeçou o processo, pode ter também supervalorizado estes resultados em prol de uma propaganda positiva.

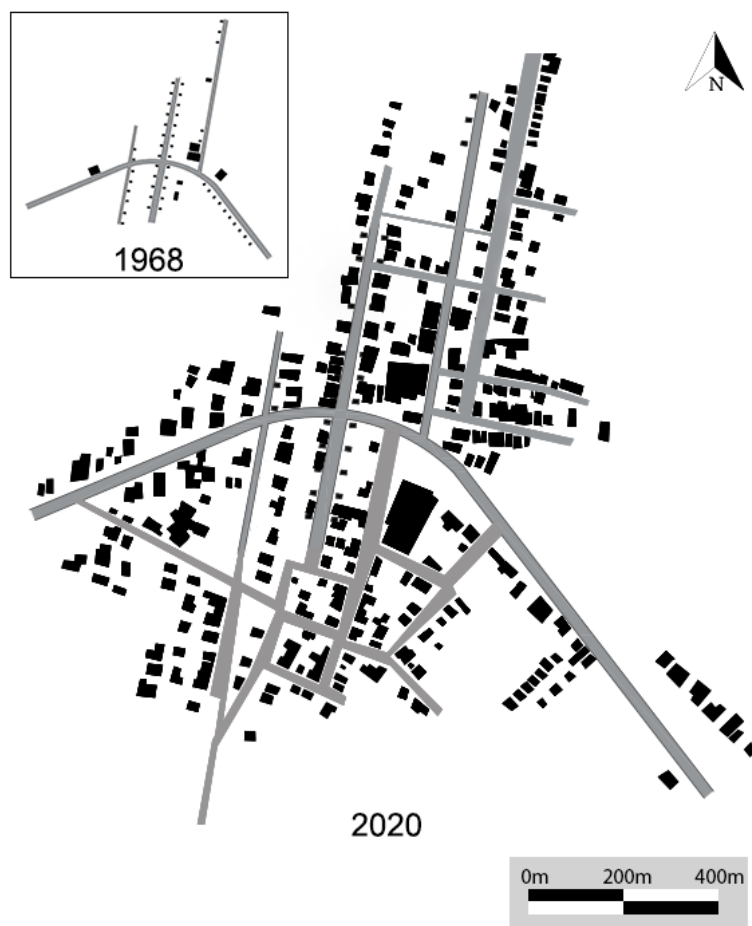
Ao observarmos a planta do núcleo colonial inicial reconstruída neste estudo em comparação com imagens aéreas atuais de Punaú, o que podemos perceber é que, apesar de não ter havido o crescimento para além de seus limites, houve um grande adensamento populacional dentro do núcleo desde 1968 até os dias de hoje.

Figura 47: Imagem aérea da região da antiga colônia de Punaú, atualmente distrito do município de Rio do Fogo.



Fonte: Google Earth, 2019. Editado pela autora, 2020.

Figura 48: Núcleo urbano de Punaú 1968-2020



Fonte: Acervo próprio reconstruído a partir de imagem aérea do Google Earth, 2018.

As quatro avenidas iniciais permanecem como as principais vias do distrito, no entanto, percebemos o adensamento orgânico e até um pouco desordenado do núcleo, com novas ruas e travessas abertas para conectar as vias existentes e para permitir a construção de novas habitações. Algumas ruas são sem saída, claramente abertas apenas para dar acesso às novas casas construídas, e não seguem a orientação das suas paralelas, gerando quadras de formatos e tamanhos irregulares.

O casario original da colônia encontra-se em sua maioria reformado, havendo poucas edificações que preservam a fachada original, mesmo que com pequenas modificações em suas plantas internas.

Figura 49: Rua Dom Eugênio Sales durante o período da colônia



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo

Figura 50: Rua Dom Eugênio Sales atualmente



Fonte: Street View, 2018.

Figura 51: Rua Dom Nivaldo Monte no período da colônia



Fonte: Acervo do Sr. Milton Araújo.

Figura 52: Rua Dom Nivaldo Monte atualmente



Fonte: Acervo Próprio, 2019.

Os lotes existentes na época da colônia foram desmembrados, dando origem às novas residências. Isto pôde ser observado no local, quando vimos que algumas das casas originais do período da colônia hoje são geminadas com

outras edificações, enquanto antes distavam 50 metros de sua vizinha mais próxima.

Figura 53: Residência original na época da colônia, hoje geminada.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 54: Residência original na época da colônia, hoje geminada.



Fonte: Acervo próprio, 2019.

De equipamentos urbanos, Punaú conta hoje apenas com uma escola, a Igreja Católica, o Posto de Saúde e uma drogaria, todos localizados às margens das avenidas principais. No mais, há apenas algumas pequenas mercearias e uma oficina, pertencente ao filho de um ex-colono. O local segue com o uso do solo majoritariamente residencial.

Figura 55: Igreja Católica em Punaú



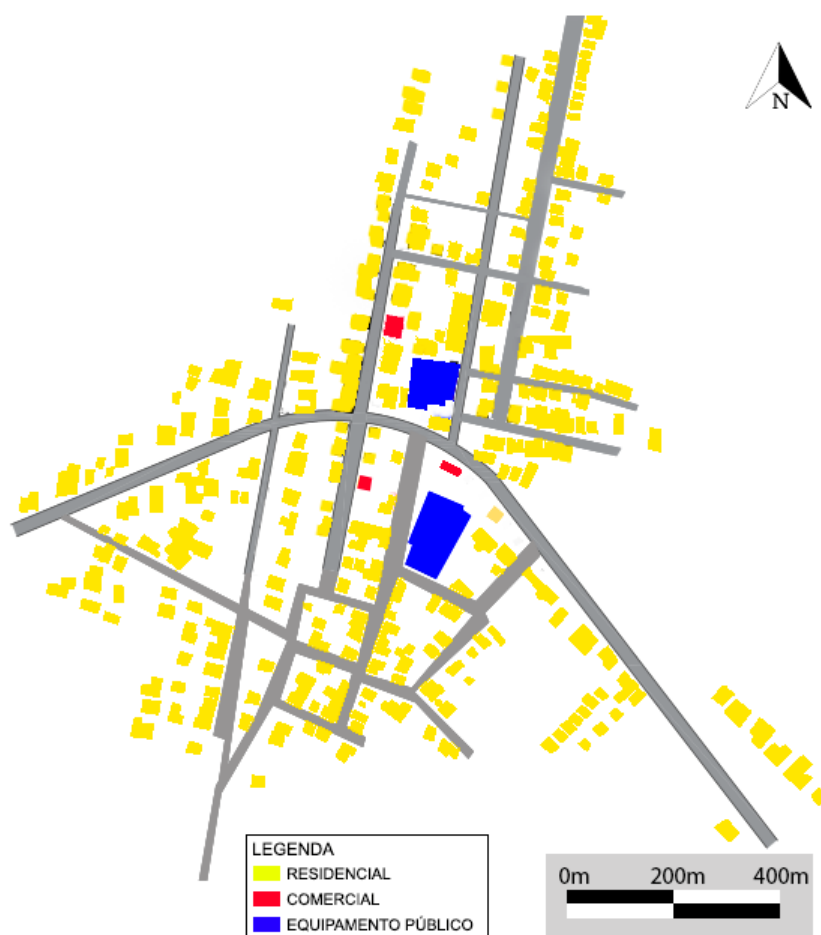
Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 56: Escola Municipal em Punaú



Fonte: Acervo próprio, 2019.

Figura 57: Uso do solo em Punaú, atualmente.



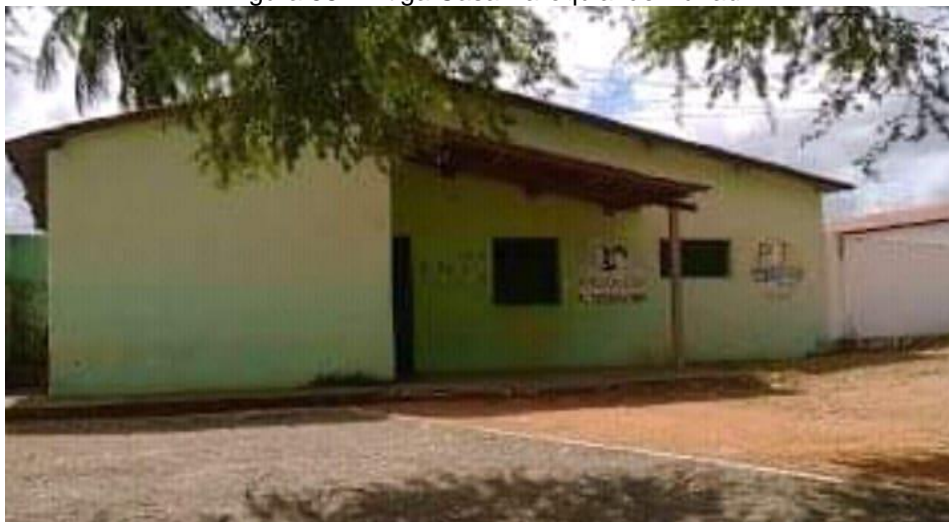
Fonte: Acervo pessoal, 2020.

A Colônia de Punaú foi extinta por volta de 1982, segundo os ex-colonos, a partir do momento em que foi registrada pelo prefeito de Maxaranguape. Seguiu como um distrito deste município até 1995, quando passou a ser distrito do município de Rio do Fogo. Com essas mudanças, a antiga colônia estagnou em termos de desenvolvimento urbano, não recebendo quaisquer investimentos governamentais e permanecendo, até hoje, com os mesmos serviços que já possuía enquanto ainda era colônia.

Os colonos comentam que o governo só chegou em Punaú para “cobrar dinheiro e destruir seu patrimônio” visto que, segundo Dona Inês, ex-colona e ainda residente do local, uma vez que Punaú virou distrito, o governo enviou servidores para realizar medições de todas as residências com o intuito de registrá-las oficialmente no nome de cada colono. No entanto, era preciso que eles pagassem uma determinada quantia por mês durante dois anos.

Além disso, a maioria dos colonos lembra, com pesar, que edificações consideradas como patrimônio histórico para a comunidade foram derrubadas pela prefeitura, como é o caso da chamada Casa Grande, que era a casa paroquial, onde viviam os administradores.

Figura 58: Antiga Casa Paroquial de Punaú



Fonte: Acervo da Sra. Edilene Fernandes.

Em suma, o que podemos observar é que, enquanto Punaú mantém seu território morfologicamente resultante do processo de colonização, com influência clara do antigo núcleo original da colônia, a região de Pium, hoje, tem seu território organizado pelo turismo devido à proximidade das praias do litoral sul e pela expansão da região metropolitana, resultando em um interesse crescente da população de adquirir terras na região por estes motivos, apagando com maior intensidade os traços de ocupação e uso do solo da antiga colônia e substituindo-os por novos empreendimentos.

Vale destacar também, que apesar da grande força do turismo, outros elementos estão atrelados à sua atração e modificação do uso do solo em Pium. O local se tornou atrativo para uma classe média que tem condições de morar fora da cidade e busca um modo de vida diferente, seja através de uma maior tranquilidade fora do centro urbano, como também de maior contato com um modo mais natural de viver, com consumo de alimentos orgânicos e produzidos na região, por exemplo.

### **5.3. Análise comparativa: formas, usos e transformações**

Neste item será feita uma análise comparativa entre as experiências das duas colônias agrícolas fazendo uso dos dados apresentados nos capítulos 4 e 5 e das discussões teóricas dos capítulos 2 e 3. O objetivo aqui não é o de atribuir uma relação de causa-efeito na experiência geral de criação e desenvolvimento de colônias agrícolas, ou seja, não buscamos apontar as características de formação e transformação físico-espacial das colônias aqui tratadas que se apliquem igualmente à demais colônias agrícolas do período, visto que tratamos apenas de dois casos singulares ocorridos no Rio Grande do Norte. Visamos apenas observar as semelhanças e diferenças entre os dois projetos em dois momentos históricos de sua formação e desenvolvimento urbano: o desenho urbano e arquitetônico dos núcleos iniciais e a realidade urbana atual.

#### **5.3.1. O desenho urbano e arquitetônico dos núcleos iniciais**

Como vimos no capítulo 2, as ações e políticas tomadas pelo Estado após a década de 1930 objetivavam fixar o homem rural no campo como forma de conter o êxodo rural. A Igreja, por sua vez, que vinha perdendo uma massa de fiéis da classe operária desde o século XIX, temia perder também o trabalhador rural devido ao avanço de outras religiões no campo e ao contexto de repressão e expulsão destes de suas terras. Ela se empenhou, então, para transformar sua prática e atuar com foco nas questões sociais, trabalhando na formação de Sindicatos Rurais, uma contribuição do Movimento de Natal que foi, essencialmente, um movimento educacional.

Além disso, com a entrada das Ligas Camponesas no Estado a partir da década de 1950, se fez necessário o combate das ideias comunistas no campo, que alimentavam uma inquietação no trabalhador rural sobre suas condições sociais e defendiam a reforma agrária.

Aliados nesta luta contra o comunismo, o Estado e a Igreja Católica agiram no Rio Grande do Norte através de movimentos educacionais e, como parte deles estabeleceram as colônias agrícolas de Pium e Punaú, sendo a primeira fundada e administrada pelo Estado através do INIC em 1954 e iniciada

efetivamente em 1956, afirmando a necessidade de ampliar a prática da agricultura comercial, e a segunda fundada e administrada pela Igreja através da Fundação Pio XII em 1959, em terreno cedido pelo Estado, visto a necessidade de mostrar uma experiência bem sucedida para os trabalhadores do campo. A escolha dos locais foi estratégica, Pium e Punaú se localizam em uma região que apresentava, na época, um grande número de conflitos de terra no Estado, no Litoral Oriental.

Relembrando a fala de Cerqueira (2019)<sup>46</sup> de que o montante significativo das experiências de colonização aconteceu a partir da ditadura militar, quando foi estabelecido o conceito de colonização no Estatuto da Cidade (1964), temos que anterior a isto, o conceito de colonização foi trazido pela primeira vez em 1945, no Decreto 7.967/45 que não trazia, no entanto, disposições sobre como deveria ser o desenho urbano das colônias estabelecidas. Não dispomos, portanto, de legislações ou guias oficiais para a análise do desenho urbano feitos em Pium e Punaú, visto que sua instalação ocorreu na década de 1950.

O que podemos analisar a partir do levantamento de dados e reconstrução cartográfica aqui feitos é que, no caso de Pium, a disposição linear das residências dos colonos e a grande distância entre elas devido ao tamanho dos lotes, visto que cada gleba incluía a casa e a área de plantio, gerou uma dificuldade de interação entre os colonos no dia a dia, sendo um obstáculo para a formação e integração de uma comunidade.

O arranjo de lotes lado a lado ao longo de uma única rua existente e a não distinção entre espaço de trabalho e espaço de descanso, lazer e interação, visto que a área de plantio se localizava na região frontal e posterior às casas, como um “quintal”, pode ter cooperado para a sensação de solidão e repulsão entre colonos brasileiros e japoneses, por exemplo, como explicitado por alguns ex-colonos entrevistados.

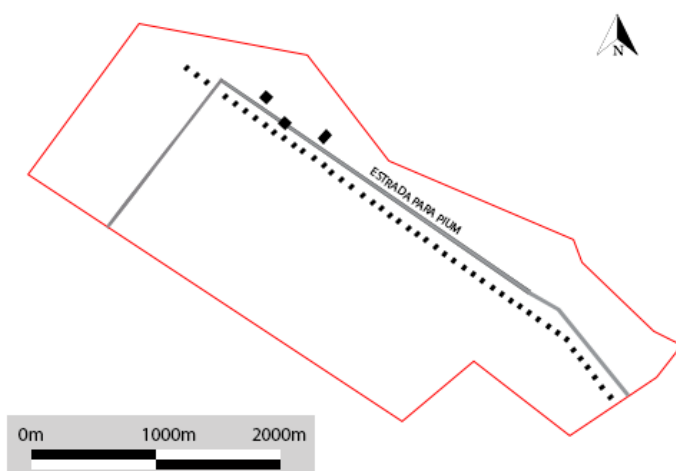
Em Punaú, por sua vez, houve a preocupação em organizar o ensaio de um núcleo urbano, separado da área de plantio. A disposição das casas dos colonos foi mais cuidadosa criando um centro que facilitava a integração entre as famílias e formação de comunidade. As casas eram mais próximas do que em Pium e, ao invés de dispostas linearmente, eram divididas por ruas, sendo

---

<sup>46</sup> Ver item 2.2

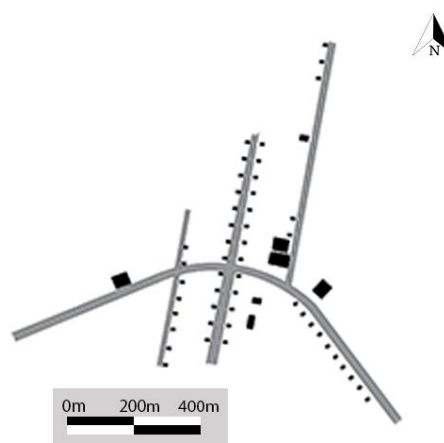
implantadas, inclusive, frente a frente contribuindo para a interação entre as pessoas e sensação de unidade.

Figura 59: Núcleo urbano da Colônia de Pium, 1956.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 60: Núcleo Urbano da Colônia de Punaú, 1968.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Esta diferença no desenho urbano que facilitou ou dificultou a integração da comunidade pode ter contribuído para as respostas obtidas com os entrevistados de cada colônia que, à primeira análise, se esperaria que fossem contrárias. Os ex-colonos de Pium, que se localizava em região mais central, próxima à capital e à BR 101, reclamaram da sensação de isolamento do núcleo com relação às regiões vizinhas, enquanto os de Punaú, em região mais afastada no ao norte de Natal e sem estradas boas para acesso, não se queixaram deste quesito.

Além disso, os colonos de Pium reclamaram da falta de preparo dos administradores da colônia, que não solucionavam ou lidavam com os problemas e demandas de maneira eficiente, deixando os colonos em situação de desamparo. Em Punaú não houve queixas com relação aos administradores, mas a presença do senhor Milton Araújo, que encabeçou a colônia entre 1968 e 1977, marcou um grande avanço urbano no local, enquanto Pium se manteve nas mesmas condições.

A formação de um conselho comunitário, nomeação das ruas, numeração das casas, pavimentação de vias, construção de canteiro central na principal rua da colônia, construção de diversos equipamentos comunitários como a maternidade, a lavanderia, o centro social e o posto de saúde dentro do núcleo

foram elementos que permitiram um desenvolvimento da urbanidade e da integração da comunidade em Punaú, enquanto Pium permaneceu apenas com a estrada de barro e sem mais obras ou construção de equipamentos públicos com assistência do poder público.

A isto atribuímos o fato de Pium ter sido encabeçada pelo Estado e Punaú pela Igreja Católica, esta última não dependendo das burocracias estatais. Como comentou o senhor José Moreira, de Pium, em “Punaú as coisas funcionavam de forma mais fácil, tudo o Dom Eugênio assinava, dava ok e eles faziam”<sup>47</sup>.

Com relação às casas, destacamos o estranhamento das famílias de Pium ao descobrirem que o banheiro se localizava fora da edificação, a cerca de 50 metros de distância. O senhor José Moreira, colono em Pium e construtor das edificações nas duas colônias, comentou que, como pôde construir sua própria casa, fez o banheiro dentro da edificação. Segundo ele, na construção inicial todas as casas deveriam ser iguais, no entanto, ele fez esta modificação na planta de sua propriedade, mas manteve as dimensões e fachada idênticas às demais.

O construtor relatou que Antônio Malta, ao visitar sua casa, viu o banheiro, ouviu suas queixas com relação ao afastamento deste nas outras edificações e reconheceu que deveria ter sido construído na área interna. Supomos que foi por este motivo que as casas em Punaú foram construídas, posteriormente, de maneira diferente, seguindo o mesmo projeto, porém com o banheiro integrando a edificação, mesmo que com acesso separado.

Ninguém, inclusive o sr. José Moreira, soube informar o porquê de as casas em Punaú possuírem duas tipologias diferentes, sendo as casas dos colonos japoneses diferentes das dos brasileiros. No entanto, sabemos que estas não foram construídas ao mesmo tempo, visto que as famílias estrangeiras foram as primeiras a serem instaladas no local e as brasileiras começaram a chegar apenas quatro anos depois. Supomos que o projeto foi modificado neste intervalo, talvez sem motivo particular ou talvez para atender a possíveis reclamações dos colonos japoneses, semelhante ao que ocorreu com a problemática da localização do banheiro, ou talvez ainda para otimizar o processo de construção, visto que constitui uma planta retangular.

---

<sup>47</sup> Em entrevista cedida em maior de 2020.

Figura 61: Esquema de planta de casa dos colonos de Pium. Sem escala definida.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 62: Esquema de planta de casa dos colonos japoneses de Punaú. Sem escala definida.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 63: Esquema de planta de casa dos colonos brasileiros de Punaú. Sem escala definida.



Fonte: Acervo da autora, 2020.

O que observamos é que a tipologia das casas dos colonos brasileiros de Punaú apresenta a área íntima mais reservada, com o acesso aos quartos separado da área social. Além disso, a cozinha foi construída na porção posterior da edificação, assim como o banheiro, que permanece com acesso separado.

### 5.3.2. A realidade urbana atual

Como vimos anteriormente, as inundações que ocorriam nas áreas de plantio em Pium nos períodos de chuvas, ocasionando a perda da produção, e o abandono do poder público antes da emancipação da colônia levaram diversas famílias a saírem do local em busca melhores localidades para trabalhar, se aproveitando da especulação imobiliária nascida com o desenvolvimento do litoral para vender seus lotes.

Punaú, por sua vez, foi bem assistida pela Igreja Católica até 1982, quando foi registrada inicialmente como distrito de Maxaranguape<sup>48</sup>, posteriormente passando a ser de Rio do Fogo, fazendo com que a Igreja se retirasse do projeto e o local deixasse de ser colônia. A partir deste momento, o distrito ficou em situação de desamparo, levando diversas famílias a venderem seus lotes e saírem do núcleo em busca de melhores condições em outros locais.

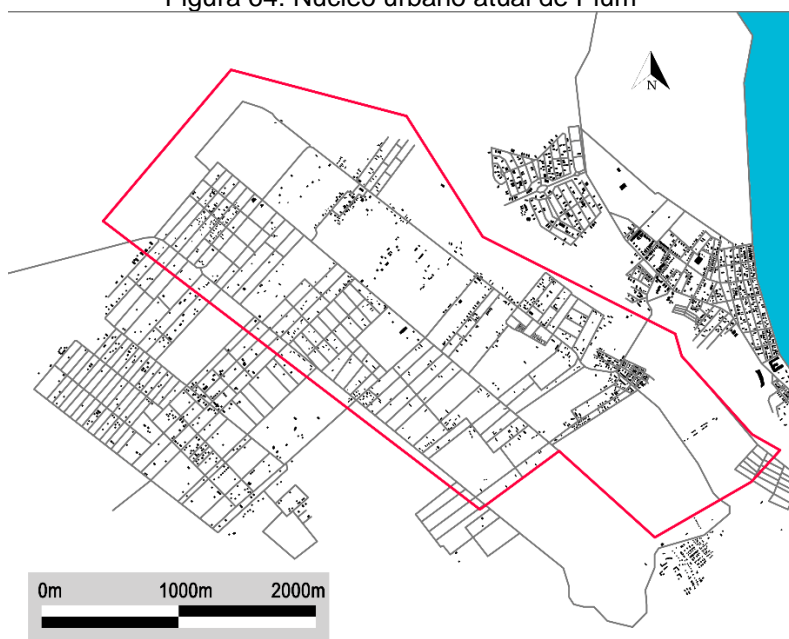
<sup>48</sup> Nenhum dos entrevistados soube nos dizer como aconteceu este processo ou se houve e como se deu um acordo com a Igreja Católica.

A partir destes períodos de ruptura se iniciaram as maiores transformações no desenho urbano das duas localidades. Em Pium, observamos um processo de parcelamento do solo de maneira planejada, visto que o município incluiu a área como Zona de Expansão Urbana e Zona Adensável no Plano Diretor de Nísia Floresta com o interesse no desenvolvimento e expansão do litoral.

Assim, o desenho urbano atual é bastante regular, com as novas vias traçadas de maneira planejada, paralelas e com distâncias homogêneas entre si, gerando quadras e lotes em sua maioria paralelos em formatos regulares e simétricos. Vemos que, apesar do parcelamento e traçado de novas vias, a área permanece com uma ocupação esparsa, com grandes vazios e quadras desocupadas, sem grande adensamento urbano.

Em Punaú observamos um fenômeno contrário. A área apresenta grande adensamento com características orgânicas, derivando do desmembramento dos lotes existentes e construção de novas casas muitas vezes geminadas. As vias principais ainda são aquelas projetadas para a antiga colônia, guiando o adensamento urbano, enquanto as novas vias foram abertas para permitir o acesso às novas edificações, sendo algumas sem saída e resultando em quadras de formato irregular.

Figura 64: Núcleo urbano atual de Pium



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 65: Núcleo urbano atual de Punaú



Fonte: Acervo da autora, 2020.

O que podemos observar a partir dos dados coletados nesta pesquisa é que o adensamento ocorrido em Punaú resulta ainda da antiga colônia, visto que a agricultura permanece sendo a principal atividade econômica desenvolvida pelos moradores do local. No entanto, com a desatenção do Município, o local hoje permanece com uso predominantemente residencial, sendo necessário o deslocamento para regiões vizinhas em busca de outros serviços. Apesar de a colônia ter se tornado autossuficiente de forma a não mais depender da assistência da Igreja Católica para se manter e produzir, a falta de investimentos públicos a mantém em um estado de estagnação sem perspectivas de desenvolvimento.

Em Pium a ocupação contemporânea foi atraída pelo desenvolvimento turístico do litoral, resultando em uma mudança no perfil de uso do solo da região. Apesar de o uso residencial permanecer predominante, vemos hoje diversos conjuntos habitacionais de alto padrão e o surgimento de estabelecimentos comerciais e de serviços, e de sedes de instituições e associações. Além disso, vemos também diversos estabelecimentos comerciais, predominantemente em torno da Estrada para Pium, principal avenida do local, para uso e consumo dos circulantes. Há também duas escolas e diversas igrejas. Em suma, a região antiga da colônia do Pium se encontra, atualmente, provida dos equipamentos e serviços mínimos para uma vida com características mais próximas de uma urbanidade contemporânea.

Vemos, portanto, que a Colônia de Pium apresentou um desenho e planejamento urbano não favoráveis à integração da comunidade e a uma boa vivência dos colonos, carecendo de equipamentos públicos, e não prosperou do mesmo modo que a de Punaú devido à falta de assistência apropriada por parte das autoridades responsáveis. Já Punaú foi mais bem servida de equipamentos públicos comunitários para atender às necessidades das famílias, teve um planejamento urbano mais cuidadoso, contribuindo para a formação de uma comunidade unida e cresceu, mesmo que pouco, se tornando autossuficiente.

No entanto, com a influência das regiões vizinhas, as duas localidades se desenvolveram, contemporaneamente, de maneira contrária ao esperado. Punaú cresceu de forma desordenada, aparentemente sem planejamento, havendo seu adensamento a partir do desmembramento e venda dos lotes dos colonos, enquanto Pium demonstrou um desenvolvimento e adensamento

urbano mais ordenado, demonstrando certo nível de planejamento. Enquanto Punaú prosperou enquanto Colônia, hoje permanece estagnada devido à falta de investimentos públicos na área, não possuindo os serviços básicos necessários. Pium, por sua vez, devido à proximidade ao litoral, hoje apresenta uma maior urbanidade, com maior oferta de serviços e comércio.

Enfim, foram duas colônias fundadas dentro do mesmo contexto social, com objetivos similares e apenas três anos de diferença, que, administradas por agentes sociais distintos – o Estado e a Igreja Católica, mesmo que associados - e inseridas em regiões diferentes, apresentaram resultados, experiências e desenhos urbanos distintos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender de que forma os projetos de colonização instalados pelo Estado e pela Igreja Católica em Pium, 1956, e em Punaú, 1959, respectivamente, influenciaram a formação urbana dos locais, e se ainda poderíamos encontrar resquícios dos núcleos iniciais na realidade urbana atual. Para isto, seguimos os princípios trazidos por Santos (1979), Lefebvre (2008), Corrêa (2011) e Carlos (2008), que nos levaram a considerar a importância dos agentes sociais participantes do processo, visto que o espaço é um produto das relações humanas que nele acontecem. Assim, além do Estado e da Igreja Católica, consideramos também a ação dos colonos, tanto japoneses quanto brasileiros.

O caminho percorrido para chegarmos até aqui não foi linear, e teve de sofrer adaptações à medida que as fontes exigiam mudanças de percurso. A pesquisa começou a partir de uma ideia diferente, focando inicialmente a influência dos colonos japoneses na formação urbana dos locais, ideia que foi estimulada devido ao envolvimento direto da autora e de sua família com o universo de estudo.

Outro fator contribuiu para a ideia inicial da pesquisa: a supervalorização, talvez, dessa experiência pela imprensa ou pelos políticos. Há certa propaganda sobre a Colônia de Pium na mídia em razão do envolvimento de algumas famílias japonesas remanescentes no Estado que lutam pela manutenção da memória da antiga colônia. Um exemplo disso são matérias como a publicada no sítio eletrônico do Sebrae em 2016 sobre o evento promovido em comemoração aos 60 anos da imigração japonesa para o Rio Grande do Norte. Ou o pronunciamento de Garibaldi Alves Filho, em 2008, em evento em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, quando comentou sobre as Colônia de Pium e Punaú e afirmou que, além da contribuição trazida para a prática da agricultura, os japoneses também “contribuíram para o desenvolvimento do Estado em outras áreas. Trouxeram para as suas colônias agrícolas o conceito do cinturão verde em torno das áreas urbanas” (ALVES, 2008). Afirmações e exposições deste tipo, certamente nascidas da necessidade do Estado e das Instituições envolvidas de publicizar seus feitos como

experiências bem-sucedidas, nos levaram a ter uma ideia deste acontecimento histórico de maneira talvez mais grandiosa do que realmente foi.

Assim, ainda no primeiro ano do mestrado pudemos refletir que aquela ideia inicial, de certa forma muito romântica, que enfatizava a influência dos japoneses na formação urbana das duas colônias, não traria os resultados correspondentes às expectativas, porque não apenas o número de famílias japonesas era demasiado pequeno para causar um impacto significativo no local, principalmente em comparação com o número de famílias brasileiras, como também grande parte delas não permaneceu por muito tempo nos núcleos, buscando melhores alternativas em outros locais.

A partir disto, passamos a considerar igualmente a influência dos colonos brasileiros no processo e buscamos também investigar uma possível influência mútua e trocas culturais com os japoneses que pudessem ter se traduzido em novas formas de usar o espaço. Mais uma vez, novas descobertas ao longo da investigação nos abriram os olhos para outras questões e problemáticas. Primeiro, os processos de fundação, instalação e administração dos dois núcleos parecia, inicialmente, muito controlado e rígido para permitir que os colonos tivessem grande influência na formação urbana dos locais, sendo inteiramente planejados e executados pelos órgãos envolvidos antes mesmo da chegada das famílias. O núcleo urbano, mesmo que em estágio inicial, já estava implantado e as casas já estavam construídas, mesmo que não finalizadas, quando as famílias chegaram.

Com isso, percebemos que, além dos colonos, o Estado e a Igreja Católica, através dos órgãos a eles ligados e que encabeçaram os projetos, foram agentes sociais de grande relevância para este processo de formação do território, trazendo novas questões de pesquisa, às quais no dedicamos a investigar e responder. A princípio, nos debruçamos sobre o contexto social vivido na área rural do Rio Grande do Norte em meados da década de 1950 visando responder a um questionamento inicial: qual seria o real interesse destes dois agentes no processo de instalação das colônias agrícolas? A resposta se encontra em alguns pontos como a luta contra o comunismo, representado pela entrada das Ligas Camponesas no Estado, e a necessidade de exibir experiências bem-sucedidas de distribuição de terras e desenvolvimento de comunidades para amenizar os movimentos sociais de luta pela terra no campo.

Através dos depoimentos coletados com ex-colonos, empreiteiros e administradores, pudemos perceber que, no caso de Pium, não apenas o Estado se desvinculou do processo em apenas cinco anos, antes de a colônia alcançar a emancipação, como durante este curto período em que ofereceu assistência ao local, os administradores foram considerados despreparados e esta assistência era insuficiente. Não era realizada a drenagem do rio, ocasionando enchentes que levavam à perda de grande parte da produção, as reivindicações dos colonos não eram satisfeitas ou demoravam para serem atendidas e não havia serviços de saúde ou educação, além da infantil, dentro da colônia, por exemplo. Os colonos japoneses construíram uma sede para reuniões por conta própria e, enquanto a comunidade japonesa era bastante unida, no geral não houve grande integração entre as famílias estrangeiras e brasileiras.

Os ex-colonos brasileiros que entrevistamos comentaram também que a situação era difícil na colônia, além da ausência dos equipamentos públicos necessários para o acesso aos serviços urbanos básicos e desenvolvimento da comunidade, a dificuldade de constituição de uma comunidade unida gerava o sentimento de solidão e de “cada família por si só”.

Em Punaú, a Igreja Católica, através da Fundação Pio XII com auxílio financeiro da Misereor, prestou uma assistência mais satisfatória ao núcleo. Enquanto a colônia se encontrava em estado similar ao de Pium quando as primeiras famílias foram instaladas, isto é, com um núcleo urbano em estágio ainda inicial, ao longo dos anos o local se desenvolveu e, com uma administração mais bem preparada e disposta a ouvir e sanar as necessidades das famílias, foi mais bem provido de equipamentos urbanos para o desenvolvimento da comunidade, contando com um centro social, um posto de saúde, uma lavanderia comunitária e uma maternidade, por exemplo.

Assim, temos que a Colônia de Pium pouco se desenvolveu ao longo das primeiras décadas. Seu núcleo urbano contava apenas com as 46 residências de colonos, uma escola primária, a Associação dos colonos japoneses e uma Igreja Católica. Abandonada pelo órgão que deveria lhe prover assistência, o local estagnou e grande parte das famílias vendeu seus lotes e migrou em busca de melhores oportunidades. A Colônia de Punaú, no entanto, se desenvolveu ao longo dos primeiros anos, não apenas com a construção dos equipamentos já citados anteriormente, como também seu núcleo urbano recebeu melhorias

como a pavimentação e nomeação das vias, construção de canteiro central na avenida principal, numeração das casas e delimitação dos lotes a pedido dos colonos, por exemplo, aumentando a urbanidade do local.

Com a presente pesquisa pudemos compreender, portanto, não apenas como se deu a ação do Estado e da Igreja Católica na administração, gestão e formação urbana das duas localidades, como também de que maneira os colonos japoneses e brasileiros influenciaram a tomada de decisões desta gestão, influenciando também na produção destes espaços através de suas vivências, necessidades e reivindicações. No caso de Pium, estas necessidades pouco foram atendidas, enquanto em Punaú, foram aparentemente ouvidas e satisfeitas em sua maioria com a construção dos equipamentos e transformações na forma urbana, gerando um maior sentimento de contentamento nos que lá viviam.

Quanto ao projeto das residências, vimos que em Pium havia apenas uma tipologia, sendo todas as casas iguais. Em Punaú a tipologia da casa dos japoneses era igual à de Pium, com a diferença de ter o banheiro acoplado à residência, ainda que com acesso separado, enquanto as casas dos colonos brasileiros seguiam um projeto diferente. Nos dois casos, as residências foram entregues às famílias sem estarem devidamente finalizadas.

Os imigrantes japoneses relatam o grande impacto sentido ao fixarem residência nestas casas, não apenas pelo estranhamento com relação ao sistema construtivo, sendo em alvenaria em contraposição à madeira comum no Japão, como também às diferenças culturais. O banheiro com um vaso sanitário em barro ao contrário do sistema com uma abertura no chão comum nas casas japonesas foi uma delas. Além disso, a ausência de um ofurô para os banhos em imersão comuns na cultura nipônica levou a reformas nas casas dos colonos de Pium, enquanto os de Punaú buscaram uma solução alternativa: o uso de um tambor com água quente.

Difícil, no entanto, chegarmos a um resultado concreto sobre nosso questionamento acerca de uma possível influência mútua entre colonos japoneses e brasileiros de maneira a se rebater nas formas de usar o espaço, visto que uma dificuldade metodológica para a realização desta pesquisa foi a pouca quantidade de ex-colonos ainda vivos, com memórias suficientes dos locais ou a ausência de contatos dos que migraram para outras regiões, nos

restando uma amostra relativamente pequena de entrevistados. A falta de documentação nos arquivos da Igreja Católica e das prefeituras também dificultaram essa análise. Porém, tendo como base os depoimentos coletados, vimos que houve pouca integração entre os colonos japoneses e brasileiros em Pium e, em Punaú, parte das famílias japonesas saíram do local antes da chegada das famílias brasileiras e as que haviam permanecido continuaram migrando nos anos seguintes devido às más condições iniciais do núcleo. Tais fatos nos levam a crer que houve pouca troca cultural entre os colonos de forma tão significativa a ponto de se refletir em diferentes ou novas formas de uso do espaço. O que vemos é que os japoneses se adaptaram para seguir algumas de suas tradições como a realização das gincanas undokai e os banhos de ofurô, por exemplo.

Com relação ao desenho urbano, o planejamento e a implantação das edificações e sistemas viários foram feitos de forma distinta nos dois núcleos, levando a uma diferente configuração urbana e, com isso, possivelmente a um diferente nível de aproximação e integração entre as famílias da comunidade.

Em Pium, a escassez de equipamentos urbanos, a divisão do território em lotes que continham tanto a residência, quanto a área de plantio, e sua disposição de forma linear ao longo da única via existente na época, a atual Estrada para Pium, gerou residências com grande afastamento entre si e um núcleo que não contribuía para a interação entre as famílias. Punaú, por sua vez, teve um núcleo urbano planejado de maneira mais cuidadosa, com as residências separadas da área de plantio e implantadas mais próximas umas às outras, inclusive frente a frente, ao longo de quatro vias. Não só seu sistema viário era mais desenvolvido do que o de Pium, como a disposição das residências e a instalação de equipamentos comunitários dentro do núcleo parece ter facilitado o desenvolvimento de comunidade unida.

Na atualidade, no entanto, vemos que a situação se inverteu. Devido ao desenvolvimento do Litoral Leste, nas proximidades da antiga Colônia de Pium, esta passou a apresentar um maior desenvolvimento urbano atrelado a estas transformações do território. Assim, a região do antigo núcleo atraiu a instalação de condomínios residenciais, comércio, serviços e espaços para lazer, provendo o necessário para uma vida urbana contemporânea aos que hoje habitam no local, que, no entanto, são muito poucos da época da colônia. Além disso, o

desenho urbano atual apresenta um maior nível de planejamento, com um sistema viário mais bem desenvolvido e parcelamento do solo realizado de forma mais bem planejada, gerando quadras e lotes em formatos regulares e tamanhos similares.

Punaú, por sua vez, ao passar à administração do Estado ao ser registrada inicialmente como distrito de Maxaranguape, em 1982, estagnou. Hoje, apresenta uso predominantemente residencial e, além da nova Escola Municipal, do novo Posto de Saúde e da Igreja Católica, conta apenas com alguns poucos pontos comerciais, sendo assim, é necessário que a população se locomova para locais vizinhos em busca de acesso a outros serviços. Além disso, apesar de seu núcleo urbano ter sido, inicialmente, bem planejado, seu crescimento ao longo dos anos foi desordenado. Houve grande adensamento da localidade, com o desmembramento dos lotes existentes e construção de novas casas. As quadras e lotes resultantes possuem formato irregular e novas vias foram abertas para dar acesso às novas casas, não sendo bem planejadas e, por vezes, sem saída. Porém, ainda é possível encontrar um número maior de descendentes dos moradores da época da colônia, aparentemente, especialmente brasileiros.

Assim, ao analisarmos a realidade urbana atual dos dois núcleos, podemos afirmar que vemos mais claramente as origens da forma urbana na antiga colônia em Punaú do que em Pium. Enquanto Punaú permanece com os limites similares ao original, padrão de uso do solo e o sistema viário principal seguindo os mesmos do antigo núcleo, em Pium o padrão de ocupação, uso e parcelamento do solo não refletem os da colônia, sendo o desenvolvimento da área afetado pelas relações do território com a totalidade.

A presente pesquisa nos leva necessariamente a outras reflexões. Enquanto a maioria dos colonos explicitou, nas entrevistas, o desejo de possuir terras como motivação para participar destes processos, vemos que isto não é suficiente. Além da falta de assistência, a escassez de acesso aos serviços e funções básicas para uma vida urbana levou à emigração de grande parte das famílias para outros locais, principalmente em Pium, onde a ação estatal, aparentemente interessada na solução dos conflitos por posse de terras de maneira objetiva, assentou as famílias em seus novos lotes e não se preocupou com o provimento dos serviços e da urbanidade necessária para a vivência da

comunidade até que surgiram as demandas daqueles que buscavam locais de lazer e moradia próximo ao litoral. Aqui, lembramos de Lefebvre (1991), para quem a forma urbana, como tantas outras, se apresenta em uma dupla existência, mental e social.

H. Forma Urbana: *Mentalmente*: a simultaneidade (dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no “real”); *Socialmente*: o encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na “vizinhança” (bens e produtos, atos e atividades, riquezas) e por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades (produtivas e consumidoras), como encontro da obra e produto. (LEFEBVRE, 2001, p. 94)

Se a forma urbana implica nesta simultaneidade e numa sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, os questionamentos levantados pelo filósofo seguem válidos: “diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?” (LEFEBVRE, 2001, p. 95). Considerando a liderança e união da comunidade japonesa em Pium e sua localização mais central, teria uma melhor administração da colônia levado a uma diferença na formação e desenvolvimento urbanos do local? Teriam os colonos conseguido deixar uma marca mais destacada no espaço urbano?

Outros caminhos também se abrem. A falta de dados e limitações das informações geraram dificuldades de qualificar as famílias, principalmente brasileiras. Além disso, a método regressivo-progressivo, utilizado nesta pesquisa, implica verificar não apenas como o passado influencia o presente, como estudado ao longo deste trabalho, mas também como pode contribuir com o futuro, podendo este ser alvo de uma futura continuidade para este estudo.

Por fim, apesar das limitações encontradas para a realização desta pesquisa, especialmente no que se refere à coleta de dados, acreditamos que ela contribuiu para cobrir uma lacuna existente na história do território do Rio Grande do Norte, que não guardou registros históricos mais consistentes dessas duas experiências. A experiência da colônia de Punaú, sobretudo, é quase completamente desconhecida. Terminamos este estudo na esperança de ter contribuído não apenas para registrar a memória deste acontecimento histórico e das famílias que dele participaram, mas também para a produção de conhecimento sobre o tema da colonização agrícola, em sua relação com determinados agentes sociais que nela atuaram.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. A. **A "palavra do habitante" e as possibilidades de apropriação do habitat em locação social:** o programa de locação social da prefeitura municipal de São Paulo. 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ALCANTARA FILHO, J.L.; FONTES, R. M. O. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4. Nº 7. Pags. 63-85. Juiz de Fora: 2009.

ALVES FILHO, G. **Pronunciamento de Garibaldi Alves Filho em 12/06/2008.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/374814>> Acesso em: 25/01/2019.

ANDRADE, M.C. **A produção do espaço norte-rio-grandense.** Editora Universitária. Natal: 1981.

ANDRADE, I. A. L. **A Igreja E O Campo: Momentos De Uma Rica Trajetória.** in: ANDRADE, I. A. L. **Igreja E Política No Rn.** Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 92-108.

AQUINO, S. L. de. MENGEL, A. A. **Migrações para o Campo Através da Reforma Agrária: Uma Análise dos Papéis da Família nesse Processo.** Campo-Território. Revista de Geografia Agrária, v. 8, nº15, p 1-33, fev. 2013.

AREZZO. D. C. **Curso de Direito Agrário: Colonização.** Brasília, Fundação Petrônio Portella, 1982.

BARBOSA, J.B.P. **A imigração colonizando o vale: um estudo sobre o projeto dos governos federal e estadual para colonizar o Pium (1954-1959).** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2003.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 7.967 DE 18 DE SETEMBRO DE 1945.** Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Diário Oficial: Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1945.

BRASIL. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial: Brasília, 30 de novembro de 1964;

BRASIL. **DECRETO Nº 59.428, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966.** Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Diário Oficial: Brasília, 27 de outubro de 1966;

BRANDÃO, L. C. K. **A Colonização brasileira, do descobrimento ao Estatuto da Terra.** Planeta Amazônia: Revista internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas (ISSN 2177-1642). Publicação oficial do Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP: 2009.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do espaço urbano.** 1ª edição. 1 reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano. Agentes e Processos, Escalas e Desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. 2008. **A (re)produção do espaço urbano.** Editora EDUSP. São Paulo: 2008.

CERQUEIRA, M. C. T. **Reconstituindo o Desenho do Habitat de Reforma Agrária: Legado e Possibilidades para o Estado.** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2019.

CORRÊA, R. L. 2011. **Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão.** In: A produção do Espaço Urbano. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2011.

COSTA, M. J. **Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CRUZ, D. S. **Igreja Católica No Rn - Participação Política E Social Nos Anos 60.** in: ANDRADE, I. A. L. **Igreja E Política No Rn.** Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 41-91.

DANTAS, L. C. **A Colônia do Pium Japonês**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 1982.

DAIGO, M. **Pequena História da Imigração Japonesa no Brasil**. Associação para comemoração do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil. São Paulo: 2008.

DURHAN, E. R. **A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. Editora Perspectiva. São Paulo: 1978.

SILVA FILHO, M. M. **A Extensão Rural em Meio Século: A Experiência do Rio Grande do Norte**. Natal: EMATER-RN, 2005.

HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de estudos nipo-brasileiros, 1987.

HOORNAERT, E. **A Igreja no Brasil Colônia (1550-1800)**. Série Tudo é História. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **Resistência & integração : 100 anos de imigração japonesa no Brasil** / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2008.

IZUMI, P. T. **Envelhecimento e etnicidade: o processo de aculturação dos imigrantes japoneses**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

LARANJEIRAS, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Retratos do Brasil; v. 164).

LEFÈBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIMA, A. M. M. C. **A Metamorfose Socioespacial de Pium**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2000.

MAGALHÃES, J. L. Q. **Reforma Agrária no Brasil**. Revista de informação legislativa, v. 25, n. 100, p. 303-322, out./dez. 1988

MARX, M. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MONTE-MÓR, R. L. **Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo**. In: FERNANDES, A; FELDMAN, S. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões e desafios. 1ª edição. EDUFBA: 2007.

MARCOS, V. **Comunidade Sinsei: (U)Topia e Territorialidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1996.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**; São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, pp 146-147.

OLIVEIRA, M. P. O. **Igreja e Renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. Tese de Doutorado: São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1992.

OLIVEIRA et al. **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. Revista de Extensão de Estudos Rurais. V. 1, N. 2, P. 473-499, JUL. - DEZ. 2011.

PAIVA, M.O. **Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1992.

PAIVA, M. **A Igreja Dos Anos 50: O Movimento De Natal**. in: ANDRADE, I. A. L. **Igreja E Política No Rn**. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 15-40.

PALHANO, P. **Os Conflitos De Terra No Rn E A Ação Da Igreja**. in: ANDRADE, I. A. L. **Igreja E Política No Rn**. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 108-177.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198p - (Coleção arquitetura e urbanismo)

PEREIRA, Heitor José. **Os Novos Modelos de Gestão: Análise e Algumas Práticas em Empresas Brasileiras**. Tese de Doutorado do curso de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 1995.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C.. **Processos Migratórios: Migrações e os Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Tocantins**. Universidade Federal do Para. Revista GeoAmazônia v. 7, nº 13. Belém: 2019.

SAITO, H. **O Japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Editora "Sociologia e Política". São Paulo: 1961.

SANDRONI, P. **Questão Agrária e Campesinato: A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil**. Editora Polis. São Paulo: 1980.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora USP, 2004. (Coleção Milton Santos, 1).

SCHNEIDER, S; SCHIMITT, C. J. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SEBRAE. **Imigrantes japoneses completam 60 anos do Rio Grande do Norte**. 2016. Disponível em: <<http://www.rn.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RN/imigrantes-japoneses-completam-60-anos-no-rio-grande-do-norte,f1c7b85844cb5510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 25/02/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. Editora Hucitec. São Paulo: 1992.

SOUZA, I. **Migrações internas no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ: 1980.

\_\_\_\_\_. **Migrações para Natal: Análise Sociológica do Processo Migratório.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, 1976.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** LGE Editora: 2006.

TEIXEIRA, R.B. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2009.

VALE, A.L.F; LIMA, L.C; BONFIM, M. G. **Século XX: 70 anos de imigração interna no Brasil.** Revista de Filosofia e Ciências Sociais. Da UFRR. Nº 7. Roraima: 2004.

VALENTE, W. **O Japonês no Nordeste agrário: aspectos socioculturais e antropológicos,** Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. 232 p. il. (Série Estudos e Pesquisas, 8)

VIEIRA, F. I. S. **O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília.** Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Editora Pioneira. São Paulo: 1973.

WANDERLEY, L. E. **Educar Para Transformar: Educação popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.